

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

BRUNA DANIELE RIBEIRO FIRMINO

**MOBILIDADE EDUCACIONAL E FECUNDIDADE:
uma análise pautada no status socioeconômico de origem**

**BELO HORIZONTE
2023**

BRUNA DANIELE RIBEIRO FIRMINO

**MOBILIDADE EDUCACIONAL E FECUNDIDADE:
uma análise pautada no status socioeconômico de origem**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Demografia. Orientador: Prof. Dra. Raquel Zanatta Coutinho

Coorientadora: Prof. Dra. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

**BELO HORIZONTE
2023**

Ficha Catalográfica

F525m
2023
Firmino, Bruna Daniele Ribeiro.
Mobilidade educacional e fecundidade [manuscrito]: uma análise
pautada no status socioeconômico de origem / Bruna Daniele Ribeiro
Firmino. – 2023.
171 f.: il.

Orientadora: Raquel Zanatta Coutinho.
Coorientadora: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de
Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (f. 140-150) e apêndices.

1. Fecundidade humana – Teses. 2. Mulheres na educação – Teses.
3. Demografia – Teses. I. Coutinho, Raquel Zanatta. II. Oliveira, Ana
Maria Hermeto Camilo de. III. Universidade Federal de Minas Gerais.
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 304.632

Elaborado por Leonardo Vasconcelos Renault CRB-6/2211
Biblioteca da FACE/UFMG. – LVR/145/2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE TESE DE BRUNA DANIELE RIBEIRO FIRMINO - NÚMERO DE REGISTRO 2019663940.

Às quatorze horas do dia oito do mês de agosto de dois mil e vinte e três, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora de TESE, indicada *ad referendum* pelo Colegiado do Curso em 31/07/2023, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado “Mobilidade educacional e fecundidade: uma análise pautada no status socioeconômico de origem”, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Demografia, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Raquel Zanatta Coutinho, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos professores Raquel Zanatta Coutinho, Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, Luciana Soares Luz do Amaral, André Braz Golgher, Joice Melo Vieira e Wanda Cabella se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão **APROVOU** a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 08 de agosto de 2023.

Profa. Raquel Zanatta Coutinho (Orientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira (Coorientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Luciana Soares Luz do Amaral (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. André Braz Golgher (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Joice Melo Vieira (UNICAMP) - Participação por Videoconferência

Profa. Wanda Cabella (Universidad de La República - Uruguay) - Participação por Videoconferência

PROFA. PAULA DE MIRANDA RIBEIRO

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Demografia



Documento assinado eletronicamente por **Joice Melo Vieira, Usuário Externo**, em 09/08/2023,



às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 09/08/2023, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Zanatta Coutinho, Professora do Magistério Superior**, em 09/08/2023, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wanda Cabella Vaz, Usuária Externa**, em 09/08/2023, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Braz Golgher, Coordenador(a) de curso**, em 14/08/2023, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Soares Luz do Amaral, Professora do Magistério Superior**, em 16/08/2023, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula de Miranda Ribeiro, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 17/08/2023, às 23:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2506839** e o código CRC **C91C9D19**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem me ensinado os valores mais importantes da vida e por incentivarem meus interesses, me motivarem a explorar diferentes áreas e me apoiarem em cada escolha profissional. Ao Lucas, por estar do meu lado do início ao fim da caminhada, apoiando minhas jornadas individuais e compartilhando sonhos e metas em comum. Agradeço à minha orientadora, Raquel, que tem me incentivado desde a seleção para o mestrado, em 2016, até este momento final. Obrigada pela leveza das reuniões e por me transmitir, em cada encontro, sua empolgação com as pesquisas acadêmicas. À minha coorientadora, Ana Hermeto, agradeço por ter acreditado nesta pesquisa e pelas orientações técnicas excepcionais. Aos amigos agradeço porque vocês fizeram desta uma trajetória bem mais leve - seja nas idas ao shopping no horário do almoço, durante o processo seletivo para ingresso no doutorado, nas disciplinas presenciais, nas discussões sobre as técnicas de TAD, no estudo para a qualificação ou na era virtual da pandemia. Sem vocês, certamente, o caminho seria mais árduo. Por fim, agradeço à comunidade do CEDEPLAR como um todo. Mais do que uma mera formação, vocês me proporcionaram a vivência em um ambiente em que eu gostava de estar e pertencer.

RESUMO

De forma concomitante a um aparente processo de convergência na fecundidade por grupos socioeconômicos, observa-se uma expansão educacional generalizada na América Latina desde as últimas décadas século XX. Nesse contexto, inserindo mais uma variável no triângulo de classe social de origem – escolaridade – classe social de destino, vem à tona questões relacionadas à transformação ou manutenção das intenções e do comportamento reprodutivo por parte de mulheres que experimentaram uma mobilidade educacional ascendente. Adicionalmente, surgem questionamentos sobre a atuação da própria fecundidade e intenções reprodutivas como características seletivas para o ingresso e conclusão de um nível de ensino, especialmente o ensino superior. Diante desse cenário, o presente estudo visa analisar como e em que medida o status socioeconômico de origem está relacionado à fecundidade das mulheres dada a recente expansão do ensino superior no Brasil. Especificamente, pretende-se analisar, por meio de análises descritivas, possíveis padrões de fecundidade e de expectativas futuras relacionadas ao mercado de trabalho e à própria escolarização entre mulheres de 15 a 29 anos por escolaridade dos pais. Além disso, buscou-se analisar, utilizando regressões de Poisson, a existência de uma relação entre status socioeconômico de origem e a parturição de mulheres de 25 a 34 anos e identificar, via regressões de Poisson multinível, possíveis heterogeneidades na relação entre a escolaridade e a parturição dessas mulheres. Além disso, valendo-se de uma decomposição multivariada não linear, buscou-se avaliar em que medida as transformações na parturição média de mulheres dos grupos de ensino médio e ensino superior entre anos de 1996 e 2014 se deve às diferenças na composição desses grupos em termos das características inatas dos indivíduos, como raça, e características socioeconômicas de origem. Utilizou-se a base de dados *School to Work Transition Survey* e as PNAD's de 1996 e 2014. Identificou-se uma forte correlação entre a escolaridade dos pais e aspirações educacionais e ocupacionais das próprias mulheres, o que pode ser explicado à luz da literatura de transmissão intergeracional a partir de mecanismos como a socialização na infância. Ademais, constatou-se uma correlação expressiva entre a parturição e o status socioeconômico de origem. Os resultados sugerem, no entanto, que boa parte dessa correlação é mediada pela transmissão intergeracional de escolaridade e status socioeconômico, o que pode estar correlacionado a uma estratificação educacional horizontal nesse nível de ensino. Essa estratificação faria com que indivíduos de diferentes origens sociais acessassem cursos com diferentes retornos financeiros e, conseqüentemente, enfrentassem diferentes custos e tivessem diferentes níveis de recursos disponíveis para a maternidade. Por fim, embora o percentual de universitárias de primeira geração tenha se mantido relativamente constante nos períodos e amostras analisados, os resultados sugerem que a mudança nas características do perfil de ingressantes nos níveis superior e médio atuou de modo a atenuar o padrão de queda na parturição média desses grupos. Esse resultado evidencia que, embora a escolaridade seja uma variável amplamente utilizada para mensurar níveis de fecundidade por status socioeconômico, diferenças na composição dos grupos educacionais podem constituir uma limitação nas comparações entre diferentes períodos. As análises realizadas na tese fomentam a discussão sobre o poder equalizador da escolaridade, sobretudo do ensino superior, no que se refere às características socioeconômicas e padrões reprodutivos.

Palavras-chave: Expansão educacional; mobilidade educacional; fecundidade; estratificação

ABSTRACT

Concurrently with an apparent convergence process in fertility by socioeconomic groups, a widespread educational expansion has been observed in Latin America since the last decades of the 20th century. In this context, adding another variable to the social class of origin - education - social class of destination triangle, raises questions about the transformation or maintenance of reproductive intentions and behavior among women who have experienced upward educational mobility. Additionally, there are concerns about the role of fertility and reproductive intentions as selective characteristics for entering and completing a level of education, especially higher education. Given this scenario, the present study aims to analyze how and to what extent the socioeconomic status of origin is related to women's fertility given the recent expansion of higher education in Brazil. Specifically, through descriptive analyses, we intend to examine possible patterns of fertility and future expectations related to the labor market and education among women aged 15 to 29, based on their parents' educational attainment. Furthermore, using Poisson regressions, we sought to explore the relationship between socioeconomic status of origin and childbirth among women aged 25 to 34, and to identify, through multilevel Poisson regressions, potential heterogeneities in the relationship between education and childbirth among these women. Additionally, employing a nonlinear multivariate decomposition, we aimed to assess the extent to which changes in the average childbirth rate among high school and college-educated women between the years 1996 and 2014 are due to differences in the composition of these groups in terms of individuals' innate characteristics, such as race, and socioeconomic characteristics of origin. We used data from the School to Work Transition Survey and the 1996 and 2014 PNADs. A strong correlation was found between parental education and women own educational and occupational aspirations, which can be explained through the lens of intergenerational transmission literature, considering mechanisms such as childhood socialization. Moreover, a significant correlation between childbirth and socioeconomic status of origin was observed. However, the results suggest that much of this correlation is mediated by intergenerational transmission of education and socioeconomic status, which may be correlated with horizontal educational stratification at this level of education. This stratification would lead individuals from different social backgrounds to access courses with different financial returns, consequently facing different costs and having different levels of resources available for motherhood. Lastly, although the percentage of first-generation female university students has remained relatively constant in the analyzed periods and samples, the results suggest that changes in the profile of entrants into higher and secondary education have acted to attenuate the pattern of decline in the average childbirth rate among these groups. These finding highlights that, although education is widely used as a variable to measure fertility levels by socioeconomic status, differences in the composition of educational groups may limit comparisons between different periods. The analyzes carried out in the thesis encourage discussion about the equalizing power of schooling, especially higher education, regarding socioeconomic characteristics and reproductive patterns.

Keywords: Educational Expansion, Educational Mobility, Fertility, Stratification

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. EXPANSÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA.....	13
2.1 Ensino superior	17
2.2 Escolarização feminina.....	24
2.2 Estratificação Educacional e o poder equalizador da escolarização.....	27
3. TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE E O GRADIENTE EDUCACIONAL	37
4. TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL	43
5. O PODER EQUALIZADOR DO ENSINO SUPERIOR NOS PADRÕES DE FORMAÇÃO DE FAMÍLIA	47
6. MOBILIDADE SOCIAL E FECUNDIDADE.....	55
7. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E ALCANCE EDUCACIONAL	64
8. QUADRO TEÓRICO	67
9. DADOS E MÉTODOS.....	69
9.1 Base de dados e amostra	70
9.2 VARIÁVEIS	76
9.3 METODOLOGIA.....	80
9.3.1 REGRESSÕES DE POISSON.....	80
9.3.2 REGRESSÃO POISSON MULTINÍVEL	81
9.3.3 DECOMPOSIÇÃO MULTIVARIADA	83
10. RESULTADOS	84
10.1 Status socioeconômico de origem fecundidade e perspectivas futuras - <i>school-to-work transition survey</i>	84
10.2 Associação entre status socioeconômico de origem e parturição.....	96
10.3 Decomposição dos efeitos pelas características das mulheres	124
11. Discussão e conclusão	131
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
Apêndice 1.....	149
Apêndice 2.....	157
Apêndice 3.....	159
Apêndice 4.....	160
Apêndice 5.....	166
Apêndice 6.....	168

1 INTRODUÇÃO

A escolaridade mostra-se associada à fecundidade observada, às preferências reprodutivas e ao número de filhos tidos não planejados (Jiang & Hardee, 2014; Bongaarts, 2003; Martin, 1995). De forma geral, o que se observa é uma correlação negativa entre essas variáveis (Bongaarts, 2003).

No censo de 2000, por exemplo, observou-se um forte gradiente da fecundidade observada por anos de estudo, com uma TFT de 3,7 para mulheres sem instrução ou com até três anos de estudo, 2,8 para aquelas com quatro a oito anos, 1,6 entre as de 9 a 11 anos e 1,1 para as mulheres de 12 anos ou mais de estudo. O gradiente manteve-se no censo de 2010, embora tenha sido atenuado: Nesse ano, a TFT foi de 3,0, entre as mulheres com até três anos de estudo, 2,6 para aquelas com quatro a oito anos, 1,8 para as mulheres de 9 a 11 anos e 1,2 entre aquelas de 12 anos ou mais.

Concomitantemente a um aparente processo de convergência na fecundidade por grupos socioeconômicos, observa-se uma expansão educacional generalizada na América Latina desde as últimas décadas século XX (Corbucci et al, 2016; Mancebo & Martins, 2015; Frankema, 2009). No que tange especificamente ao ensino superior, a expansão educacional mostrou-se mais expressiva no início do século XXI: No Brasil, embora persista um padrão de disparidades regionais, entre 2003 e 2014 os ingressos em cursos cresceram 54,7% nos cursos de graduação presenciais e mais de 50 vezes nos cursos à distância (Censo da Educação Superior, 2014).

Medidas institucionais como a implementação do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES (medida provisória n. 1.865-4, de 1999), do PROUNI (lei n. 11.096/2005) e de ações afirmativas como políticas de cotas visaram a inclusão de minorias no nível de ensino superior.

Como resultado da implementação dessas medidas, estudos recentes apontam para o enfraquecimento da relação entre raça (Marteletto et al., 2016), escolaridade dos pais e trabalho atual nas chances de ingressar no ensino superior (Mont'Alvão Neto, 2014). Não obstante a melhoria sistemática dos níveis de acesso e o aparente enfraquecimento entre características socioeconômicas de origem e o ensino superior, a literatura aponta para a ocorrência de uma estratificação horizontal desse nível de ensino, marcada por uma maior propensão de indivíduos de baixo status socioeconômico acessarem instituições e cursos

de baixo prestígio e retorno financeiro no mercado de trabalho (Carvalhães, 2019; Gerber & Cheung, 2008). Considerando que os diferentes diplomas não são iguais em termos das vantagens que trazem para os diplomados, diferenças de acesso e conclusão entre os cursos universitários em termos de classe, gênero e raça podem produzir desigualdades entre esses grupos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, representar custos distintos no que tange à conciliação do mercado de trabalho e a maternidade.

Nesse contexto, surgem questionamentos sobre as nuances entre mobilidade educacional intergeracional e mobilidade social. Em outras palavras, questiona-se em que medida os indivíduos que são os primeiros de sua geração a cursarem o ensino superior experimentaram uma mobilidade social real em termos de ocupação e rendimentos. Do ponto de vista demográfico, inserindo mais uma variável no triângulo de origem – escolaridade e destino, vem à tona questões relacionadas à transformação ou manutenção das intenções reprodutivas e do comportamento reprodutivo por parte de mulheres que experimentaram uma mobilidade educacional ascendente ou da atuação da própria fecundidade e intenções reprodutivas como características seletivas para o ingresso e conclusão do ensino superior.

Outras questões em aberto se referem à existência de uma fecundidade diferencial por status socioeconômico de origem interna a cada um dos grupos educacionais e, considerando as transformações na composição socioeconômica desses grupos nas últimas décadas, em que direção essa distinção atuaria na tendência de convergência da fecundidade por escolaridade (amenizando ou acentuando este padrão).

No escopo internacional, estudos de Musick et al (2009) e Brand & Davis (2011) indicam a existência de correlação mais forte entre o nível superior e a fecundidade para determinados segmentos, tal como as mulheres negras e de origem socioeconômica menos favorecida. Estudos realizados no escopo nacional, como o de Itaboraí (2012), sugerem uma relação entre a mobilidade social e uma redução da fecundidade em função dos custos de ascender socialmente. Mais recentemente, Vieira (2020), considerando distinções por origem socioeconômica internas ao nível superior, identifica distinções nos padrões de casamento e fecundidade por parte de mulheres cujas mães atingiram diferentes níveis de ensino.

A partir destas questões, o presente estudo tem a seguinte pergunta de pesquisa: Como e em que medida o status socioeconômico de origem da mulher está relacionado à fecundidade das mulheres dado a recente expansão do ensino superior no Brasil? O estudo

desse tema faz-se especialmente relevante porque fornece subsídios para análise de uma possível perpetuação do ciclo de pobreza em função de uma fecundidade diferenciada por status socioeconômico de origem - via transmissão intergeracional de capital socioeconômico, cultural e social - mesmo com a expansão educacional e consequente mobilidade educacional de parte das mulheres brasileiras.

O estudo permite, além disso, análises sobre a relevância de características socioeconômicas de origem - aqui mensuradas via escolaridade mais alta entre pai e mãe, ocupação do pai e tempo de residência no município - e características individuais para explicar a fecundidade das mulheres. Ademais, as discussões presentes no estudo permitem a análise das forças atuantes na convergência da fecundidade por grupos educacionais, sejam essas forças composicionais ou mudanças comportamentais ligadas às normas, valores ou capacidade de implementação das preferências reprodutivas. Nesse sentido, especificamente, o estudo visa aos seguintes objetivos:

- 1) Analisar possíveis padrões de fecundidade e de expectativas futuras relacionadas ao mercado de trabalho e à própria escolarização entre mulheres de 15 a 29 por escolaridade dos pais;
- 2) Analisar a existência de uma relação entre status socioeconômico de origem e a parturição de mulheres de 25 a 34 anos e averiguar em que medida essa relação é explicada pelo status socioeconômico atual;
- 3) Identificar possíveis heterogeneidades na relação entre a escolaridade e a parturição de mulheres 25 a 34 anos por status socioeconômico de origem;
- 4) Analisar em que medida as transformações na parturição média de mulheres de 25 a 34 anos dos grupos de ensino médio e ensino superior entre anos de 1996 e 2014 se deve à composição desses grupos no que tange às características individuais inerentes e ao status socioeconômico de origem;

Para atender ao primeiro objetivo, utilizou-se a *School to Work Transition Survey*, uma pesquisa cuja amostra engloba jovens de 15 a 29 anos. Mais especificamente, no presente estudo, utilizou-se a amostra brasileira, coletada no ano de 2013. Para atender aos objetivos 2 a 4, por sua vez, serão utilizados dados de duas rodadas da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD): as pesquisas de 1996 e 2014.

Além do quesito de número de filhos tidos, as referidas pesquisas contam com um suplemento de mobilidade social que permitem uma análise de persistências de padrões

socioeconômicos e as transformações da relação entre as variáveis analisadas nos dois períodos analisados.

A escolha das amostras a serem analisadas, no caso das PNAD's, deu-se em função do interesse em captar distinções na relação entre a mobilidade educacional e a fecundidade no período anterior e posterior às medidas institucionais para ampliação de acesso ao ensino superior dos anos 2000.

Além disso, buscou-se minimizar os efeitos da recessão econômica nacional, formalmente reconhecida pelo Comitê de Datação do Ciclo Econômico (Codace) da Fundação Getulio Vargas a partir do segundo trimestre de 2014. Ademais, as PNAD's de 1996 e 2014 contam com um suplemento de mobilidade social que apresenta variáveis relacionadas às características dos pais – como educação e ocupação - quando as mulheres tinham 15 anos de idade.

A delimitação do limite inferior da faixa etária a ser analisada nos objetivos 2 a 4 permite que sejam selecionados grupos com uma maior proporção de indivíduos com ensino superior completo. As análises desses objetivos foram realizadas para duas diferentes coortes: 25 a 29 anos e 30 a 34 anos. A primeira coorte foi definida com a finalidade de captar na PNAD de 2014 mulheres que iniciaram este nível de ensino no período em que foram implementadas as principais medidas de expansão educacional.

As mulheres mais jovens analisadas na coorte de 25 a 29 anos tinham, em 2014, idade apta para ingressar no ensino superior no ano de 2014 em 2007. Com a finalidade de estabelecer uma análise comparativa, foram analisadas as mulheres de 30 a 34 anos. Essas mulheres, ao contrário da coorte anterior, possuíam idade mínima para ingressar no ensino superior quando a maior parte das medidas de expansão ainda não existiam ou, pelo menos, não tinham a dimensão que tomaram nos anos 2000.

No que tange às hipóteses do estudo, acredita-se que, no ano de 2014, haja uma relação entre status socioeconômico de origem e fecundidade que independe da escolaridade da própria mulher. Em consonância com a *estratificação horizontal* do ensino superior, esse fenômeno ocorreria em função dos menores rendimentos e posições ocupacionais menos favorecidas por parte de mulheres de baixo status socioeconômico de origem. Em 1996, período em que a expansão do ensino superior era bem menos expressiva, por sua vez, acredita-se que, em função de um maior poder equalizador do ensino superior, essa relação não possa ser identificada.

A segunda hipótese do estudo é a existência de heterogeneidades na magnitude da associação entre fecundidade e o nível superior por status socioeconômico de origem. Acredita-se, nesse sentido, que as mulheres que apresentam menor status socioeconômico e baixa propensão de ingressarem no ensino superior, quando o fazem, não se distinguem tanto na parturição, quando comparadas aos seus pares, o que ocorre com maior intensidade para o grupo de mulheres com alta propensão de ingressar no ensino superior. Esse fenômeno ocorreria porque, para mulheres menos propensas, o ensino superior não teria um poder transformador tão forte tanto do ponto de vista socioeconômico quanto do ponto de vista de normas e valores.

A terceira hipótese, por fim, é a de existência de um efeito de composição com base nas características socioeconômicas de origem no ensino superior. Em outras palavras, acredita-se que se fosse mantida a composição de mulheres com ensino superior em termos de status socioeconômico de origem entre 1996 e 2014, a parturição média das mulheres desse mesmo grupo de escolaridade seria ainda menor em 2014. Isso ocorreria porque o ingresso de mulheres de status socioeconômicos mais diversos em 2014 transformaria a parturição média desse nível de ensino, amenizando o padrão de queda.

No que tocante às limitações, reconhece-se que a abordagem quantitativa utilizada não permite que seja estabelecida uma relação causal do fenômeno analisado. Distinções na fecundidade por origem socioeconômica interna aos grupos de escolaridade podem, portanto, estarem associadas tanto às características anteriores ao ingresso no nível de ensino superior (como intenções reprodutivas e outras características não observadas), quanto a um efeito transformador deste nível de ensino nas intenções e comportamento reprodutivo das mulheres.

Além do presente tópico de introdução, no estudo, apresenta-se, no capítulo seguinte, as principais características da expansão educacional brasileira. No terceiro capítulo, aborda-se o tema da transição da fecundidade e o gradiente educacional, seguido dos mecanismos associados à transmissão intergeracional de fecundidade (capítulo 4) e do poder equalizador do ensino superior nos processos de formação de família - incluindo a fecundidade (capítulo 5).

Considerando que o ensino superior possa conferir aos indivíduos uma mobilidade social intergeracional, apresenta-se, em seguida, os principais padrões e hipóteses que associam essa mobilidade à fecundidade (capítulo 6) e, fechando a seção teórica da tese, no capítulo 7, apresenta-se uma revisão da literatura sobre a gravidez na adolescência e o

alcance educacional (admitindo a existência de uma correlação entre fecundidade e ensino superior que seja explicada pelo alcance educacional das mães que tiveram filhos na adolescência).

No capítulo 8, apresenta-se um quadro teórico que resume as relações apresentadas na revisão da literatura, seguido da descrição dos dados e métodos adotados. Posteriormente, apresenta-se os dados e métodos utilizados, seguidos dos resultados e da discussão. Por fim, são apresentados a revisão da literatura e o apêndice, respectivamente, este último contendo alguns testes e análises não apresentados ao longo do texto.

2. EXPANSÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

No Brasil, a expansão escolar caracteriza-se pela coexistência histórica entre antigas e novas demandas de escolarização. A persistência da demanda por níveis mais básicos de ensino, mesmo com a expansão do ensino superior, é, segundo Algebaile (2013), um dos elementos estruturantes dessa expansão. A seguir, realizou-se um breve apanhado histórico dos principais marcos para o cenário educacional brasileiro.

No que tange à educação básica, aqui entendida como o ensino fundamental e o ensino médio, identifica-se uma polarização entre o ensino profissionalizante e o ensino comum que tem suas raízes no século XIX. A educação profissional no Brasil surge com uma perspectiva assistencialista de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias para que não praticassem ações que atentavam contra a moralidade da época (Moura, 2007).

Segundo Macedo (2019), esse processo é reiterado no Estado Novo, em 1940, em função da industrialização e da demanda de profissionais para atuar nas áreas técnicas da produção. Essa dualidade mantinha o ingresso ao ensino superior extremamente selecionado, já que aqueles que tinham curso profissionalizante não podiam ingressar nesse nível de ensino.

Apenas em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alcançou-se a equivalência entre o ensino profissionalizante e regular, o que possibilitou, ao menos legalmente, que indivíduos menos favorecidos socioeconomicamente ingressassem no ensino superior.

Em seguida, na década de 1970, instituiu-se um dos principais marcos legais da expansão educacional brasileira: a Lei de diretrizes e Bases da Educação (1971), que

estendeu o ensino fundamental para 8 anos e estabeleceu como escolaridade obrigatória o denominado ensino de 1º grau, junção do primário com o ginásio. Estabeleceu-se, além disso, a implementação de cursos profissionalizantes, dessa vez associados ao nível médio ou 2º grau, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional. No referido período, segundo Corti (2016), o país mais que dobrou suas matrículas no ensino médio, o que seria o resultado de uma demanda do mercado de trabalho, bem como da retirada dos tradicionais exames de admissão para esta etapa, que historicamente eram divisores de água.

Nesse período, ainda segundo Corti, a expansão desse nível de ensino ocorreu majoritariamente no setor privado. Na década de 1980, embora o número de matrículas tenha continuado a aumentar, o ritmo da expansão foi desacelerado. Ademais, o perfil da oferta de ensino médio se modificou com uma ampliação significativa da rede estadual que, em 1991, atendia a 65,5% do total das matrículas do país (Corti, 2016).

A despeito dos avanços supracitados, o Brasil manteve, até a década de 1990, baixos níveis de acesso educacional se comparado aos demais países da América Latina. Estudos preliminares atribuem o baixo alcance educacional do período à alta fecundidade (que acarretava uma pressão demográfica nos serviços de educação), questões econômicas (com destaque para a crise econômica dos anos 1980) e oferta insuficiente de instituições de ensino (Barros & Lam, 1993; Marteleto, Carvalhaes & Hubert, 2012).

Foi nessa década, por sua vez, que o caráter fundamental da educação básica se tornou uma discussão recorrente no cenário internacional. Por exemplo, a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia) em 1990, sob orientação do UNICEF/PNUD, expressa e reforça a fundamentalidade da educação básica.

Na conferência, difundiu-se a ideia de escolarização para satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, reforçando sua correlação com o bem-estar social. Adicionalmente, o Banco Mundial, em 1995, elencou a educação, sobretudo o nível básico, como chave para o aumento sustentável de taxas de crescimento econômico, para a superação das desigualdades e para a obtenção de um ambiente político estável (Vieira, 1999).

No âmbito nacional, no mesmo período, foram estabelecidas diversas políticas que indicavam atribuições e responsabilidades para a gestão de recursos educacionais nos níveis municipal, estadual e federal. A Constituição Federal de 1988, em conjunto com a

LDB de 1996, definiu como Educação Básica (conjunto de atividades educativas iniciais, formais ou não formais, que se destinam às necessidades básicas de aprendizagem) como o ensino infantil, fundamental e médio, embora não tornasse esse último um nível de ensino obrigatório (Scheibe, 2014).

Além disso, esses marcos legais conferiram autonomia para que os municípios formulassem políticas educacionais, sobretudo para o ensino fundamental e infantil (uma espécie de regime de colaboração, mas sem uniformidade de políticas ou diretrizes a serem seguidas).

Seguindo preceitos de organismos internacionais, o governo federal, no período de 1996 a 1998, introduziu uma série de políticas educacionais e estabeleceu padrões para o currículo escolar, qualificação dos professores, criação e produção de estatísticas educacionais e avaliação dos estudantes. Nesse contexto, em 1996 criou-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, implementado para promover especificamente o financiamento da educação básica.

Como resultado das medidas supracitadas e do fim da recessão econômica da década de 1980, observou-se, na década de 1990, um aumento sustentado do acesso ao nível fundamental e médio (Marteleto, Carvalhaes & Hubert, 2012). Este último, em especial, tornou-se a etapa de educação com o maior crescimento da década, apresentando um leve declínio nos anos 2000 (Corti, 2016).

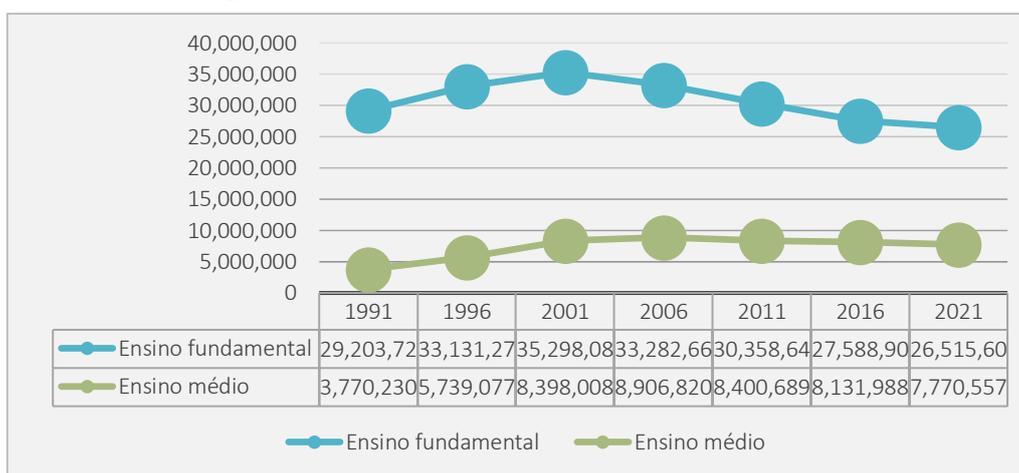
Segundo Marteleto, embora tenham ocorrido melhoras recentes da cobertura do sistema educacional brasileiro em todos os níveis de ensino e as taxas de matrícula no ensino fundamental já fossem praticamente universais em meados dos anos 2000, a universalização do acesso ao ensino médio ainda consiste em um desafio no cenário nacional. Um instrumento importante para o funcionamento das políticas educacionais que data do início dos anos 2000 é, segundo a autora, é o Bolsa Escola/Família, um programa de transferência de renda implementado em 2001 condicional à permanência das crianças na escola.

Alcançando-se a proximidade da universalização do ensino fundamental e um maior contingente de indivíduos que concluíam essa etapa, havia, nos anos 2000, a possibilidade de ampliação ainda mais intensa do ensino médio. Dentre os marcos legais desse período, destaca-se a Emenda Complementar 59 de 2009, que firmava, pela primeira vez, a obrigatoriedade escolar até os 17 anos.

De forma complementar, destaca-se o Plano Nacional de Educação (PNE), PL. n° 8.035 de 2010, que traduzia o esforço das entidades da área educacional pelo avanço das políticas que garantam a universalização da educação básica para todos, além do fortalecimento do pacto federativo, por meio da regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados proposto em 1996 (Macedo, 2019).

Como resultado do cenário anteriormente descrito, observa-se a distribuição de matrículas, em termos absolutos, apresentada na Figura 1. Nota-se que há um aumento das matrículas tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, seguida de uma estabilização. Identifica-se, além disso, que o número de matrículas do ensino fundamental mostra-se bem superior à do ensino médio em todos os períodos analisados.

Figura 1 – Matrículas no ensino básico entre 1991 e 2021



Fonte: Censo escolar (INEP). Elaboração própria.

Em termos de acessibilidade relativa, ou seja, que considera o percentual de matrículas com relação ao total de pessoas elegíveis para um dado nível de ensino, Brito (2017) destaca que não houve, entre a década de 1990 e os anos 2000, avanços significativos com relação ao ensino médio.

O autor ressalta que esse indicador chega inclusive a experimentar queda entre 1991 e 2000, momento no qual se observa um primeiro grande aumento no volume de população elegível. Uma das razões elencadas por Brito é o cenário econômico do período, que favorecia o abandono escolar e até o trabalho infantil. Só entre os anos 2000 e 2010 identificou-se um aumento no indicador relativo, reafirmando a tendência de melhoria de acesso, embora os níveis dessa tendência não atingissem aqueles do ensino fundamental até a década de 1990.

Os tópicos seguintes apresentam as peculiaridades da expansão educacional do ensino superior e, em seguida, da escolarização feminina,

2.1 ENSINO SUPERIOR

No que tange ao ensino superior, foco da presente tese, de modo geral, a literatura indica uma expansão tardia, marcada pela participação majoritária do ensino privado e diversificação das universidades públicas no que se refere aos cursos e modalidades ofertadas. Segundo Cunha (2015), no período colonial, Portugal desincentivou e proibiu que instituições de ensino superior fossem criadas no Brasil. Apenas no período em que a família real residiu no Brasil, foram criadas cátedras unidades de ensino de extrema simplicidade.

Em 1813, segundo Cunha, as cátedras independentes de Anatomia e de Cirurgia foram reunidas a outras, recém-criadas, e deram origem às academias de Medicina, no Rio de Janeiro e na Bahia, que hoje fazem parte das universidades federais desses estados. A primeira instituição de ensino superior do Brasil que assumiu duradouramente o status de universidade - a Universidade do Rio de Janeiro – teria sido criada apenas um século depois, em 1920.

O quadro de privatizações, por sua vez, teria início a partir da reforma universitária realizada no governo militar, no ano de 1968 (Carvalho, 2013). Neste período, o setor privado era composto majoritariamente de instituições de ensino superior (IES) confessionais e comunitárias e, segundo Carvalho, em função da ausência de um marco regulatório judicial para empresas educacionais, todas foram denominadas como instituições sem fins lucrativos e, conseqüentemente, foram beneficiadas pela renúncia fiscal. No que se refere à procura por esse nível de ensino nesse período, o total de candidatos inscritos nos exames vestibulares evidenciava, segundo Brito (2017), o aumento da demanda por educação superior no país, que não foi absolvida pelo aumento do número de vagas no setor privado.

As décadas seguintes foram marcadas pela intensificação da participação do setor privado no total de matrículas. Na década de 1970, embora o desenvolvimento econômico e a urbanização tenham contribuído para o aumento da população atendida por nível de ensino, houve um descompasso do nível superior com relação ao aumento do atendimento

do ensino médio, especialmente após a reforma implementada pela LDB de 1971, que concedeu foco ao ensino básico.

Ainda assim, entre 1965 e 1980, as matrículas do setor privado passaram de 142 mil para 885 mil alunos, representando 64% do total de matrículas nesse nível de ensino (Chaves, 2016). Diretrizes de organismos financeiros internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que limitavam o investimento em educação no ensino básico nas décadas de 1980 e 1990, corroboraram com o irrisório crescimento da oferta de vagas no setor público, reforçando a expansão do setor privado em curso (Corbucci et al, 2016).

Em meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, mais especificamente no governo de Fernando Henrique Cardoso, observou-se uma expansão de ambos os setores, público e privado, embora a tendência de prevalência do setor privado tenha se intensificado. Segundo Chaves (2016), nesse período, houve um aumento de 129,8% no número de estudantes matriculados na rede privada, enquanto o setor público cresceu apenas 55%. No período subsequente, de 2003 a 2010 (governo Lula), observou-se um crescimento maior no número de instituições de ensino superior públicas se comparadas às privadas.

Chaves indica, nesse sentido, uma diminuição relativa do crescimento de matrículas no setor privado, embora em termos absolutos esse número continuasse a se expandir. A seguir, são detalhadas algumas das políticas do referido período que contribuíram para esse cenário.

Dois programas do governo aprofundaram a tendência de crescimento do setor privado observado nas décadas anteriores: O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). O FIES, instituído pela lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar estudantes de cursos de graduação matriculados em instituições privadas participantes do programa e com avaliação positiva Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O financiamento com recursos do Fies é destinado prioritariamente a estudantes que não tenham concluído o ensino superior e não tenham sido beneficiados pelo financiamento estudantil. Nesse sentido, veda-se a concessão de novo financiamento a estudante em período de utilização de financiamento pelo Fies ou que não tenha quitado

financiamento anterior pelo próprio Fies ou pelo Programa de Crédito Educativo (Lei no 8.436, de 25 de junho de 1992).

No que tange ao critério de renda, até a edição de 2017, o programa aceitava candidatos cuja renda familiar bruta mensal não ultrapassasse os três salários-mínimos por pessoa. A partir de 2018, esse teto passa a ser de cinco salários-mínimos por pessoa, a depender do tipo de contrato e taxa de juros acordados. Ressalta-se ainda que, salvo algumas exceções¹, o Fies exige um fiador e indica alguns critérios de elegibilidade para exercer esse papel (como não ter o nome comprometido no SERASA e comprovar os rendimentos mensais capazes de cobrir as despesas ao fim do curso). Esta exigência, portanto, dificulta o acesso por alguns segmentos populacionais.

O Programa Universidade para todos (PROUNI), por sua vez, criado pela medida provisória 213 de 2004 e transformado em lei no ano seguinte, é um sistema de bolsas de estudos para indivíduos não detentores de diploma de nível superior e que atendam a pelo menos uma das condições seguir: I - tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública; II - tenham cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral; III sejam portadores de necessidades especiais, nos termos do decreto n o 3.298, de 20 de dezembro 1999; IV sejam professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica integrando o quadro de pessoal permanente de instituição pública.

No programa, há três tipos de bolsas de estudo, quais sejam: I - a bolsa integral, cujo aluno contemplado recebe 100% de isenção da mensalidade; II - a bolsa parcial de 50%, por meio da qual o aluno fica encarregado de pagar metade da mensalidade; e III - a bolsa parcial de 25%, a qual obriga o aluno a custear 75% do valor da mensalidade com recursos próprios. As regras sobre o percentual de bolsas parciais a serem adotadas pelas instituições são definidas pelo MEC e relacionam-se com o total de alunos da instituição e total e bolsas integrais ofertadas.

Pessoas com renda familiar per capita mensal inferior a um salário-mínimo e meio podem pleitear as bolsas integrais e aquelas que possuem renda familiar mensal per capita entre um e meio e três salários-mínimos está apto a conseguir uma bolsa parcial. Para concorrerem às bolsas, os alunos devem ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – que é aplicado em todo o território nacional.

¹ É dispensável fiador para Bolsistas parciais do ProUni, estudantes de cursos de licenciatura e com renda familiar bruta mensal de até um salário-mínimo e meio por pessoa.

No que tange à expansão e regionalização da rede pública de ensino, destaca-se o papel do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado em 2007. Dentre os objetivos e metas do programa, destacam-se o aumento do número de estudantes de graduação nas universidades federais e de estudantes por professor em cada sala de aula da graduação (relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais), a diversificação das modalidades dos cursos de graduação, por meio da flexibilização dos currículos, do uso do EaD, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e/ou bacharelados interdisciplinares, o incentivo à criação de um novo sistema de títulos e, por fim, a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação (Ministério da Educação, 2007).

Ressalta-se que o REUNI teve um importante papel para a denominada interiorização do ensino superior (Bizerril, 2020). Essa interiorização - que pode estar diretamente correlacionada com o perfil de concluintes desse nível de ensino - é descrita na literatura em duas principais fases. Na primeira fase, anterior ao REUNI, houve uma expansão da educação superior em cidades do interior dos estados, a partir da iniciativa privada em função de uma visão de mercado dos empreendedores (de Camargo, 2018).

Posteriormente, entre 2011 e 2015 houve, segundo Bizerril, uma fase de significativa criação de novos campi de universidades públicas. O ingresso nessas instituições por parte de indivíduos das mais variadas regiões do país foi facilitado pela instituição do Sistema de Seleção Simplificada (Sisu) em 2010 como alternativa aos vestibulares realizados, até então, de forma descentralizada, pelas instituições públicas de Ensino Superior.

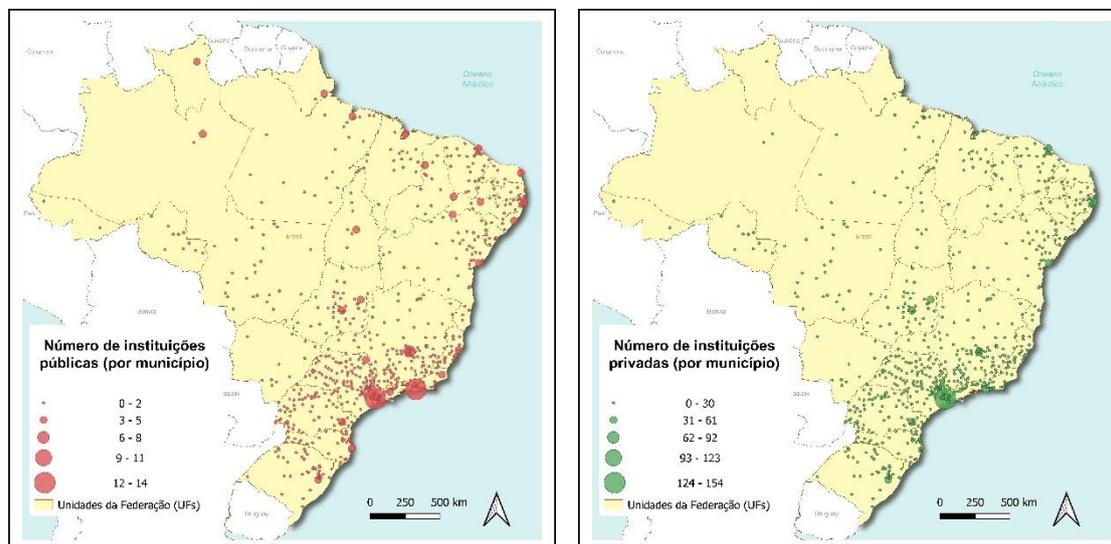
Ainda segundo Bizerril, o processo de interiorização dos campi das universidades federais brasileiras ampliou o número de municípios atendidos pelas universidades de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011 e resultou em um aumento de aproximadamente 70% das matrículas presenciais na rede federal.

Segundo o autor, o fortalecimento do modelo multicampi, estimulado pelo REUNE foi determinante para construção de uma proximidade real com as comunidades locais e da presença massiva de seus membros no interior da universidade, o que estaria relacionado à promoção do desenvolvimento regional, além da transformação do perfil discente, com a inclusão de indígenas, negros, moradores da periferia, povos do campo.

Além do modelo multicampi adotado, entre 2003 e 2014, criou-se 16 universidades públicas (de Camargo, 2018). No que tange à distribuição dessas, seis no

Nordeste, uma no Centro-Oeste, quatro no Sudeste e três no Sul. A distribuição de instituições públicas e privadas no ano de 2020 é evidenciada na Figura 2, disposta a seguir.

Figura 2 – Distribuição de universidades públicas (esquerda) e privadas (direita) no território nacional em 2020



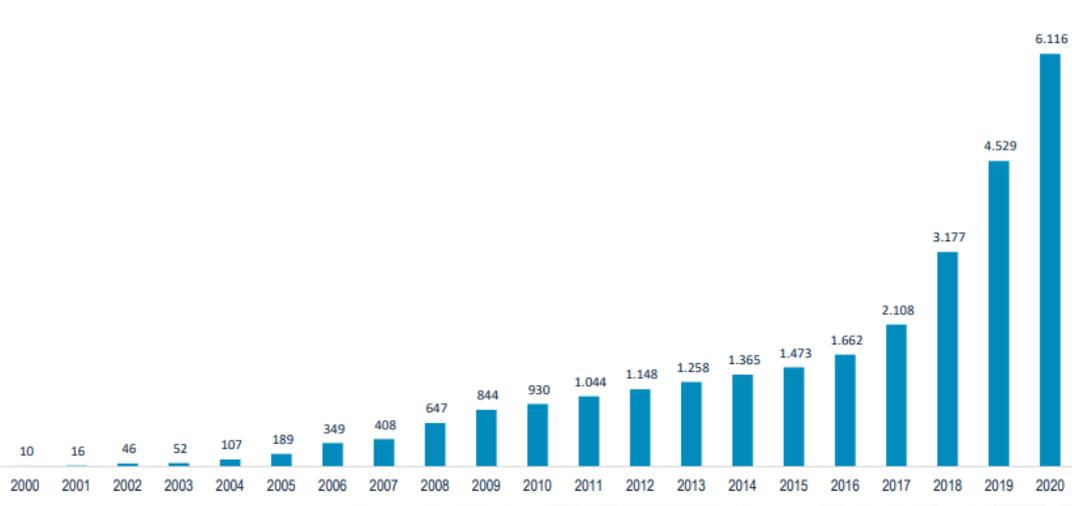
Fonte: Censo da educação superior (Inep), elaboração própria

Outra tendência impulsionada pelo REUNE foi o aumento de cursos e matrículas na modalidade de educação à distância. Nesse contexto, destaca-se, além do REUNE, a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2005. O UAB foi idealizado no Fórum das Estatais pela Educação e possui como prioridade a capacitação de professores da educação básica. Seu objetivo é estimular a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior. Para isto a UAB não propõe a criação de uma nova instituição de ensino, mas sim a articulação das já existentes, possibilitando levar ensino superior público, através de metodologias EaD, aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos.

A política, embora atualmente em vigor, mostra-se deficitária, segundo Mancebo & Martins (2015) já que os polos de apoio nos municípios não contam com insumos adequados no que tange à infraestrutura. Como resultado das referidas ações, o REUNE e a UAB, a Figura 3, disposta a seguir, evidencia a tendência de aumento do ensino à distância. O número de cursos EAD passou de 10, nos anos 2000, para 647 em 2008, ano imediatamente subsequente à implementação no REUNE. Esse número manteve-se

crecente durante todo o período posterior, com um aumento substancial no ano de 2020 que, por sua vez, pode estar correlacionado com o início da pandemia de Covid-19.

Figura 3 – Evolução no número de cursos de educação superior à distância



Fonte: Censo da educação superior (Inep)

De forma concomitante às políticas públicas supracitadas, o Plano Nacional de Educação (PNE) vigente entre 2001 e 2010, instituído pela Lei nº 10.172/2001, ressaltava a importância da expansão de vagas no período noturno considerando que as universidades, sobretudo as federais, possuem espaço para este fim. Esse movimento assegurou ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que tem direito, nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. No tocante às metas, esse mesmo PNE visava prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. Segundo dados do Censo da Educação Superior, no entanto, esse percentual foi próximo dos 20%, ficando a quem da meta estabelecida.

No que tange às medidas afirmativas, destaca-se o sistema de cotas, adotado por algumas universidades de forma independente a partir do início da década de 2000 e regulamentado na esfera nacional no ano de 2012, quando foi sancionada a lei n. 12.711. A lei define parâmetros inclusivos, por meio da reserva de vagas, para o acesso às Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) e aos institutos federais de ensino técnico de nível médio vinculados ao Ministério da Educação (MEC). A referida Lei prevê que 50% das vagas por instituição, curso e turno devam se destinar aos alunos que estudaram na rede pública enquanto cursavam o nível médio. Em seguida, estabelece uma segunda reserva de vagas, inserida no primeiro contingente, voltada para outras duas condições: uma proporção mínima de 50% de estudantes oriundos de famílias cuja renda

mensal per capita é igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; e uma proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas no mínimo igual à soma desses grupos na unidade da federação (UF) onde se encontra o referido estabelecimento de ensino.

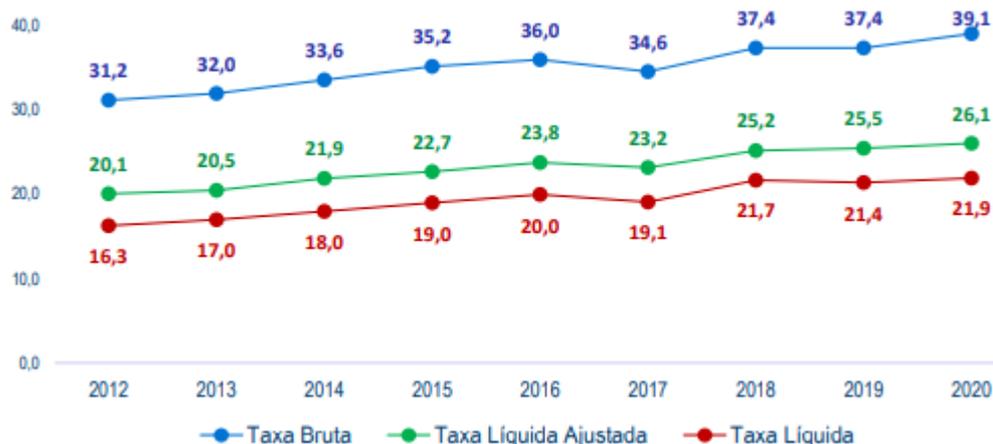
As instituições tiveram o prazo de quatro anos para atingir os referidos percentuais, iniciando em 2013 com a reserva de no mínimo 12,5% das vagas disponíveis para cada turma e curso. Evidências empíricas como a dissertação produzida por Santos (2018) indicam, no entanto, que os percentuais estabelecidos na política não foram alcançados no período estipulado: segundo Santos, do total de estudantes ingressantes matriculados no ensino superior federal em 2016, apenas 38,4% eram cotistas, ou seja, mesmo que as instituições tenham procurado se adequar à lei, na prática, as vagas reservadas não foram completamente preenchidas pelo público-alvo da política.

No contexto das políticas públicas abordadas nos parágrafos anteriores, Senkevics e Mello identificam, entre 2012 e 2016, um aumento de 55,4% para 63,6% de ingressantes no ensino superior oriundos do ensino médio público, com substanciais avanços também no que tange à participação racial.

Essas transformações ocorreram, segundo os autores, sobretudo nas instituições mais seletivas e que partiam de patamares de inclusão social mais baixos. Rosetto e Gonçalves (2015), valendo-se de dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), discute o perfil de alunos beneficiados pelas políticas. Segundo os autores, dentre as três políticas analisadas – FIES, PROUNI e cotas, os prounistas têm os menores níveis de renda e menos chances de cursar ensino médio privado. Além disso, alunos do ProUni não têm, em média, educação gratuita, como é o caso dos cotistas. Rosetto e Gonçalves destacam que, de forma geral, os resultados mostram que as cotas favoreceram indivíduos cujas causas de inequidade estejam majoritariamente associadas à cor, o que era esperado pelo próprio desenho da política.

Mais recentemente, após o congelamento de investimentos em políticas sociais por 20 anos, estabelecida pela Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, observa-se um esvaziamento de políticas inclusivas como o Fies, o ProUni, a expansão das universidades federais e a imposição de um viés privatizante (Uczak, Bernardi & Rossi, 2020). O cenário observado e até a essência da própria Emenda contrariam as metas e diretrizes estabelecidas pelo PNE em vigor. Como resultado, observa-se uma diminuição das taxas de matrícula em 2016, seguida de uma estabilização nos anos seguintes.

Figura 4 – Taxas de escolarização bruta e líquida - Brasil



Fonte: Censo da educação superior (Inep)²

Embora haja um consenso sobre os avanços no que tange ao aumento relativo da cobertura do ensino superior nos anos 2000, algumas críticas sobre esse processo devem ser consideradas. A primeira, se refere à qualidade dos cursos criados pelas instituições privadas, cuja expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas (Maciel et al, 2021).

A segunda se refere ao aumento do número de estudantes sem o necessário incremento no quadro de professores e técnicos nas universidades federais (Mancebo & Martins, 2015), o que alguns autores sugerem estar associado ao comprometimento do nível de ensino. A terceira crítica trata de uma expansão não equitativa quanto aos status socioeconômicos atendidos, uma vez que as vagas disponíveis em instituições públicas, o sistema de bolsas e o financiamento nas instituições privadas seriam insuficientes para atender à demanda de indivíduos de baixo status socioeconômico.

2.2 ESCOLARIZAÇÃO FEMININA

No tocante à análise da escolarização por gênero, o que se observa, nas últimas décadas, é a ocorrência de uma reversão no padrão em que os homens detinham uma maior média de anos de estudos se comparados às mulheres. A ocorrência desse padrão tem início no período colonial, com a apropriação de uma tradição cultural portuguesa de

² A taxa líquida é calculada considerando as pessoas de 18 a 24 anos. Em seu numerador, são considerados aqueles indivíduos que cursam o ensino superior. A taxa líquida ajusta considera, no numerador, pessoas que cursam e que concluíram esse nível de ensino.

que as mulheres não precisavam aprender a ler ou escrever (Almeida, 1998). Nesse período, segundo Beltrão e Alves (2009), a obra educativa da Companhia de Jesus fortaleceu essa predominância masculina, já que, apoiados na tradição cultural vigente, foram responsáveis pela construção de grande parte das escolas.

As primeiras instituições destinadas à educação de mulheres surgiram no século XIX em função das imigrações internacionais e diversificação econômica. Segundo Beltrão e Alves (2009), no entanto, essas instituições apresentavam claras especializações de gênero, criando um quadro de ensino dual: ao sexo feminino cabia a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e esposa.

Embora nesse período o sistema de escola pública premiasse a obediência e passividade, sobretudo femininas, reconhece-se que o maior ingresso das mulheres no nível básico esteja associado a uma maior autonomia delas (Rosemberg, 1994). No que tange ao ensino superior, as mulheres foram privadas de cursar os primeiros cursos surgidos no país. Embora o decreto imperial que facultou à mulher a matrícula em curso superior date de 1881, na prática, o ensino dual fazia com que a maior parte das mulheres, que cursavam o magistério, fossem impedidas de cursar o ensino superior, já que essa modalidade – embora considerada de grau médio - não era aceita para a disputa de vestibulares (Beltrão e Alves, 2009).

Só em 1961, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, garantiu-se a equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares (Beltrão e Alves, 2009). Foi só a partir daí que as chances das mulheres de ingressarem no ensino superior aumentaram significativamente.

Segundo Beltrão e Alves, paralelamente à essa transformação na legislação educacional, outras mudanças consolidaram a tendência de uma maior escolarização feminina nas décadas seguintes. Do ponto de vista jurídico, ainda na década de 1960, foi sancionada a Lei 4.121, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, que revogou vários dispositivos ultrapassados do Código Civil de 1916, entre os quais o que equiparava o status civil da mulher casada ao dos menores e dos alienados – tornando-a, portanto, civilmente incapaz. No âmbito tecnológico, nessa mesma década, houve a disseminação de métodos contraceptivos eficientes.

Embora a conjuntura política da ditadura tenha retardado o movimento de maior escolarização feminina, a crise econômica da década de 1980 levou as mulheres a ingressarem em massa no mercado e buscarem a escolarização para compensar desvantagens salariais que ocorriam mesmo quando seu nível de escolaridade era idêntico ao dos homens (Beltrão e Alves, 2009).

Em termos de anos de estudos, é nessa década em que a reversão do hiato de gênero de fato ocorre segundo os dados agregados. Nota-se, no entanto, um importante efeito de coorte que é reconhecido pela literatura. Beltrão e Alves, 2009, por exemplo, indicam que para o grupo etário de 10-14 anos, desde o censo de 1960 o hiato educacional de gênero já havia se revertido.

No âmbito desse processo de maior escolarização feminina, o ensino universitário se destaca como um importante marco pois sempre esteve mais diretamente relacionado à maior presença no mundo público e à aquisição não apenas de habilidades para o mercado de trabalho, mas também de novos valores e práticas (Guedes, 2008). No que tange à fecundidade e ao comportamento reprodutivo – temas da tese, portanto, o alcance desse nível de ensino é especialmente relevante.

Ressalta-se que a reversão do hiato educacional no ensino superior ocorreu, segundo Guedes (2008), de forma intensa na década de 1980. Tínhamos, em 1970, uma maior prevalência de mulheres com 2º grau completo, o que indicava uma espécie de freio no processo de escolarização, já que uma parcela expressiva dos homens que concluíam o 2º grau ingressava na universidade.

Já na década seguinte, a entrada feminina nesse nível de ensino foi tão intensa que a parcela de mulheres de 25-29 anos com nível universitário era 5% superior à de homens no mesmo grupo etário. Nesse sentido, ainda segundo Guedes, a melhora dos níveis educacionais deu-se de forma significativamente maior para mulheres, especialmente no que tange às coortes mais jovens e ao contingente universitário.

O que foi observado a partir de um maior contingente de mulheres no ensino superior foi uma estratificação relacionada aos cursos escolhidos e até ao rendimento escolar (Guedes, 2008). Mulheres concentravam-se em cursos secundários propedêuticos, enquanto os homens agrupavam-se nos cursos profissionais. O que se observa, portanto, é uma espécie de continuidade da divisão do trabalho, com a especialização de mulheres em áreas semelhantes às funções que elas já exercem em seus domicílios.

Em uma análise a partir de dados do Inep de 2014, Barros e Mourão (2018) constatam que ainda há um maior número de mulheres nas áreas de saúde e bem-estar (76,6%) e de educação (72,7%). Os homens, por sua vez, são maioria nas ciências exatas – matemática e computação (69%) e engenharia, produção e construção (68,5%). Um padrão semelhante é identificado pelas autoras nos cursos de doutorado a partir de dados da plataforma lattes. Apesar dessas disparidades, Barros e Mourão (2018) reconhecem, em uma análise temporal, os recentes avanços em direção a um acesso mais igualitário no que tange à tipologia de curso.

2.2 ESTRATIFICAÇÃO EDUCACIONAL E O PODER EQUALIZADOR DA ESCOLARIZAÇÃO

O acesso mais equitativo ao ensino superior é fundamental para diminuir as desigualdades entre grupos sociais. A literatura sobre estratificação educacional indica que tanto o acesso aos diferentes níveis educacionais quanto as características qualitativas de um determinado nível (como a modalidade e curso escolhido) influenciam as chances de alcançar melhores ocupações e rendimentos. Nessa mesma linha, é razoável a hipótese de que a difusão de novas práticas, valores morais, aquisição de capital social e capital humano também sejam influenciadas tanto pelo nível educacional quanto pela qualidade do ensino cursado.

Desigualdades por classe social de origem (Mont'Alvão, 2014; Marteleto et al., 2012), gênero (Torche, 2010) e raça (Marteleto et al., 2016, Mont'Alvão, 2014) são amplamente reportadas pela literatura de estratificação educacional. Estudos pioneiros foram iniciados na década de 1960 a fim de avaliar se as escolas contribuem significativamente para a formação dos estudantes. Esta área, denominada eficácia escolar, avançou consideravelmente após a publicação do Relatório Coleman, em 1966.

Os objetivos do relatório consistiam em analisar o grau de segregação de grupos étnicos em termos educacionais e avaliar a correlação entre desempenho e escolas frequentadas pelos alunos. O autor identificou que, controlando por variáveis socioeconômicas, as variações de desempenho dos alunos eram maiores dentro de uma mesma escola do que entre escolas distintas. Em linhas gerais, os resultados apontaram para uma alta correlação entre origem socioeconômica e rendimento escolar e uma importância menor do que se esperava das características das escolas no aproveitamento

dos alunos. Desde então, diversos autores buscaram analisar o tema, corroborando ou refutando os achados de Coleman.

O Relatório Plowden, publicado em 1967, analisou algumas escolas no contexto da Inglaterra e identificou uma forte correlação entre o aproveitamento dos alunos e a atitude dos pais. Assim como os achados de Coleman, o Relatório indica que as características das escolas têm uma baixa correlação com o aproveitamento escolar. Valendo-se de novas medidas cognitivas e não cognitivas de eficácia escolar, Mortimore et al (1988), por sua vez, identifica uma forte correlação entre o desempenho em leitura e a escola frequentada pelos alunos.

Algumas teorias foram desenvolvidas em torno do debate de estratificação educacional: a perspectiva da industrialização, por exemplo, postula que, quando há um aumento no desenvolvimento social e econômico de uma localidade, o efeito da origem social nas trajetórias escolares/educacionais e ocupacionais tornar-se-ia menor. Haveria, nesse sentido, uma expansão da educação que conferiria aos indivíduos, além de oportunidades educacionais mais igualitárias, aquisição de valores culturais (Bell, 1976; Goldthorpe, 2003).

Um dos teóricos nesta linha, Mare (1979) representou um avanço metodológico e teórico para a pesquisa em estratificação educacional. O autor acreditava que, a partir da expansão escolar, um declínio do efeito das origens sociais em uma dada série seria observado. Do ponto de vista metodológico, Mare considera que a escolaridade adquirida por um indivíduo funciona como uma sequência das progressões de série (ou uma sequência de escolhas binárias), ao contrário de um único número de séries concluídas.

Nesse sentido, Mare acredita que alterações em níveis de realização educacional não ocorrem como resultado de mudanças uniformes em taxas progressão em cada estágio do processo de escolarização. Baseando-se no sistema de ensino americano, os resultados de Mare sugerem que, em função de uma seletividade ao longo das séries escolares, os efeitos de características socioeconômicas dos pais nas chances de progredir para o próximo nível de ensino sejam maiores nos níveis de escolaridade menos elevados, tornando-se menos relevantes nos níveis de ensino mais elevados.

A manutenção dos indicadores de desigualdades educacionais entre períodos e em níveis educacionais mais elevados, fomentou o surgimento de outras linhas de pesquisa além da perspectiva da industrialização. Uma delas é a linha racional, em que a aquisição da progressão escolar é entendida como uma função da avaliação que os pais em suas

posições sociais fazem do risco, benefício e custo da continuidade nos estudos e das aspirações e rendimento escolar distintos de indivíduos em diferentes posições sociais. Nesta linha, ganham destaque duas hipóteses: a *Maximally Maintained Inequality* (desigualdade maximamente mantida) e *Effectively Maintained Inequality* (desigualdade efetivamente mantida).

Raftery e Hout (1993) argumentam que o processo de desigualdade maximamente mantida (*Maximally Maintained Inequality* – MMI) explica a persistência da desigualdade educacional mesmo em países que experimentaram uma expansão educacional. Baseado na experiência da expansão educacional na década de 1960 na Irlanda, os autores indicam que a associação entre origens sociais e transições educacionais permanecem as mesmas de coorte para coorte, a menos que haja um aumento considerável no número de matrículas que sature a demanda por educação nos grupos de mais alto status socioeconômico.

Nesse caso, a associação entre origem social e a educação não é enfraquecida. A expansão educacional em si, sem a saturação do atendimento aos grupos socioeconômicos privilegiados, não seria, segundo os autores, suficientes para reduzir inequidades entre classes sociais, já que as oportunidades não estariam disponíveis para todas as classes. Em função de maiores ambições, melhores rendimentos acadêmicos em séries anteriores e melhores condições para arcar com custos financeiros da escolaridade, indivíduos de alto status socioeconômico gozariam das oportunidades educacionais proporcionadas pela expansão de maneira desigual se comparados ao grupo de baixo status socioeconômico. Essa teoria explicaria os gargalos identificados no acesso aos níveis de ensino mais elevados.

Corroborando a hipótese de desigualdade maximamente mantida, alguns estudos empíricos apresentam evidências para a ocorrência de um adiamento dos efeitos seletivos por origem socioeconômica na educação, transpondo o gargalo para os níveis de escolaridade mais elevados. Ao analisar a expansão do ensino dos anos 1950 aos anos 1980 na Itália, Shavit & Westerbeek (1998) identificaram um efeito declinante da escolaridade dos pais na conclusão dos níveis de ensino mais baixos ao longo do tempo.

Essa tendência não foi identificada, no entanto, para a conclusão do ensino universitário. Resultados semelhantes foram identificados na Ásia: os achados de Chang (2003) apontam para um aumento na força da associação entre origem social e realização educacional para as transições do ensino médio e superior em coortes mais jovens.

No que tange às evidências nacionais, Marteleto et al (2012) identifica que, embora as coortes mais jovens desfrutem de oportunidades educacionais mais igualitárias em relação às coortes mais velhas no acesso aos níveis fundamental e médio, existem gargalos importantes ligados a desigualdades persistentes com base na origem social e na raça, especialmente para a conclusão do ensino médio.

Analisando o acesso ao ensino superior nos anos de 2001 a 2009, Mont'Alvão (2014) encontra um declínio do efeito da escolaridade dos pais, da raça e do trabalho atual no acesso a esse nível de ensino. O efeito da origem socioeconômica e da estrutura familiar, por sua vez, manteve-se estável no período. Ao analisar países da América-Latina, os resultados de Torche (2010), apontam para um aumento da desigualdade de oportunidades educacionais nos níveis médio e superior entre as coortes que estiveram submetidas à crise de 1980 no Brasil, na Colômbia e no México.

Segundo o autor, nos países analisados a diminuição da desigualdade parece ser impulsionada pela expansão no contexto da saturação do acesso da elite. Valendo-se do modelo logístico, Silva (2003) analisa a relação entre a estratificação e a expansão educacional para as transições das 1ª, 4ª e 8ª séries em 1981, 1990 e 1999. Nos resultados, Silva indica que a renda, assim como a cor, reduz seus efeitos em todas as transições – o que estaria ligado à transferência da seletividade para níveis de ensino mais altos, em conformidade com a hipótese de MMI.

No entanto, nota-se que o efeito negativo de ter filhos cresce ao longo dos anos já na primeira transição, sugerindo que os filhos estariam ligados a um alto abandono escolar. Também corroborando a hipótese de MMI, Ribeiro (2011) faz um analisa as transições educacionais a partir da Pesquisa Padrões de Vida realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1996 e 1997.

Segundo o autor, o padrão de desigualdade muda ao longo das coortes, dado que foi detectado o declínio dos fatores “educação da mãe” e “ocupação do pai” nas chances de completar um ano de idade e a educação elementar. No que tange ao nível de ensino superior, no entanto, nota-se que a relação identificada é contrária, com o aumento do efeito dessas variáveis para realização da transição.

Baseando-se na limitação da análise das transições educacionais, que não considera características qualitativas do sistema, Breen e Jonsson (2000) apresentam uma nova perspectiva, fundamentada nas diferentes trajetórias e currículos escolares cursados por indivíduos de um mesmo nível de ensino. Segundo os autores, além da opção de

continuar ou não nas transições educacionais, há também uma opção pelos tipos de cursos existentes. Cada uma das trajetórias possíveis estaria ligada a uma probabilidade de segui-la, que seria distinta para as diferentes origens sociais.

Baseado nessa premissa, Lucas (2001) propõe a hipótese de desigualdade efetivamente mantida (*Effectively Maintained Inequality*). Para o autor, à medida que um nível de ensino se torna comum, os atores socioeconomicamente favorecidos garantem para si e para seus filhos algum grau de vantagem em termos de qualidade do ensino ofertado, mantendo os privilégios que anteriormente eram garantidos pelo nível de ensino acessado majoritariamente por estes atores.

Essa perspectiva destaca a importância de medidas da qualidade das escolas e fatores como a área de estudo, o grau de prestígio do curso estudado e o tipo de escola, pública ou privada, aspectos que, segundo Carvalhães e Ribeiro (2019), funcionariam para estruturar e manter diferentes chances de sucesso educacional e posteriores oportunidades de trabalho.

Em um estudo empírico no período de 1980 a 2006 na Irlanda, Byrne & McCoy (2017) identificaram que os alunos de origens de alto status socioeconômico têm maior probabilidade de ingressar em universidades, enquanto os alunos de origens socioeconômicas baixas têm maior probabilidade de frequentar institutos de tecnologia ou faculdades, instituições cujo retorno pós-escolarização é reduzido. Os autores atribuem os resultados identificados à hipótese de desigualdade efetivamente mantida.

No contexto nacional, os estudos de Marteleto et. al (2012) e Carvalhães & Ribeiro (2019) também identificam distinções qualitativas por origem socioeconômica, o primeiro para o ensino superior e o segundo para os ensinos fundamental e médio. Embora tenha identificado uma queda da associação entre origem social e as matrículas dos níveis fundamental e médio, Marteleto encontra um aumento na associação entre origem social e matrículas em escolas privadas, o que seria um indicador de uma estratificação horizontal da educação.

Os resultados de Carvalhães e Ribeiro indicam que pessoas com origem nos estratos mais altos (pais com ensino superior) tinham probabilidade significativamente maior de entrar em cursos superiores de maior prestígio (como medicina, odontologia, engenharias) e em instituições públicas do que pessoas com origem nas classes mais baixas. Diferente da educação básica, o ensino superior privado, na maioria dos casos,

estaria associado a uma desvantagem em termos de resultados de alocação no mercado de trabalho.

De maneira similar, Beltrão e Teixeira (2004) indicam uma maior inserção de negros e mulheres em carreiras universitárias de menor prestígio social voltadas para áreas de ensino, cuidado e serviços. Rodrigues (2023), utilizando dados do INEP, indica uma sobrerrepresentação de homens, brancos e filhos de pais com formação em ensino superior em formações denominadas imperiais (medicina, engenharia e direito). Essas mesmas profissões teriam, segundo Rodrigues, melhores retornos no mercado de trabalho se comparadas à média das formações superiores.

Ressalta-se que as transformações nos padrões de acesso a um dado nível educacional podem estar correlacionadas às mudanças na composição de origens socioeconômicas, tal como nos níveis gerais de renda dos pais, no arranjo macro dos status ocupacionais, no tamanho de família, na região de residência (urbana ou rural) e na própria composição de escolaridade dos pais (Mare, 1979).

Nesse sentido, sempre que possível, o presente estudo buscará considerar os fatores supracitados nas análises a serem conduzidas. Um exemplo empírico deste tipo de relação é o estudo de Torche (2010), que identifica um aumento da correlação da origem familiar no acesso ao ensino superior durante a crise de 1980 no Brasil, México e Colômbia. Esta relação seria explicada, segundo o autor, pelo aumento de volatilidade na renda das famílias, que optariam pelo ingresso no mercado de trabalho em detrimento da continuidade dos estudos.

As teorias e evidências empíricas acerca da estratificação horizontal da educação e o modelo de expansão educacional ocorrido no Brasil nos levam ao questionamento sobre o poder equalizador do ensino superior, ou seja, sobre o poder deste nível de ensino em conferir de fato uma mobilidade social aos indivíduos que, transpondo as barreiras de acesso associadas à classe socioeconômica de origem, constituem a primeira geração a cursá-lo.

Seria a transmissão intergeracional de status socioeconômico minimizada ou anulada quando os indivíduos transpõem as barreiras de conclusão desse nível de ensino? Serão apresentadas a seguir teorias e evidências empíricas que demonstrem que o ensino superior oferece ou não oportunidades iguais para o sucesso econômico e inserção no mercado de trabalho independentemente das vantagens advindas do status de origem.

O nível educacional mostra-se relacionado aos retornos financeiros e não financeiros (saúde, longevidade, por exemplo). O ensino superior, em especial, tem sido descrito como um dos mais importantes instrumentos para a mobilidade social. Embora esta relação seja amplamente aceita pela literatura, questões que tratam do poder equalizador desse nível de ensino permanecem como tema de debate.

Em um estudo empírico clássico, valendo-se de dados dos Estados Unidos da década de 1970, Hout (1988) identifica que a educação diminui distinções ocupacionais por status socioeconômico de origem. No ensino superior, em especial, as relações entre status socioeconômico de origem e as ocupações identificadas pelo autor foram quase nulas, o que sugere que este nível de ensino teria um grande impacto sobre a redução das desigualdades no que tange à inserção laboral.

Nessa mesma perspectiva, estudos realizados na França, Suécia, Alemanha e Portugal apontam para um enfraquecimento da relação entre origem social e status socioeconômico atual para indivíduos de níveis de escolaridade mais elevados (Breen & Jonsson 2007; Breen & Luijkx, 2007; Chaves, 2014). No estudo de Chaves, por exemplo, foram comparados diplomados portugueses de diferentes origens sociais formados em cursos idênticos. Os resultados do autor apontam para resultados ocupacionais semelhantes entre indivíduos de diferentes origens sociais, o que sugere que o nível superior tem um alto poder nivelador.

No que tange ao escopo nacional, os estudos identificados sobre o tema tratam de contextos restritos a uma modalidade de curso ou a uma universidade, limitando a generalização e comparabilidade dos resultados. O artigo de Vargas (2011), por exemplo, examina os dados de uma amostra composta por 722 egressos da UFMG, graduados entre 1975 e 2000, nos cursos de Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Direito e Geografia. Valendo-se da participação no programa de assistência estudantil como próxi de origem social, a autora compara os rendimentos de bolsistas e não bolsistas.

Os resultados evidenciam que as rendas dos egressos apresentam, em cada carreira, padrões semelhantes, indicando que a posse do diploma teve efeito positivo para os egressos, diminuindo ou amenizando a influência da origem social. Ressalta-se que o referido estudo foi conduzido anteriormente à aplicação da maioria das medidas de expansão educacional.

Em seu notável estudo realizado na França e publicado na década de 1980, Bourdieu (1988) ressalta as condições estruturais que reproduzem as desigualdades

sociais mesmo nos casos em que os indivíduos com condições socioeconômicas pouco favoráveis superam as barreiras educacionais. Ao localizar os diferentes estratos sociais a partir de sua maior ou menor detenção dos capitais cultural, econômico ou social, Bourdieu extrapola a linha de pesquisa clássica da estratificação e revela que os filhos das elites, além de serem mais propensos a obterem diplomas, são também os que sofrem menos os efeitos da desvalorização da formação decorrente da popularização dos cursos superiores ocorrido no contexto francês.

Na perspectiva apresentada por Bourdieu, a expansão educacional não é uma condição suficiente para minimizar as desigualdades de oportunidades, uma vez que, para o autor, o valor de uma certa titulação estaria diretamente associado ao capital econômico, cultural e social de seu possuidor.

O capital cultural, mecanismo postulado por Bourdieu recebeu destaque na perspectiva Silva e Hasenbalg (2002). Tratando da relação entre a esfera dos bens simbólicos e práticas culturais utilizadas para reproduzir relações de classes, o capital cultural seria, segundo Silva e Hasenbalg, desenvolvido nas relações primárias da família e que, com o tempo, resultaria no domínio da cultura apreciada e presente dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, os filhos dessas elites, além de serem líderes na obtenção dos diplomas, sofreriam menos os efeitos da desvalorização dessa formação decorrente da popularização dos cursos superiores, já que são detentores de uma espécie de credencial ligada à forma como se comportam, suas habilidades

Estudos mais recentes corroboram, em certa medida, os postulados de Bourdieu. A fim de avaliar o "poder meritocrático" do diploma universitário e pós universitário, Torche (2011) analisa a mobilidade intergeracional em termos de classe, status ocupacional, rendimentos individuais e renda familiar para homens e mulheres americanos. Embora uma menor correlação entre origem social e status socioeconômico fosse esperada para os níveis de pós-graduação em função de uma alta seletividade deste nível de ensino e de uma maior socialização profissional e construção de laços sociais, os resultados de Torche não apresentaram este padrão.

Os achados do autor indicam que a associação intergeracional é forte entre aqueles com baixo nível de escolaridade, que enfraquece ou desaparece entre os titulares de diploma de bacharelado, mas ressurgue entre aqueles com graus avançados, levando a um padrão em forma de U. Este padrão poderia ser explicado, segundo Torche, por um alto

grau de estratificação educacional nos níveis mais avançados. Ao realizar um estudo similar, também no contexto americano, Zhou (2019), por sua vez, identifica que uma vez que os processos de seleção são ajustados, a mobilidade de renda intergeracional entre graduados universitários é muito próxima daquela entre não graduados. Considerando estes achados, o autor ressalta a importância de investimentos públicos na qualidade do ensino superior, uma vez que a simples ampliação de acesso não seria suficiente para redução de desigualdades.

No Brasil, com o objetivo de testar a validade das proposições de Bourdieu, Lemos et al (2009) analisa dados de uma pesquisa feita com 98 formandos e egressos de um curso de administração de empresas de uma renomada IES do Rio de Janeiro. Em seu artigo, Lemos identifica relações entre as origens desses egressos e sua inserção no mercado de trabalho, ligando a bagagem cultural e econômica de sua família, às empresas e aos postos aos quais ascenderam.

Observou-se, nesse sentido, a existência de diferenças quanto às condições de inserção no mercado de trabalho: os indivíduos com menor renda familiar (até R\$5.000,00), além de estarem, em sua maioria, (90%) trabalhando ou estagiando, em contraste com os respondentes de maior renda (50% trabalhando), recebem menor remuneração e em maior número aceitam trabalhar para empresas de pequeno porte do que os do outro estrato.

Ainda no escopo nacional, Martins (2017) conduziu 13 entrevistas semi-estruturadas com coordenadores de cursos de graduação ligados à tecnologia em Porto Alegre. Os resultados sugerem que a expansão e profissionalização do ensino superior possibilitou acesso a esse nível de ensino a pessoas que dificilmente o teriam. Ademais, verificou-se que o ensino superior acaba servindo como máquina de triagem, formando profissionais para atender às necessidades do mercado de trabalho, mas não possibilitando maior mobilidade social. São diplomas que, segundo o autor, fornecem acesso fácil ao mercado de trabalho, mas que são limitados nas chances que disponibilizam de evolução na carreira.

Ressalta-se que o enfraquecimento da relação intergeracional de status socioeconômico identificada, por exemplo, por Hout não necessariamente implica na redução da desigualdade, uma vez que o ingresso neste nível de ensino mostra-se ainda associado às características específicas – como o número de filhos tidos, ou seja, os

efeitos podem ocorrer em função da seleção dos atributos de indivíduos que ingressam nesse nível de ensino.

No que tange aos processos de seleção, também questionados por Bourdieu, Karlson (2019) analisa em que medida o efeito de seleção por atributos observados (por exemplo, origens ocupacionais) e características não observadas (por exemplo, capacidade cognitiva) são os responsáveis pelo alto poder de mobilidade social atribuído ao nível de ensino superior. Os resultados produzidos pelo autor indicam evidências contra a hipótese da seletividade: O controle da seleção não aleatória na amostra não altera a magnitude da associação entre origens e destinos estimados entre titulares de diploma universitários e de pós-graduação. Este mesmo resultado é observado ao considerar a transmissão intergeracional da renda familiar em detrimento do status ocupacional.

A revisão de literatura realizada sugere a existência de uma correlação entre as variáveis de origem social e características individuais inatas e o ingresso/ conclusão de determinados níveis de ensino, bem como os resultados auferidos a partir de sua conclusão. No que tange à relação com o ingresso no nível superior, no cenário brasileiro, embora as evidências apontem para manutenção de desigualdades por status econômico de origem, estudos recentes identificam um enfraquecimento da relação entre raça, escolaridade dos pais e trabalho atual nas chances de ingressar no ensino superior (Marteleto, Marschner & Carvalhaes, 2016; Mont'Alvão Neto, 2014).

Ainda de acordo com a literatura analisada, mesmo quando as barreiras de acesso são transpostas, o nível superior não necessariamente acarreta o nivelamento de oportunidades por diferentes grupos sociais. Além disso, em resumo, pode-se dizer que as variáveis de escolaridade, status socioeconômico de origem e status socioeconômico de destino podem estar correlacionadas de três formas. Na primeira, o status socioeconômico de origem exerce uma influência sobre o nível de escolaridade. Mais especificamente, no caso do presente estudo, trata-se do efeito do status socioeconômico de origem na probabilidade de cursar o ensino superior.

Na segunda forma, a escolaridade influencia o status socioeconômico de destino, ou seja, se refere ao efeito de um dado nível de ensino na transformação ou manutenção do status socioeconômico. Na terceira, por fim, o status socioeconômico de origem exerce uma influência direta no status de destino independentemente do nível educacional, ou seja, mesmo quando transpostas barreiras de transições educacionais, o status socioeconômico

seria majoritariamente determinante nas condições de inserção/desenvolvimento laboral e, conseqüentemente, do status socioeconômico atual.

3. TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE E O GRADIENTE EDUCACIONAL

O Brasil vem experimentando, desde meados da década de 1970, uma diminuição das taxas de fecundidade, fenômeno que compõe o conjunto de transformações ocorridas na transição demográfica. Nota-se, nesse sentido, um aumento da proporção de nascimentos de menor ordem: de acordo com os dados dos Censos Demográficos, em 1980, os nascimentos de primeira ordem representavam apenas 27% do total. Em 1991, esses nascimentos passaram a representar 34% e, em 2000 e 2010, representavam 40% e 45% do total, respectivamente. Associada à essa queda, mais recentemente, identifica-se uma tendência de adiamento da fecundidade, que se torna mais expressiva entre os anos 2000 e 2010, período em que houve uma diminuição da fecundidade adolescente.

Uma característica importante da transição da fecundidade no cenário nacional é a forma heterogênea em que ela ocorre no espaço geográfico e em diferentes grupos socioeconômicos (Miranda-Ribeiro & Garcia, 2013). Essas distinções podem estar relacionadas tanto ao período em que o fenômeno se inicia quanto ao seu ritmo e intensidade. O nível educacional é, nesse sentido, um marcador importante para essas distinções, atuando a partir de múltiplos mecanismos descritos pela literatura, tais como aumento da autonomia, exposição a novas normas de gênero e melhores comportamentos de saúde (Jejeebhoy, 1995; Appleton, 1996; Basu, 2002).

Na perspectiva econômica clássica, dois principais mecanismos se destacam: o *trade off* entre qualidade e quantidade de filhos (Becker e Lewis, 1973) e o impacto da escolarização da mulher no mercado de trabalho, aumento o custo de oportunidade de ter um filho (Becker 1991). Há, além disso, determinantes indiretos, como o adiamento das uniões e diminuição da mortalidade infantil (Appleton, 1996).

Na maior parte das teorias clássicas que explicam a queda da fecundidade, a educação desempenha um papel central. Nesse sentido, Caldwell (1980) aponta a expansão massiva da educação como um fator determinante para o tempo de início da queda da fecundidade. O nível educacional, segundo Caldwell, afetaria a fecundidade por meio da reversão do fluxo intergeracional de riquezas, que deixaria de ser dos filhos para

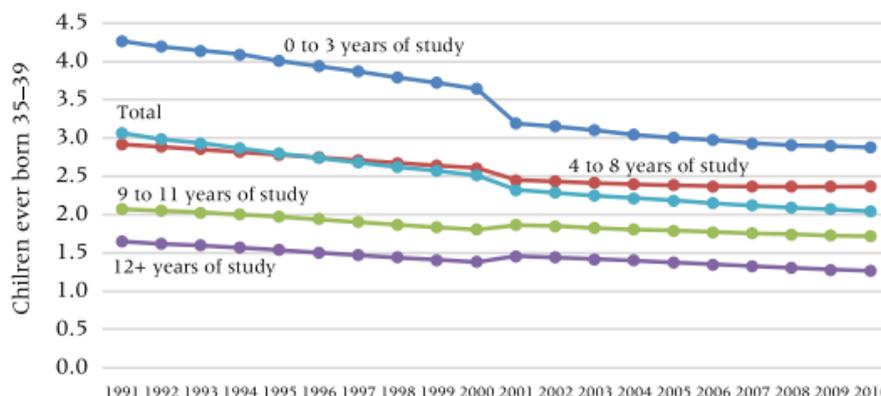
os pais e passaria a ser ascendente - dos pais para os filhos, além da difusão de valores ocidentais.

Notestein (1945), embora trate de maneira central da modernização da produção como explicação da queda da fecundidade, reconhece que a própria modernização teria demandado um aumento da escolarização da mão-de-obra, mecanismo que estaria associado à queda da fecundidade. Na perspectiva de Cleland e Wilson (1987), assim como no Projeto de Princeton, a educação assume um papel relevante como catalizadora da difusão de comportamentos e inovações ideacionais.

No Brasil, tanto os níveis pré quanto os pós-transição de fecundidade são inversamente relacionados com a educação (Potter, 2010). Segundo Lam, Sedlacek & Duryea (2016), entre 40% e 80% do declínio da fecundidade brasileira ocorrido na década de 1980 é atribuído ao aumento da escolarização. Na perspectiva dos autores, essas transformações seriam atribuídas majoritariamente aos mecanismos de ascensão socioeconômica associados à educação.

A **Error! Reference source not found.**, elaborada por Rios-Neto, Miranda-Ribeiro e Miranda-Ribeiro (2018) a partir da construção de histórias de nascimentos nos censos de 2000 e 2010, apresenta os diferenciais na fecundidade de coorte por grupo educacional. Nota-se que há uma tendência de convergência na parturição no período analisado, que se deve majoritariamente ao declínio expressivo ocorrido no grupo de menor escolarização – de 0 a 3 anos de estudo. Apesar dessa tendência de convergência, as distinções entre os grupos permanecem consideráveis mesmo no ano de 2010.

Figura 5 - Filhos tidos por mulheres de 35 a 39 anos por grupos de escolaridade – Brasil, 1991 a 2010



Fonte: Rios-Neto, Miranda-Ribeiro e Miranda-Ribeiro (2018)

As distinções de fecundidade por grupos educacionais suscitam o questionamento sobre as distinções nos padrões de transição experimentados por cada um deles. Nesse sentido, ao analisar os dados dos censos de 1980 e 2010 aplicando o modelo de Bongaarts and Feeney, Miranda-Ribeiro & Garcia (2013) concluem que coexistem no Brasil dois processos distintos de transição, cujos padrões são evidenciados nos dois grupos extremos de escolaridade.

Enquanto os mais escolarizados (12 anos ou mais de estudo) já experimentavam padrões da segunda transição demográfica, com a fecundidade abaixo dos níveis de reposição, aqueles menos escolarizados (0 a 7) anos de estudo ainda não tinham completado, à época de publicação do artigo, a sua primeira transição. Padrões semelhantes são identificados em outros países da América Latina, como o Uruguai, onde a identificação de uma curva bimodal de idade ao primeiro filho persistente entre os anos de 1996 e 2011 (Nathan, Pardo & Cabella, 2016) parece ser explicada por diferentes padrões reprodutivos apresentados por mulheres de estratos sociais variados.

Além da fecundidade observada, as intenções reprodutivas também apresentam um padrão de gradiente educacional. A maior parte dos estudos sobre o tema preocupam-se com a diferença entre a fecundidade desejada e realizada, que, de forma geral, mostra-se menor nos grupos etários mais escolarizados. Esse resultado pode ser atribuído ao íntimo relacionamento entre o nível de escolarização e alguns dos determinantes para a incompatibilidade entre fecundidade desejada e observada definido por Boongarts, tais

como o aumento dos custos de oportunidade, aumento do individualismo e definição de normas e papéis de gênero.

Nesse sentido, Channon & Harper (2019), valendo-se de dados da DHS de 58 países nos diferentes continentes, constatam que, na América Latina, 34.1% das mulheres têm mais filhos que o desejado, 32,9% têm o mesmo número de filhos que desejou e outros 32,9% têm o mesmo número de filhos. Os autores indicam ainda que, nessa região, mulheres com ensino superior tinham 40% a mais de chance de igualar sua fecundidade observada e desejada se comparadas às mulheres sem qualquer nível de escolarização.

No contexto uruguaio, Pardo, Cabella e Nathan (2020) evidenciam a existência de uma relação linear entre escolaridade e a denominada nuliparidade (mulheres que terminam suas vidas reprodutivas sem filhos). Dentre os mecanismos que explicariam o fenômeno, os autores destacam o adiamento das mulheres para terem os filhos, que as levariam à situação de terminar o período reprodutivo sem filhos involuntariamente.

Ao analisar especificamente as tendências e padrões de mulheres que têm um número menor de filhos que o desejado no Brasil, valendo-se de dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, Carvalho, Wong, & Miranda-Ribeiro (2016) identificam que quanto maior o nível de escolaridade, maior a porcentagem de mulheres na situação descrita. Segundo as autoras, dentre aquelas com maior nível de escolaridade (12 anos ou mais) o percentual de mulheres que relatam ter menos filhos que o desejado chega a 48%. A probabilidade de ter mais filhos do que o desejado, por outro lado, mostra-se inversamente correlacionado à escolaridade da mulher, atingido seu máximo no grupo de menor escolarização.

Os resultados dos estudos supracitadas sugerem, além de uma maior habilidade de mulheres mais escolarizadas implementarem suas preferências reprodutivas, que ao menos parte dos diferenciais por grupo de escolaridade se devem à incompatibilidade entre fecundidade observada e desejada. Enquanto mulheres de baixa escolaridade apresentam uma maior propensão de não atingirem sua fecundidade desejada em função de um número maior de filhos se comparadas às demais, as mulheres de alta escolaridade apresentam uma maior probabilidade de terem menos filhos do que o desejado, o que corrobora a existência de um diferencial entre os grupos no que tange à fecundidade observada, mas não necessariamente no âmbito da fecundidade desejada.

Ainda tratando-se de intenções reprodutivas, alguns estudos identificam a existência de distinções internas aos grupos de escolarização. Alvarenga (2022), por

exemplo, visando investigar o uso de contraceptivos em mulheres universitárias no centro-oeste brasileiro a partir de um questionário próprio, identifica que mulheres do curso de medicina relataram com maior frequência o desejo de ter 3 filhos ou mais se comparadas aos demais cursos de saúde. Simão, Coutinho e Guedes (2020), ao analisar as percepções e os significados da maternidade para um grupo de mulheres em Governador Valadares – um município de médio porte localizado em Minas Gerais, identificam a existência de um diferencial qualitativo dentro do grupo de mulheres investigado.

Segundo os autores, ao contrário do que se esperava, para algumas entrevistadas, estar concluindo ou já ter o ensino superior parece não ter feito diferença para as expectativas que já possuíam para suas vidas, inclusive em termos de planejamento reprodutivo. Esse resultado sugere que o ensino superior, embora esteja associado às transformações sociais, econômicas e demográficas no nível macro, nem sempre possui um efeito transformador na vida das mulheres.

As distinções na fecundidade desejada e, sobretudo, na fecundidade observada por grupos de escolaridade geram ainda questionamentos sobre a existência de um possível efeito de composição na fecundidade em função da transformação na estrutura educacional da população ocasionada pela expansão educacional. O principal questionamento dos autores é em que medida as transformações na fecundidade geral devem-se às transformações na fecundidade interna a cada grupo educacional ou meramente à maior escolarização, em média, das mulheres.

Nesse sentido, Rios-Neto, Miranda-Ribeiro e Miranda-Ribeiro (2018) utilizam histórias de nascimentos a partir dos censos brasileiros de 2000 e 2010 para decompor indicadores de período, coorte e idade ao primeiro nascimento. Duas principais hipóteses guiaram a discussão dos autores. Na primeira delas, em conformidade com Cleland e Wilson (1987), a fecundidade seguiria um modelo “líder-seguidor”, ou seja, haveria, no início da transição, um aumento das distinções na fecundidade entre os grupos educacionais, seguida por uma convergência, que se daria em função de um processo de difusão. Nesse caso, o declínio da fecundidade interno aos grupos educacionais explicaria a maior parte do declínio.

Alternativamente, na hipótese de “diferenças permanentes”, as distinções na fecundidade seriam constantes ao longo dos períodos analisados. Os resultados dos autores sugerem que, no caso brasileiro, houve um efeito misto, em que a primeira

hipótese, de convergência entre grupos, mostra-se mais pronunciada nas medidas de coorte. Mesmo nesses casos, no entanto, o efeito de composição foi responsável por mais de $\frac{1}{4}$ da variação da fecundidade. Os autores concluem que a transição da fecundidade ocorreu com a permanência dos diferenciais por grupos de escolaridade, embora tenha havido um forte declínio internamente a cada um deles.

Em um exercício semelhante, Rios-Neto e Guimarães (2014) promovem a decomposição da TFT no Uruguai, no Brasil, na Argentina, na Colômbia e no México, projetando os cenários até o ano de 2030. Embora os autores tenham identificado diferentes perfis de fecundidade entre os quatro grupos de escolaridade definidos, com uma diferença ainda mais pronunciada no perfil das mulheres com ensino superior, os resultados indicam que a maior parte das diferenças na TFT deve-se aos efeitos de composição e não a transformações na fecundidade de cada um dos grupos.

A composição das mulheres em termos de nível educacional explicou cerca de 80% da variação da fecundidade nos países analisados com exceção do México, em que esse percentual foi de 50%. No que tange à projeção, considerando as tendências de mudança na escolarização e nas taxas de fecundidade de cada um dos grupos, Rios-Neto e Guimarães identificam um declínio suave da fecundidade até 2030, levando-a para níveis abaixo do de substituição. A baixa intensidade desse declínio deve-se ao fato de os grupos menos escolarizados serem pouco numerosos já no início do exercício. Considerando o cenário projetado, os autores concluem que apenas uma expansão expressiva do ensino superior poderia ocasionar um forte declínio na fecundidade até 2030.

Questionando o padrão de estabilidade na idade à união e da maternidade na América Latina mesmo com a recente expansão educacional, Esteve e Florez-Paredes (2019) também fazem da composição como hipótese para explicar o padrão. Valendo-se de dados de 38 Demographic Health Surveys, Esteve e Florez-Paredes utilizam duas medidas para o nível de escolarização, uma em termos absolutos e uma em termos relativos.

Os resultados mostram que o adiamento esperado nas transições para as uniões e para o primeiro filho em função da expansão educacional foi compensado por um aumento na formação de uniões e nos nascimentos internos aos estratos de educação quando essa é medida em termos absolutos. Em termos relativos, no entanto, não foram observadas alterações expressivas nesses mesmos indicadores.

Segundo os autores, a medida relativa da educação evidenciaria o seu poder estratificado, neutralizando efeitos associados a um número específico de anos de escolaridade e às habilidades de aprendizagem associadas a eles. Os autores destacam ainda que o referido resultado corrobora a ideia de que o acesso à educação na América Latina reproduziria padrões existentes de vantagem socioeconômica em detrimento da criação de uma distribuição mais equitativa de oportunidades e resultados de aprendizagem.

Ressalta-se que a presente tese, ao analisar distinções na fecundidade por status socioeconômico de origem internamente aos níveis de ensino médio e superior, insere-se na discussão apresentada, uma vez que os resultados indicarão se a composição interna aos grupos de ensino contribui para um padrão de convergência da fecundidade entre grupos de escolaridade ou se as transformações nas características dos indivíduos que cursam o ensino médio e superior em função da expansão educacional acentuaram ainda mais as disparidade entre grupos. Ademais, no que tange ao denominado “efeito taxa” nos estudos que tratam da decomposição, o presente estudo analisará em que medida o referido efeito se deve às características dos indivíduos que cursam cada um dos grupos.

4. TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL

As transmissões intergeracionais de pais para filhos têm sido exploradas na literatura em diversos aspectos como alcance educacional e status socioeconômico (De Graaf, 2001; Ferreira, 2003; Xavier, 2012). No que se refere aos processos de formação de família, especificamente, essa transmissão a literatura aborda os padrões de união (Thornton, 1991), divórcio (Diekmann & Engelhardt, 1999) e fecundidade (Barber, 2000).

No que tange a esse último aspecto, foco desta seção, a maioria dos estudos apontam para a existência de uma correlação positiva entre número de filhos em gerações subsequentes ou mesmo numa perspectiva multigeracional – quando são considerados, por exemplo, comportamentos de avós e netas (Murphy & Wang, 2002). Uma das principais discussões que permanece em voga, por sua vez, são os mecanismos pelos quais essa correlação ocorre, com destaque para atuação do status socioeconômico nesta relação. Abaixo, apresenta-se os referidos mecanismos além de evidências empíricas sobre suas atuações.

Na literatura, há inúmeras evidências sobre a correlação entre o comportamento reprodutivo entre gerações, ainda que essa correlação seja fraca em boa parte dos estudos. No Brasil, por exemplo, um estudo conduzido por da Conceição (2009) indica que tanto homens quanto mulheres se mostraram mais propensos a gerarem um filho na adolescência quando suas mães também tinham tido filhos antes dos 20 (razão de chances de 2.0 e 2.3, respectivamente).

Destaca-se que, mesmo os estudos mais antigos, como o de Anderton (1987), mostram uma preocupação em controlar nos resultados os efeitos na fecundidade que seriam específicas de coortes, como a idade ao casamento e a exposição/ facilidade de aquisição de métodos contraceptivos eficazes.

No que tange às primeiras hipóteses para explicar a persistência de padrões de fecundidade entre gerações, destacam-se as questões genéticas. Em um primeiro momento, essa literatura se dedicou a explorar aspectos relacionados à fertilidade, embora essa hipótese tenha encontrado pouca fundamentação na literatura. Recentemente, por sua vez, discute-se uma transmissão genética ligada às normas, aos valores e às preferências (Bernadi, 2016).

Há um esforço dos autores sobre o tema para separar questões ambientais de questões hereditárias, o que os levam, por vezes, a realizar análises com irmãos para controlar a influência de ter crescido em um lar com certas características. Mesmo com esses controles, Miller (1992) indica um componente hereditário significativo no desejo de ter filhos e motivação para a paternidade em a forma de disposições psicológicas relacionadas aos genes.

A literatura sobre padrões intergeracionais de formação de família aponta também a socialização nos primeiros anos de vida como um dos mecanismos responsáveis pela existência de persistências relacionadas à fecundidade entre gerações (Amato, 1996). Mais especificamente, essa socialização seria o canal através do qual os pais passam para seus filhos suas preferências, atitudes, normas e valores sobre quais são os eventos ideais para acontecerem no curso de vida, tamanho da família ou tempo de gravidez.

Nesse sentido, destaca-se que os pais ocupam uma posição chave nas redes sociais de seus filhos, sendo a primeira exposição da criança ao efeito de socialização (Bernardi, 2016). Nesse sentido, Bühler e Philipov (2005) utilizam a teoria do capital social para explicar como as decisões de fecundidade são moldadas por interações sociais.

Uma das explicações para o fenômeno, segundo os autores, seria o suporte social: para diminuir os custos de ter filhos, os indivíduos fariam uso de recursos de capital social, como informações sobre comportamento sexual, contracepção e paternidade. O acesso a esses recursos dar-se-ia por meio de relacionamento interpessoal. Nesse sentido, considerando que essas relações dependem de confiança e de reciprocidade, as relações de parentesco seriam cruciais para fornecer o tipo de suporte supracitado.

Pais e filhos também podem agir de maneira semelhante no que tange ao comportamento e às preferências reprodutivas porque foram expostos a influências ambientais semelhantes e às mesmas condições socioeconômicas (Bernardi, 2016). Ocupação e educação, por exemplo, são muitas vezes correlacionadas entre gerações que ocupam um espaço social comum. Essa posição, por sua vez, pode produzir herança de status e resultar em conjuntos semelhantes de preferências e crenças normativas para pais e filhos (Moen et al., 1997).

Esse mecanismo é especialmente relevante para esse estudo porque, quando as condições mudam dramaticamente ou se a mobilidade social intergeracional é alta, os efeitos de herança de status podem ser reduzidos. Nesse sentido, os primeiros de sua geração a cursarem o ensino superior podem experimentar uma mobilidade social significativa, que quebraria, ao menos em partes, a atuação desse mecanismo na transmissão intergeracional de padrões de fecundidade – embora se reconheça a convivência no mesmo contexto socioeconômico dos pais na infância e adolescência, por si só, pode contribuir para que as preferências e o comportamento reprodutivo sejam moldados.

Por outro lado, em função da expansão educacional, o ensino superior pode ter perdido seu poder de transformar a realidade socioeconômica dos indivíduos, o que, conseqüentemente, contribuiria para persistências intergeracionais de condições socioeconômicas e da fecundidade.

Sobre a o papel das características socioeconômicas na transmissão intergeracional de padrões de fecundidade, Kahn (1992), valendo-se de dados de uma pesquisa longitudinal americana denominada *National Survey of Family Growth*, identifica que padrões intergeracionais aparecem operar, pelo menos em parte, por meio do contexto socioeconômico e familiar em que as crianças crescem.

O autor identifica, no entanto, distinções nesses padrões por raça/cor: para os brancos, os padrões intergeracionais de fecundidade pré-marital são explicados quase

completamente por medidas de contexto socioeconômico e familiar. Para os negros, por sua vez, os padrões intergeracionais de fecundidade pré-marital persistem mesmo quando são consideradas as características socioeconômicas, o que sugere que essa característica, por si só, estaria ligada à transmissão intergeracional de fecundidade.

No contexto nacional, Da Conceição (2009), ao analisar dados de uma base longitudinal e representativos de três grandes cidades brasileiras de homens e mulheres entre 20 e 24 anos, identificou que o nível de educação das filhas e dos filhos era um fator importante na repetição da fecundidade adolescente ao longo das gerações.

Conseqüentemente, a autora sugere que, para minimizar os problemas causados pela gravidez na adolescência, como a criação de um ciclo de pobreza, são necessários esforços para aumentar o acesso à educação e incentivar os jovens a permanecer na escola. Ao tratar especificamente a persistência de condições socioeconômicas entre gerações, Salata e Cheung (2022) analisam, a partir de dados das PNAD's de 1982, 1996 e 2014, em que medida a escolarização contribui para a quebra da transmissão intergeracional de status socioeconômico entre gerações no Brasil.

O estudo de Salata e Cheung mostra-se relevante neste contexto porque na ausência de mobilidade social entre gerações a partir do ensino superior, persistências ou continuidades dos padrões de comportamento reprodutivo não poderiam ser explicadas por diferenciações no status socioeconômico de pais e filhos. Para a análise, os autores adotam uma medida relativa de educação: primeiro calcula-se a frequência cumulativa percentual para anos completos de escolaridade. Para cada valor, atribui-se a frequência percentual acumulada pelo imediatamente anterior a um e, em seguida, repete-se isso para cada ano.

Como resultado, esta medida relativa de educação pode ser entendida como a porcentagem da população economicamente ativa que tinha escolaridade inferior ao valor considerado em um determinado ponto no tempo. Os autores comparam os resultados usando medidas absolutas e relativas para a educação como variável mediadora e indicam que a expansão educacional não reduziu a associação indireta entre origem e destino para homens ou mulheres, quando a educação é medida como um bem posicional – ou seja, como medida relativa.

Os autores ressaltam ainda que os achados desafiam o entendimento predominante no Brasil de que a expansão educacional contribui para aumentar a fluidez social, especialmente à luz dos retornos decrescentes da escolaridade no mercado de trabalho.

Destaca-se que, mais recentemente, a literatura tem se dedicado a analisar a transmissão intergeracional de padrões de fecundidade em uma perspectiva de curso de vida, e não mais associada a eventos isolados. Nesse caso, os estudos exploram desvios sistemáticos do padrão de persistência de comportamento, reconhecendo que a fecundidade é um dos componentes dessas trajetórias (Elder, 2003).

Valendo-se dessa perspectiva, Liefbroer & Elzinga (2012), utilizando dados de pais e filhos de uma base de dados americana (*National Survey of Families and Households - NSFH*), sugerem a existência de transmissões intergeracionais de trajetórias e eventos demográficos, mesmo com as mudanças dramáticas em tais trajetórias entre coortes no último século.

Os autores sugerem ainda que as continuidades nos padrões demográficos entre as gerações resultariam, em grande medida, das continuidades nos processos sociais macro que estruturam o curso da vida, embora reconheçam que os processos que operam dentro da própria família também são relevantes para explicar o fenômeno. Embora os dados disponíveis não nos permitam analisar os múltiplos eventos passados da vida das mulheres da amostra do presente estudo, reconhece-se a importância dessa perspectiva nos estudos sobre o tema, sendo as trajetórias antecedentes ao ensino superior e esse próprio nível de ensino determinantes para os eventos sucessivos no ciclo de vida.

Considerando as persistências intergeracionais descritas nessa seção, discute-se, a seguir, o poder equalizador da escolaridade no que tange aos padrões de formação de família.

5. O PODER EQUALIZADOR DO ENSINO SUPERIOR NOS PADRÕES DE FORMAÇÃO DE FAMÍLIA

Na América Latina, indivíduos que cursam o nível de ensino superior têm uma maior probabilidade de ingressarem em um casamento formal e tendem a se unirem mais tardiamente em ambos os tipos de união, formal e informal (Esteve et al, 2013). Além disso, mulheres graduadas tendem a adiar sua fecundidade e terem uma menor parturição se comparadas aos demais grupos (Rosero-Bixby et al, 2009).

O presente tópico apresenta visões sobre a relação entre o ensino superior e os processos de formação de família nos diferentes segmentos populacionais, além de uma discussão sobre a magnitude e direção desses efeitos. Em outras palavras, o tópico visa

discutir, com base na literatura nacional e internacional, o poder do ensino superior em equalizar os processos de formação de família de diversos grupos sociais que tenham a oportunidade de cursá-lo.

Para tanto, a literatura apresentada dialoga com as seguintes questões: Todos os grupos sociais, independentemente de suas características demográficas inerentes ou características pré-escolarização experimentam um efeito do ensino superior nos padrões de fecundidade, união e casamento? Os efeitos são semelhantes em magnitude e direção? Quais são os mecanismos atuantes nessa relação?

Os artigos que debatem o poder equalizador da escolaridade no que tange aos aspectos relacionados à formação de família são bem menos numerosos se comparados àqueles que se dedicam a apresentar o poder equalizador do ponto de vista socioeconômico. Embora não tenham sido identificadas teorias específicas que modelem o efeito do ensino superior por origem social, serão apresentadas no presente tópico, em um primeiro momento, o poder equalizador do ensino superior na fecundidade sobre a ótica da teoria microeconômica clássica.

Posteriormente, serão apresentadas concepções utilizadas para análise de diferenciais de fecundidade por grupos minoritários, os quais, por vezes, são tratados como indicadores de classe social. Posteriormente, serão apresentadas evidências empíricas de uma literatura mais recente, que trata de efeitos heterogêneos do ensino superior nos padrões de formação de família por grupos sociais de forma geral, incluindo a origem socioeconômica.

Na perspectiva econômica clássica, a fecundidade e as uniões são analisadas como componentes da função de utilidade dos indivíduos, refletindo seus gostos e preferências. Nesse sentido, a decisão de ter um filho estaria associada a maximização da utilidade. A principal proposição dessa vertente, teoria do uso do tempo (Becker, 1965), baseia-se na demanda intensiva do tempo das mulheres requerida pelos filhos se comparados aos demais bens de produção domésticos.

Como bens de consumo duráveis, essas crianças possuem uma utilidade, tal como os demais bens de produção, e teriam sua função de consumo definida pelos recursos que os pais dedicam a cada filho, pela capacidade de ganhos de mercado e oferta de trabalho para a esposa. Na referida função, um aumento da renda proporcionaria um aumento a capacidade de consumo e, conseqüentemente, um aumento na fecundidade.

Também com o aumento da renda domiciliar, no entanto, observa-se um efeito de substituição, em que o custo de oportunidade da mulher de alocar seu tempo na criação dos filhos tornar-se-ia maior. O último efeito descrito, de forma geral, mostra-se mais elástico às transformações na renda, ocasionando uma relação inversa com entre a fecundidade e essa variável. Alterações no nível macro, tal como a escolarização feminina, a média de salários e as condições estruturais do mercado de trabalho são variáveis que se correlacionam com o nível e intensidade da relação descrita.

Nesse sentido, a expansão educacional contribuiria para o aumento de número de filhos em função da expectativa ou dos efetivos ganhos de mercado, mas, por outro lado, acarretaria a diminuição do número de filhos tidos em função do efeito de substituição (sendo esse último efeito de maior força se comparado ao primeiro).

Desse modo, essas mulheres contariam com um aumento do custo de oportunidade de ingressarem em uniões e de terem o primeiro filho ou um filho adicional. Nesse sentido, em um ambiente onde as mulheres têm a oportunidade de auferir maiores rendimentos por unidade de tempo, espera-se que sejam observadas maiores taxas de participação no trabalho feminino e menores taxas de natalidade, por exemplo. Sob a ótica da teoria de uso do tempo, o aumento da escolarização feminina proporcionaria, portanto, uma equalização da fecundidade por grupos socioeconômicos de origem.

Dentre as críticas da referida teoria, pode-se mencionar que, para sua aplicação, as escolhas relacionadas à fecundidade deveriam ser fruto de uma escolha racional, serem percebidas como vantajosas e, por fim, técnicas efetivas de contraceptivos deveriam estar disponíveis, atendendo a todos os pré-requisitos apontados por Coale (1973) para queda da fecundidade.

No que tange à aplicação da teoria ao presente estudo, a principal limitação é que o aumento do percentual de mulheres com ensino superior ou a mobilidade educacional intergeracional não garante que essas mulheres tenham de fato experimentado uma mobilidade em termos econômicos, tal como abordado no tópico anterior. Além disso, a existência de fatores não econômicos relacionados à fecundidade podem contribuir para a persistência de diferenciais no número de filhos tidos por grupo socioeconômico de origem mesmo que o nível superior funcione como um bom equalizador em termos econômicos.

De modo alternativo à teórica econômica clássica, a literatura de grupos sociais analisa a persistente disparidade na fecundidade de étnicos mesmo quando as características socioeconômicas são semelhantes. Em um clássico estudo sobre o tema, Goldscheider & Uhlenberg (1969) questionam a suposição implícita em estudos anteriores de que a fecundidade de grupos minoritários, a partir dos processos de aculturação e assimilação, convergiriam com a fecundidade dos demais grupos.

O argumento subjacente a essa suposição, segundo os autores, é que a distinção na fecundidade de membros de grupos minoritários em qualquer ponto do tempo reflete exclusivamente uma matriz de atributos demográficos e econômicos que caracterizam esse grupo. Nesse sentido, a expectativa seria de que, caso essas características fossem igualadas, as distinções de fecundidade entre os grupos seriam eliminadas. Esse argumento é conhecido como *hipótese das características*.

Em alternativa a essa proposição, os autores indicam a hipótese de um efeito independente do pertencimento aos grupos minoritários na fecundidade, conhecida como *status minoritário*. Valendo-se da base de dados americana *Bureau of the Census*, Goldscheider & Uhlenberg (1969) testam a referida hipótese conduzindo uma análise dos grupos de pretos, judeus, japoneses-americanos e católicos interna aos grupos socioeconômicos.

Os resultados apontam para a persistência de algum grau de diferenciação na fecundidade de grupos minoritários, que se manteve mais baixa, se comparados aos majoritários mesmo quando o efeito de características socioeconômicas é eliminado. Essa persistência se daria em razão de uma sensação de insegurança sobre esses grupos mesmo nas classes média e alta, que resultaria na limitação da fecundidade para níveis menores do que a dos demais indivíduos.

A exceção a esse padrão seria o grupo de católicos, que apresentaram uma fecundidade maior se comparado aos demais grupos, relação ainda mais pronunciada no grupo de alta escolaridade. Nesse caso, segundo os autores, a diferenciação da fecundidade poderia ser explicada, pelo menos em partes, pela oposição da igreja no que tange ao uso de métodos contraceptivos e pelo encorajamento para a constituição de famílias numerosas.

Realizando um paralelo com o presente estudo, caso os resultados fossem similares aos padrões identificados pelos autores, esperar-se-ia que características socioeconômicas de origem, como a escolaridade dos pais, permanecesse relevante para

explicar a parturição das filhas mesmo quanto considerada a matriz de características socioeconômicas.

Goldscheider & Uhlenberg (1969) destacam ainda que os grupos minoritários experimentam transformações sociais e culturais que se iniciaram em diferentes momentos e ocorrem em diferentes velocidades e que, por isso, a fecundidade desses grupos deve ser analisada particularmente. Na perspectiva dos autores, o nível de fecundidade desses grupos estaria intrinsecamente relacionado ao seu grau e desejo de aculturação.

A partir da decomposição da variância da fecundidade de brancos e pretos americanos nos efeitos de *escolaridade* e *da raça/cor* (equivalentes respectivamente, às hipóteses das características e dos grupos minoritários), Johnson (1979) não identifica suporte para a teoria de status de grupos minoritários. Os resultados indicam que distinções por raça no número médio de filhos foram mais pronunciadas nos grupos educacionais de ensino fundamental e ensino médio, porém, no grupo de ensino superior, por sua vez, distinções entre pretos e brancos não foram identificadas. Esses resultados apontam, segundo Johnson, para existência de um efeito interativo entre raça e educação na fecundidade, representando uma forma fraca da hipótese de características. O estudo de Johnson sugere, portanto, que o ensino superior teria um poder equalizador mais forte se comparado aos demais níveis de ensino.

Destaca-se, no entanto, que o estudo data de 1979 e que, naquele período, o acesso ao ensino superior se dava por grupos altamente selecionados em suas características. Nesse sentido, os resultados de Johnson podem ser meros reflexos de um efeito de seleção para ingresso/conclusão do ensino superior, já que refletiria características não observadas – como preferências e comportamento reprodutivo - comum aos indivíduos que cursam esse nível de ensino. Destaca-se, adicionalmente, que o nível superior na década de 1970, por se tratar de um nível de ensino restrito em termos de acesso, poderia ter feito acarretar uma transformação no padrão de vida dos americanos e, conseqüentemente, no padrão reprodutivo dos indivíduos, uma vez que se tratava de uma demanda ainda não saturada mesmo nos grupos socioeconômicos mais afortunados.

Ao testar a correlação supracitada no contexto brasileiro, Bercovich (2016), valendo-se da distribuição ocupacional de chefes de família apresentada no Censo de 1980, identificou que a hipótese de pertencimento ao grupo minoritário parece explicar o cenário nacional àquela época em detrimento da hipótese das características. Segundo a

autora, a assimilação de grupos minoritários não se daria por completo, gerando um clima de insegurança que, por sua vez, resultaria na limitação da fecundidade para solidificação do seu status social.

Yang & Morgan (2003) utilizaram o modelo de Bongaarts-Feeney para decompor diferenciais educacionais e raciais na fecundidade americana no componente quantum e tempo. Os autores identificam diferenças estáveis por raça para os menos instruídos e convergência para os mais instruídos, tendência consistente com o postulado por Johnson sobre os efeitos interativos de raça e educação e fecundidade e com a hipótese do poder equalizador do ensino superior no que tange aos padrões reprodutivos.

Uma linha de pesquisa menos explorada – e diretamente ligada à terceira hipótese do estudo, trata da heterogeneidade dos efeitos do ensino superior na fecundidade por status socioeconômico de origem. Indivíduos com diferentes status socioeconômicos de origem, quando comparados aos seus pares, teriam efeitos de magnitudes distintas na fecundidade. Os modelos comumente apresentados na literatura, segundo Brand & Davis (2011), apresentariam um efeito médio e homogêneo entre esses grupos. Nesse sentido, Brand & Davis (2011) se concentraram na variação dos efeitos do ensino superior sobre a fecundidade pela propensão de uma mulher obter educação universitária nos Estados Unidos.

Na hipótese dos autores, mulheres com menor propensão de frequentar uma universidade, se comparadas àquelas cujas probabilidades de ingresso e conclusão desse nível de ensino são altas, teriam maiores efeitos na redução da fecundidade, já que experimentariam os maiores ganhos relativos a partir da conclusão do referido nível de ensino.

Valendo-se de regressões multinível de Poisson, os autores corroboram sua hipótese e sugerem que essa relação se daria porque mulheres de baixa propensão de conclusão do ensino superior teriam recursos limitados e estariam profundamente interessadas em uma recompensa econômica a partir da escolaridade, o que ocasionaria a postergação dos nascimentos e a diminuição do número de filhos. Seus pares, que não ingressaram no ensino superior, por sua vez, teriam baixas expectativas quanto à alocação no mercado de trabalho, obtendo menores custos para a procriação. Esses efeitos foram atenuados quando analisadas as mulheres cuja origem socioeconômica constituía características mais preditivas de frequência à universidade.

Uma hipótese alternativa para explicar os resultados de Brand & Davis é a apresentada por Bernardi & Ballarino (2016): os autores trabalham o conceito de vantagens compensatórias, que consistem nos meios que famílias privilegiadas mobilizam em prol dos filhos que tem um insucesso no desempenho educacional, prevenindo, assim, a mobilidade descendente dos filhos.

As vantagens compensatórias, seriam, nesse sentido, mecanismos associados à transmissão de comportamentos distintivos e próprios de uma determinada classe, como postulado por Bourdieu, além da influência de classe que impulsionaria os indivíduos a chegarem a melhores ocupações mesmo não tendo atingido o nível educacional comumente requerido para seu exercício. Nesse sentido, estendendo a hipótese de Bernardi & Ballarino (2016) para a fecundidade, mecanismos associados às classes mais afortunadas atuariam de forma a blindar suas filhas de comportamentos reprodutivas de classes menos favorecidas, mesmo que elas não tenham cursado o ensino superior.

Com a notável exceção do estudo de Brand & Davis (2011), os demais, embora identifiquei padrões heterogêneos, são focados em características específicas. Ao analisar os padrões de fecundidade por escolaridade entre brancos e pretos nos Estados Unidos, Musick et al (2009), por exemplo, utilizam modelos multinomiais logísticos e identifica que o efeito do ensino superior sobre a fecundidade, seja ela intencional ou não, é mais forte para mulheres pretas.

No contexto nacional, Itaboraí (2012) - valendo-se de dados da PNAD de 1996, identifica que as diferenças no número de filhos tidos associadas à mobilidade ascendente são maiores nos grupos sociais mais baixos, diminuindo ou assumindo valores positivos nos grupos mais altos, para os quais esse processo de mobilidade parece ser menos penoso. Ainda no que tange ao contexto brasileiro, Vieira (2020) se propõe a analisar os padrões de formação de família de universitárias de primeira geração comparando com universitários cujos pais possuem ensino superior.

Valendo-se de dados da PNAD de 2014, a autora conduz logits binários e calcula a chance de mulheres de 16 anos ou mais estarem ou não unidas, terem filhos, uma vez unidas, estarem em união consensual, casamento formal e terem filhos. Os resultados apontam que mulheres provenientes de famílias em que as suas mães têm apenas o ensino fundamental são mais propensas a entrarem em união do que aquelas cujas mães são graduadas.

Por outro lado, a escolaridade das mães não parece impactar o tipo de união escolhido pela filha. Quando se considera exclusivamente as mulheres com cônjuge, aquelas que não eram universitárias de primeira geração se mostraram mais propensas a terem filhos do que aquelas cujas mães possuem ensino médio, sendo essa diferença estatisticamente significativa.

Estudos semelhantes são identificados no âmbito das exclusivamente no âmbito das uniões: Long (2010), por exemplo, apresenta uma análise da associação entre a qualidade do curso universitário cursado e a probabilidade de adiar o casamento no contexto americano entre as décadas de 1970 e 1990. Segundo o autor, o efeito médio do ensino superior nos padrões de casamento declinou ao longo do tempo, enquanto o efeito na fecundidade e no divórcio permaneceu imutável. Ao considerar a qualidade do ensino superior cursado pelas mulheres, no entanto, Long identifica que ter frequentado uma instituição de alta qualidade está associado ao adiamento do casamento e da fecundidade, efeito que se mostrou crescente nas décadas analisadas.

Ainda no que tange aos padrões de casamento, Musick, Brand & Davis (2012) analisam os níveis de homogamia educacional conjugal por origem social. Os autores utilizam a base de dados *National Longitudinal Survey of Youth* para testar duas das hipóteses. A primeira delas baseia-se na importância das contribuições financeiras de homens e mulheres para o casamento, o que significa que, para ambos, o ensino superior seria um atributo desejável no mercado de casamentos.

No caso de indivíduos de baixo status socioeconômico de origem, o ensino superior seria especialmente valorizado, haja vista que algumas evidências empíricas apontam para uma maior recompensa econômica do ensino superior por parte desse grupo (embora esse padrão não seja um consenso, conforme apresentado no tópico anterior). A hipótese alternativa, denominada hipótese de homogamia conjugal, baseia-se na ênfase do mercado de casamento em atributos não econômicos, tais como origens sociais, religião e raça e origem étnica.

Ao analisar indivíduos com ensino superior, os resultados apontam para uma menor probabilidade de indivíduos de origem social de baixo status socioeconômico se casarem, o que sugere que o ensino superior não provê uma equalização no mercado de casamento para mulheres de diferentes grupos sociais. Quando analisados apenas indivíduos casados, há uma menor probabilidade de homens e mulheres com ensino superior oriundos de baixo status socioeconômico se unirem com pares igualmente

escolarizados, o que, por sua vez, pode estar associado a um distanciamento social com o grupo educacional de destino e maior identificação com o grupo educacional de origem.

A partir da literatura analisada, infere-se que os mecanismos que mediam a relação entre escolaridade e os padrões de formação de família podem atuar de formas e intensidades distintas, a depender do grupo social analisado. A relação entre o ensino superior e os processos de formação de família seriam, nesse sentido, uma função desses efeitos e da composição racial, religiosa e de classe social dos indivíduos que cursam esse nível de ensino.

Além disso, a literatura apresentada incita a questão sobre em que medida a fecundidade e os padrões de união de diferentes classes sociais se deve unicamente aos fatores socioeconômicos. Caso as diferenças por classe social de origem se devessem exclusivamente a essa razão, esperava-se que, a partir da conclusão do ensino superior, a fecundidade de universitárias de primeira geração fosse semelhante ao grupo educacional de destino.

No entanto, acredita-se na manutenção dessas diferenças em função de dois principais fatores, abordados nos tópicos anteriores: a existência de um efeito independente da classe social de origem no comportamento reprodutivo dessas mulheres (ligada à transmissão intergeracional de valores e comportamento) e a incapacidade do ensino superior em prover uma mobilidade socioeconômica plena.

Considerando que um dos mecanismos da relação entre o ensino superior e a fecundidade aqui apresentada é a manutenção do status socioeconômico ou mobilidade intergeracional, apresenta-se, na seção seguinte, uma revisão da literatura sobre as formas como a mobilidade social pode afetar a fecundidade – contribuindo para o seu aumento ou diminuição.

6. MOBILIDADE SOCIAL E FECUNDIDADE

O presente tópico apresentará teorias e evidências empíricas da relação entre mobilidade social, seja ela ascendente ou descendente, e a fecundidade. Ressalta-se que a maior parte das hipóteses que subsidiam os estudos, mesmo os mais recentes, são, em sua maioria, datadas do final do século passado ou mesmo do século XIX (como é o caso da hipótese de *social capilarity*, de Dumond)

A literatura aborda duas principais tipologias de mobilidade: a intrageracional, em que são analisadas as posições dos indivíduos ao longo de seu próprio ciclo de vida, isto é, a posição por eles ocupadas no início e no fim das suas carreiras, e a mobilidade intergeracional, em que a posição de um indivíduo é comparada às gerações passadas, como as de seus pais. Embora a operacionalização das análises do presente estudo seja pautada na mobilidade intergeracional em função da natureza dos dados, ambas as formas são relevantes para a compreensão do tema em questão.

A mobilidade social (ou manutenção da posição social) está fortemente presente nas teorias demográficas. Em seu artigo, cujo objetivo é analisar formas pelas quais a mobilidade pode afetar o comportamento reprodutivo em países desenvolvidos e em desenvolvimento, Zuanna (2007) apresenta exemplos sobre como o tema está presente nas principais correntes que explicam o declínio da fecundidade.

Segundo a autora, nas teorias racionais, microeconômica, e de reversão do fluxo intergeracional de riqueza, a maximização das possibilidades de ascensão ou minimamente de reprodução do seu status ou de seus filhos é uma finalidade, mesmo que implícita. Explicitamente, o tema é tratado na teoria da resposta multifásica de Davis (1963), que aponta como uma das razões para a queda da fecundidade o desejo dos casais de progredirem, o que, por sua vez, forçaria uma modificação em seu comportamento reprodutivo.

Embora nesse campo de pesquisa a mobilidade tenha sido definida como a posição do indivíduo ou casal em termos de renda, educação ou ocupação, essa última variável é a mais recorrente nos estudos empíricos. Na maioria dos casos, a mobilidade é auferida em termos de scores construídos a partir de classificações ocupacionais e, desse modo, compara-se a ocupação de um mesmo indivíduo com a de seus pais ou em dois momentos distintos no tempo.

A seguir, serão apresentados alguns desses estudos. As teorias supracitadas foram criadas para explicar o declínio da fecundidade, sendo a mobilidade social um tema subjacente a elas. Proposições criadas no campo da sociologia, por sua vez, se dedicam exclusivamente a explicar a relação entre o processo de mobilidade social e a fecundidade.

Uma preocupação dos teóricos é a distinção de padrões que não refletem o processo de mobilidade em si, mas apenas a influência aditiva do status social passado e atual na fecundidade (Duncan, 1966; Boyd, 1973; Kasarda & Billy, 1985). Segundo

Duncan (1966), uma variável interativa entre classe de origem e destino, quando significativa nos modelos de regressão, indica que o movimento de um status para outro influencia a fecundidade.

Esta interação é, segundo o autor, o verdadeiro efeito de mobilidade, pois sugere que o *processo* de mobilidade afeta a fecundidade. Esse modelo é denominado modelo interativo. Na ausência da variável interativa significativa, por sua vez, os padrões de fecundidade apresentariam um efeito aditivo. Isso significa que a fecundidade observada para as mulheres que experimentaram algum grau de mobilidade social é uma mera combinação entre os grupos.

Para composição do efeito aditivo, tanto a classe social de origem quanto a atual podem contribuir para o comportamento de fecundidade se os indivíduos herdarem hábitos da classe de origem, mas também adquirirem os da nova classe. Nesse caso, o *processo* de mobilidade em si não teria ocasionado, por exemplo, perturbações nas condições de vida dessa mulher que a fizessem transformar sua fecundidade. A transformação, embora ocorra em alguma medida, se deve única e exclusivamente em função de apropriação parcial de costumes e condições socioeconômicas do grupo de destino.

Ao analisar a relação entre mobilidade social e fecundidade em cinco países latino-americanos, Boyd (1975) identifica um padrão intermediário entre os grupos de origem e destino e não encontra uma relação estatisticamente significativa para o termo interativo, o que sugere uma adequação do modelo aditivo. Uma exceção é a capital Mexicana, em que o modelo interativo parece ser o mais adequado. Em seu outro estudo, conduzido nos Estados Unidos, Boyd (1994) observa padrões distintos por raça: entre as mulheres com ensino superior de baixa origem socioeconômica, as negras têm maior fecundidade, mas entre as mulheres com ensino superior de origem socioeconômica alta, as negras têm uma fecundidade menor.

A primeira teoria criada para interpretar a relação descrita denomina-se *Social Capilarity* (ou *Status Enhancement*) e foi proposta por Dumond (1890). O autor postula que as aspirações por condições socioeconômicas favoráveis e a fecundidade estariam inversamente relacionadas. Em um contexto de crescente competição de recursos entre as famílias, os indivíduos que concedem um grande peso às carreiras perceberiam um filho adicional como um ponto negativo na mobilidade ascendente dos próprios pais e dos filhos já nascidos.

Analogamente, os indivíduos que são fortemente orientados à família investiriam seus recursos em filhos adicionais e, conseqüentemente, atingiram posições sociais mais baixas. Nesse caso, diferentemente da teoria anteriormente apresentada, não é o processo da mobilidade que importa, mas sim a dimensão subjetiva associada às aspirações e percepções sobre possibilidades de mudança.

Nessa perspectiva, a disposição de ascender socialmente resultaria em uma limitação voluntária do número de filhos em função de um alto grau de racionalidade por parte daqueles que tem o desejo da mobilidade ascendente. Em linhas gerais, autores que corroboram a teoria (Westoff, 1953; Hofferth 1984) postulam que o desejo de melhorar o próprio status seria um motivo importante para restringir o tamanho da família porque criar filhos absorveria energia e capital que os pais poderiam usar para subir na escala social.

Em contraposição à hipótese de *Status Enhancement*, a teoria de *Relative Economic Status*, proposta por Easterlin (1973), indica uma relação positiva entre fecundidade e mobilidade social. O autor analisa o *baby boom* ocorrido nos Estados Unidos sob a ótica de aumento no status econômico relativo - uma função da renda permanente e das preferências construídas a partir da vivência na infância - de casais em idade reprodutiva.

Nesse sentido, as experiências vivenciadas pelos indivíduos na infância e o contato com seus pais e pares construiriam a base para o status relativo que, por sua vez, modelaria os gostos e preferências individuais em detrimento do status socioeconômico atual. Se uma mulher consegue atingir um padrão de renda superior ao de seus pais e pares na infância, por exemplo, ela teria um alto status relativo.

Segundo a referida teoria, essa mulher teria uma fecundidade mais alta se comparada à uma mulher de mesma renda que imóvel do ponto de vista intergeracional, uma vez que seu status relativo seria também maior. Nesse sentido, a teoria permite que haja uma relação negativa entre renda e fecundidade, embora a relação entre fecundidade e status relativo fosse predominantemente positiva.

A perspectivas de *stress and desorientation* e *social isolation*, ambas derivadas dos estudos de Blau e Duncan (1967), enfatizam características psicologicamente perturbadoras da mobilidade. Embora ambas sejam pautadas no processo de enfraquecimento de laços sociais experimentado por indivíduos que ascenderam ou

descenderam socialmente, os resultados esperados da mobilidade na fecundidade são contrários nas duas teorias.

A teoria de *stress and desorientation*, prevê que tanto casais ascendentes quanto descendentes teriam fecundidade mais baixa do que os não móveis em função de sentimentos de insegurança que ocasionariam a inibição da fecundidade (Blau, 1956) e de limitações biológicas na fertilidade, também ocasionada por perturbações psicológicas (Kasarda & Billy, 1985). Ao contrário disso, a teoria de *social isolation*, por sua vez, indica que a tensão ocasionada nas relações e forças sociais estabelecidas na classe de origem e baixa integração na classe de destino levariam os casais a adotarem um comportamento extremo, aumentando sua fecundidade.

A perspectiva de seletividade também é considerada na literatura analisada. Nesse caso, em contraposição à ideia de que a mobilidade ou estabilidade na posição social influenciariam na fecundidade, na perspectiva de seletividade a relação causal é oposta: é a fecundidade que influenciaria na posição social do indivíduo. Inicialmente a teoria de seletividade era discutida sob a ótica biológica da fecundidade, ou seja, na probabilidade de casais fecundos ou infecundos se moverem na escala social (Kasarda & Billy, 1985).

Apenas na década de 1970 a discussão evoluiu para o campo da fecundidade, seja ela voluntária ou involuntária, como comportamento social. Ressalta-se que a ocorrência da seleção nem sempre é um fenômeno à parte das teorias mencionadas, tendo suas raízes na teoria de *Social Capilarity* de Dumond, que afirmava que uma família deveria ser pequena para crescer na escala social.

Analogamente, Berent (1952), também defensor da teoria, postula que as crianças exigem o dispêndio de recursos (tempo, dinheiro, esforço), e os casais com alta fecundidade podem, portanto, ter dificuldade em manter sua posição social; casais com baixa fecundidade podem achar mais fácil obter ganhos sociais porque possuem recursos excedentes que podem ser usados para melhorar suas chances de conquista de status.

Ao considerar essa teoria, reconhece-se a limitação de estudos, sobretudo aqueles pautados na análise de dados transversais, em que não é possível identificar a magnitude da fecundidade pré-mobilidade e, conseqüentemente, do efeito de seleção em contraposição ao efeito da mobilidade em si.

Ressalta-se, por fim, que as análises das teorias apresentadas devem ser realizadas com cautela no contexto de altas taxas de fecundidade não desejada, como é o caso da América Latina (Casterline & Mendoza, 2009). A atuação dos mecanismos pode ocorrer

de forma distinta para nascimentos desejados e não desejados. Ao explicitar esta questão, Bean & Swicegood (1979) indicam que as perspectivas de *Stress e Desintegration* e *Social Isolation* funcionariam em direções opostas das formulações clássicas no caso dos nascimentos indesejados.

As perspectivas apresentariam, respectivamente, uma correlação positiva e negativa com a fecundidade em ambos os tipos de movimento: ascendente e descendente. Por exemplo, ao analisar o contexto americano, Bean & Swicegood, identificam suporte para a teoria de *Relative Economic Status*, embora a correlação positiva entre fecundidade e mobilidade tenha sido identificada apenas para os nascimentos indesejados, o que sugere que o mecanismo operante não seja o aumento da demanda por filhos e sim um relaxamento no que tange à regulação da fecundidade.

O Quadro 1, disposto a seguir, apresenta a um resumo da direção das relações indicadas pelas teorias clássicas, além da visão alternativa proposta por Bean & Swicegood para os nascimentos indesejados.

Quadro 1 – Direção da relação entre fecundidade e mobilidade social

Perspectiva	Nascimentos desejados		Nascimentos indesejados	
	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente
Status Enhancement	-	+	-	+
Relative Economic Status	+	-	+	-
Social isolation	+	+	-	-
Stress and Disorientation	-	-	+	+

Fonte: Bean & Swicegood (1979)

Os estudos empíricos identificados se divergem quanto ao suporte às teorias supracitadas. Em um estudo clássico sobre o tema, Berent (1952) conduz uma análise na Inglaterra e identifica que, se comparados à classe social de origem, os casais que tiveram experiências de mobilidade social ascendente tinham as menores famílias em média. Aqueles que experimentaram uma mobilidade descendente, por sua vez, tinham um tamanho de família maior e aqueles com famílias estáticas tinham uma média intermediária. Por outro lado, quando as pessoas do mesmo status ocupacional atual eram comparados, aqueles que haviam ascendido tinham famílias maiores do que aqueles que permaneceram estáticas ou descenderam. Berent interpretou essas descobertas como uma

combinação de efeitos da aquisição do comportamento reprodutivo da classe de destino e manutenção dos hábitos da classe de origem (ou seja, o mero efeito aditivo).

Hutinchon (1961), a fim de testar a hipótese estabelecida por Berent, realiza um estudo em oito cidades do sudeste brasileiro (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Londrina, Americana, Volta Redonda e Juiz de Fora.). As entrevistas foram realizadas durante os anos de 1959 e 1960 com uma amostra de 5.250 homens e mulheres. Os resultados indicam que indivíduos que experimentaram uma mobilidade intergeracional descendente tem um tamanho de família médio maior do que de seus pares que mantiveram seu status de origem. Da mesma forma, os homens que experimentaram uma mobilidade social ascendente tinham um tamanho de família em média 29% menor do que aqueles de sua classe de origem, embora, quando comparados à sua classe de destino, a fecundidade desses homens fosse 38% maior.

Em suma, o estudo aponta para uma relação inversa entre fecundidade e mobilidade social. Os resultados sugerem ainda que, para uma dada classe social de destino, quanto menor a classe de origem, maior a fecundidade. Também em continuidade à argumentação de Berent, Duncan (1966) analisa o contexto americano sob a ótica dos modelos aditivo e interativo e conclui que não há efeito do processo de mobilidade na fecundidade dos casais que se moveram socialmente além da combinação aditiva dos padrões de fecundidade das classes de origem e destino.

Analisando períodos do socialismo e capitalismo na Rússia e Polônia, Billingsley & Matysiak (2018) identificam evidências de uma relação negativa entre a mobilidade social (analisada em termos de prestígio ocupacional e habilidades requeridas para exercer as funções analisadas) e o risco de gerar o segundo filho, sobretudo para as mulheres. Os resultados corroboram, portanto, a teoria de *Status Enhancement*. Billingsley (2017), ao analisar a relação entre a mobilidade social e fecundidade entre homens e mulheres na Suécia, identifica resultados distintos na probabilidade de ter o segundo e o terceiro filho.

Valendo-se dos códigos da *European Socioeconomic Classification*, Billingsley identifica que homens cujo status ocupacional se alterou positivamente são mais propensos a terem o segundo filho, o que sugere a aplicabilidade da hipótese de *Relative Economic Status*, relação contrária à identificada nas análises femininas. No que tange ao terceiro filho, no entanto, a relação identificada entre mobilidade social e fecundidade é

inversa para ambos os sexos, corroborando, nesse caso, a hipótese de *Status Enhancement*.

No escopo nacional, os resultados de Itaboraí (2012) – também corroborando a hipótese de *Status Enhancement*, sugerem que as pessoas que foram submetidas à mobilidade ascendente apresentam menor fecundidade que as pessoas que permaneceram imóveis. Aqueles que passaram por uma situação de descendência, por sua vez, apresentam maior fecundidade.

Ressalta-se que os efeitos da mobilidade social na fecundidade podem variar de acordo com condições macroestruturais, tal como a fluidez do sistema de estratificação de classes e circunstâncias demográficas (Tien, 1965; Treiman, 1970; Boyd, 1973; Steven, 1981). Nesse sentido, Treiman (1970) sugere que uma gama de estudos inconclusivos sobre a relação entre mobilidade social e fecundidade no século XX em países desenvolvidos tenha ocorrido em função de sistemas de estratificação fluidos ou pela redução da variabilidade na fecundidade por status socioeconômico.

Sobre o primeiro ponto, sistemas de estratificação fluidos, os autores sugerem que, uma vez que a mobilidade social se torna comum, ela deixa de ser um evento penoso para aqueles que a experimentam e torna-se menos transformadora, já que seria acompanhada de mudanças estruturais relacionadas a essa mobilidade. Em outras palavras, quando a mobilidade social é a regra e não mais a exceção, ela perderia sua capacidade de mudar o comportamento e as intenções reprodutivas.

Um dos motivos para ocorrência desse fenômeno é que o processo da mobilidade em si torna-se menos penoso e, por isso, mecanismos como os sugeridos pela teoria de *stress and desorientation* deixariam de ser aplicados. Os estudos de Treiman e Tien, ressaltam a importância da institucionalização da mobilidade social via aumento da escolarização para identificação dos padrões descritos (o que pode ser observado no caso da expansão do ensino superior brasileiro no final do século XX).

Em seu estudo realizado com professores australianos, Tien (1965) expõe a importância da análise do efeito da mobilidade social no adiamento da fecundidade, haja vista que a fecundidade nos países industrializados já apresentava uma variação limitada à época do estudo. Os resultados do autor revelam que as realizações ocupacionais dos entrevistados estão relacionadas às suas realizações educacionais e que os casamentos usualmente são adiados para depois do início efetivo da carreira ocupacional de professor.

Os resultados apontam ainda para a importância da economia na mobilidade por meio de reduções no emprego, bem como a forma como as oportunidades são distribuídas.

Ainda tratando da influência de questões estruturais na relação entre fecundidade e mobilidade, posteriormente aos estudos mencionados, Steven (1981) propõe a decomposição da mobilidade social em dois componentes, que podem operar em direções diferentes na fecundidade: a mobilidade média e a mobilidade relativa. A mobilidade média consiste, na perspectiva de Steven, em uma função de fatores estruturais que impulsionam os indivíduos de certas classes de origem para um destino social específico.

A mobilidade relativa, por sua vez, é uma função dos fatores atribuíveis às características individuais (o próprio esforço, motivação, habilidade e / ou sorte dos indivíduos). Ao considerar esses dois componentes, o autor assume que mecanismos distintos poderiam atuar na transformação da fecundidade em cada um deles. No exemplo dado por Steven, os mecanismos de *Social Isolation e Stress and Desorientation* poderiam ser combinados de modo a produzir um efeito positivo da mobilidade ascendente se considerarmos a mobilidade média e um efeito negativo se considerarmos a mobilidade relativa.

Suponha, por exemplo, que uma mulher tenha se movido de forma ascendente em um contexto em que poucas pessoas conseguem ascender socialmente. Do ponto de vista individual, essa mulher poderia ter sua fecundidade limitada em função de mecanismos associados aos sentimentos de insegurança ocasionados pela transformação socioeconômica. Por outro lado, em função dos baixos níveis de mobilidade médios de seu contexto, essa mesma mulher poderia, assim como postulado pela teoria de *social isolation*, ter uma integração dificultada na classe de destino e, como consequência, aumentar sua fecundidade.

Ao testar sua hipótese de que a mobilidade poderia ser decomposta em mobilidade média e a mobilidade relativa, nos Estados Unidos, Steven utiliza o score ocupacional de Duncan (1966) e de fato identifica que os efeitos da mobilidade relativa e média no tamanho de família se diferem em sinal. Enquanto a mobilidade relativa se correlaciona positivamente com o número de filhos, a mobilidade média se correlaciona negativamente.

Para o autor, o efeito positivo da mobilidade relativa na fecundidade estaria associado à perspectiva de *Relative Economic Status*, ou seja, com a percepção das mulheres de aumento de status com relação ao seu status de origem. Por outro lado, o

efeito negativo da mobilidade média se daria em função de um comportamento reprodutivo mais sensível às atitudes da classe de destino se comparados ao da classe de origem.

Ao analisar a associação geral entre a mobilidade e a fecundidade em cinco capitais latino-americanas, Boyd (1973) identifica padrões semelhantes entre os países e atribui esse resultado às transformações estruturais generalizadas nessas sociedades, tal como a industrialização, urbanização e aumento da escolaridade. Os resultados de Billingsley & Matysiak (2018), cujos principais achados foram indicados anteriormente, também sugerem que a relação entre fecundidade e mobilidade social é moderada por questões macroestruturais ou, em outras palavras, com base nas oportunidades do mercado de trabalho.

Em geral, o efeito de supressão da mobilidade ascendente sobre os riscos do segundo nascimento foi mais forte na Rússia, em que o contexto econômico é desfavorecido se comparado à Polônia. Um aumento do risco do segundo nascimento relacionado à mobilidade descendente foi, por sua vez, observado na Polônia.

Em resumo, a literatura sugere que a atuação dos mecanismos que mediam a relação entre mobilidade social e escolaridade seja condicionada a questões estruturais, com destaque para a fluidez do sistema de classes e para a institucionalização da mobilidade social, sendo a escolarização um importante mecanismo para sua ocorrência. No escopo da presente tese, ressalta-se três pontos nessa discussão.

O primeiro deles é a forma com que a mobilidade social é auferida. A maior parte dos estudos adota a ocupação com a justificativa de que esse indicador seria menos volátil do que, por exemplo, renda e escolaridade. No entanto, questões como a qualidade de ensino e condições econômicas macroestruturais influenciariam a propensão de um indivíduo de alcançar a mobilidade social em termos socioeconômicos e ocupacionais mesmo que ele a tenha alcançado em termos educacionais.

O segundo ponto que deve ser destacado é a capacidade de transformação comportamental da escolaridade que independe de aspectos socioeconômicos, ligada, por exemplo, à aquisição de conhecimento para implementação de métodos contraceptivos e sua atuação como agente socializador. O terceiro ponto a ser destacado é a diminuição da variabilidade na fecundidade entre grupos socioeconômicos e aumento da variabilidade intragrupos.

Considerando que a fecundidade pode anteceder tanto a escolarização quanto a mobilidade social, na seção seguinte apresenta-se uma discussão sobre a relação inversa, em que a fecundidade prévia (mais especificamente na adolescência) geraria efeitos no alcance educacional e, conseqüentemente, na mobilidade social.

7. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E ALCANCE EDUCACIONAL

A discussão sobre o alcance educacional de mães adolescentes faz-se relevante no escopo do presente estudo pois é possível inferir que essas mulheres tiveram seus filhos antes de ingressarem no ensino superior e, portanto, mesmo que o fizessem, esse nível de ensino não teria influência na decisão da mulher de ter seu primeiro filho ou nas oportunidades de implementar suas preferências reprodutivas (ao menos com relação ao filho ido antes de cursá-lo). Além disso, se as mães adolescentes são, por exemplo, menos propensas a ingressarem em um dado nível de ensino, parte da relação observada entre ensino superior e fecundidade ocorrerá em função da seleção dessas mulheres com base na fecundidade prévia.

A literatura reconhece que o período em que a mulher tem seu primeiro filho tem conseqüências para suas próprias trajetórias e de outras gerações. Os efeitos da gravidez na adolescência nos resultados subsequentes das mães em termos, por exemplo, de sua fecundidade (Thomkinson, 2019), violência doméstica e status socioeconômico (Urdinola & Ospino, 2015; Ribar, 1999) são temas recorrentes na literatura.

De forma geral, os estudos apresentam um esforço em distinguir o efeito da gravidez na adolescência do efeito provocado pelo status socioeconômico de origem das mães adolescentes, uma vez que esse é um evento que não ocorre de forma aleatória. Nesse sentido, mães adolescentes viriam de um contexto socioeconômico menos favorecido e, assim sendo, essas mesmas mulheres teriam um menor alcance educacional se comparadas às demais mesmo que não tivessem seus filhos na adolescência. Dentre as estratégias adotadas para distinção dos dois efeitos, destacam-se os métodos que empregam a análise de efeitos fixos familiares, analisando irmãs e o uso de variáveis instrumentais (Ribar, 1999).

Uma hipótese plausível para que as mães adolescentes apresentem menores participação no mercado de trabalho e escolaridade é baseada na teoria do uso do tempo, já abordada anteriormente. Nesse sentido, as crianças teriam uma função de consumo

definida pelos recursos que os pais dedicam a cada filho, pela capacidade de ganhos de mercado e pela oferta de trabalho para a esposa. Seguindo a referida teoria, esperar-se-ia, portanto, que a fecundidade adolescente estivesse associada a um menor alcance educacional, tanto em função de menores retornos esperados por elas a partir da escolarização (em razão, por exemplo, da discriminação no mercado de trabalho) quanto em função do tempo por elas despendido para criação desses filhos, que representaria um entrave para as demais atividades.

Ressalta-se, no entanto, que a relação de causalidade no menor alcance educacional de adolescentes deve ser questionado, uma vez que a mulher pode tornar-se mãe na adolescência em função das baixas expectativas de resultados escolares e no mercado de trabalho (Rodriguez-Vignoli & Cavenaghi, 2013; Berquó et al., 2012). Uma hipótese alternativa à anteriormente apresentada é de que mães adolescentes enfrentariam pressões adicionais para encontrar um bom trabalho a fim de sustentar a elas próprias e a seus filhos (Urdinola & Ospino, 2015), o que as impulsionaria também a uma maior escolarização.

No que tange às evidências empíricas, Ribar (1999) ao analisar o contexto americano a partir de dados longitudinais, identifica uma relação negativa entre a gravidez na adolescência e a renda da mulher no futuro, bem como os anos de escolaridade. Esses efeitos tornam-se menores, no entanto, quando incluídas no modelo variáveis básicas de status socioeconômico de origem. Quando estimados os efeitos fixos familiares com base na análise de irmãs, os efeitos decrescem ainda mais.

Os resultados de Ribar sugerem, portanto, que boa parte do diferencial na escolaridade por parte de mães adolescentes deve-se ao status socioeconômico de origem das mulheres. Urdinola e Ospino (2015), com a finalidade de analisar a relação entre a gravidez na adolescência e a qualidade do trabalho exercido pelas mães na Colômbia (medido em termos de acesso ao mercado formal), utiliza a variável de altura como próxi de status socioeconômico de origem. Os resultados de Urdinola e Ospino apontam para menores chances de mulheres que tiveram seus filhos de 15 a 17 anos a terem um trabalho formal (-0.116, $p < 0.001$) se comparadas àquelas que tiveram seus filhos entre 20 e 22 anos.

Embora haja evidências bem documentadas dos efeitos da maternidade em idades jovens tanto no desempenho educacional como no mercado de trabalho em alguns países, estudos que investigam o contexto brasileiro ainda são raros. Um motivo para esse cenário

é a escassez de dados longitudinais ou retrospectivos. Alguns desses estudos, como o de De Souza (1998), sugerem uma influência da maternidade na participação no mercado de trabalho.

Segundo De Souza, há uma forte correlação negativa entre escolaridade e fecundidade entre as mulheres de 15 a 19 anos. Valendo-se da construção de pseudo-painéis a partir de dados das PNAD's de 1992-2004 e DataSus 1981 -1992, Narita & Diaz (2016) apresenta resultados que sugerem que a maternidade na adolescência seria prejudicial aos anos totais de escolaridade concluídos e à participação das mulheres na força de trabalho nos anos subsequentes.

No que tange à motivação e percepção de mães adolescentes brasileiras, Oliveira e Vieira (2010) desenvolvem um estudo valendo-se dos dados da PNDS 2006. Os resultados indicam que a escolaridade média das mulheres que nunca viveram experiência reprodutiva – gravidez ou filho nascido vivo – enquanto ainda adolescentes é sempre maior que a escolaridade daquelas que tiveram filhos antes dos 20, tendo 52,98% das entrevistadas afirmado que a gravidez ou nascimento de um filho durante a adolescência levou-as a abandonar a escola. Além disso, as autoras identificam que mulheres não-brancas têm uma chance 73,7% maior de iniciar vida reprodutiva na adolescência quando comparadas às mulheres brancas, o que corrobora a alta seletividade do fenômeno.

No que tange à avaliação qualitativa das mulheres quanto ao fenômeno da gravidez na adolescência, o resultado das autoras indica três principais grupos de mulheres: o primeiro – e mais numeroso - grupo expressa ausência de planejamento da gravidez ou inexistência de outra alternativa para a mulher, comportamento denominado pelas autoras de fatalismo. O segundo expressa a vinculação da gravidez a um projeto de vida no qual engravidar e ter um filho fazia sentido para a mulher. O terceiro, por fim, indica insuficiência de informação ou de acesso a meios de prevenção da gravidez.

A literatura analisada reforça a hipótese de que parte da relação entre o ensino superior e a fecundidade ocorre por mecanismos de seleção com base na fecundidade já observada. Deve-se, portanto, interpretar os resultados da relação entre fecundidade e nível de escolaridade com cautela, sem estabelecer uma relação de causalidade. Um outro ponto que se mostra um consenso na literatura é que distinções no alcance educacional por parte de mães adolescentes persistem mesmo quando controladas por status socioeconômico de origem. A partir do presente estudo, pretende-se analisar se houve alterações nesse cenário após as medidas de expansão educacional.

8. QUADRO TEÓRICO

A partir da revisão de literatura, apresentada nos tópicos anteriores, infere-se que a relação entre o ensino superior, o status socioeconômico de origem e a fecundidade pode ocorrer nas formas apresentadas na

Figura 6, disposta a seguir. A Figura aqui apresentada consiste em uma extensão do triângulo de origem, destino e escolaridade, amplamente trabalhada por teóricos da área de estratificação, como Bernardi e Ballarino (2016).

Partindo do status socioeconômico de origem, há uma correlação entre essa variável e a fecundidade que ocorre diretamente, ou seja, que independe do status socioeconômico atual ou do nível de ensino cursado. Esta relação pode ser explicada pela transmissão intergeracional da fecundidade, tópico a ser incluído na revisão de literatura do presente estudo. Nesse sentido, uma mulher de baixo status socioeconômico que tenha cursado o nível de ensino superior pode carregar consigo padrões intergeracionais de fecundidade, mesmo que em termos socioeconômicos essa mulher se assemelhe ao grupo educacional de destino, o ensino superior. Parte da relação, no entanto, dar-se-á intermediada pela propensão de ingresso e conclusão desse nível de ensino que, por sua vez, se associa à propensão de alcançar a ascensão socioeconômica.

A literatura que trata dessa correlação, nesse caso, é a de estratificação educacional clássica. Ressalta-se ainda que a relação entre o status socioeconômico de origem e a ascensão socioeconômica pode ocorrer também de forma independente do nível de ensino alcançado, haja vista que os retornos econômicos e ocupacionais do ensino superior podem se diferenciar nos segmentos populacionais, tal como apontado especificamente pela literatura de estratificação horizontal da educação.

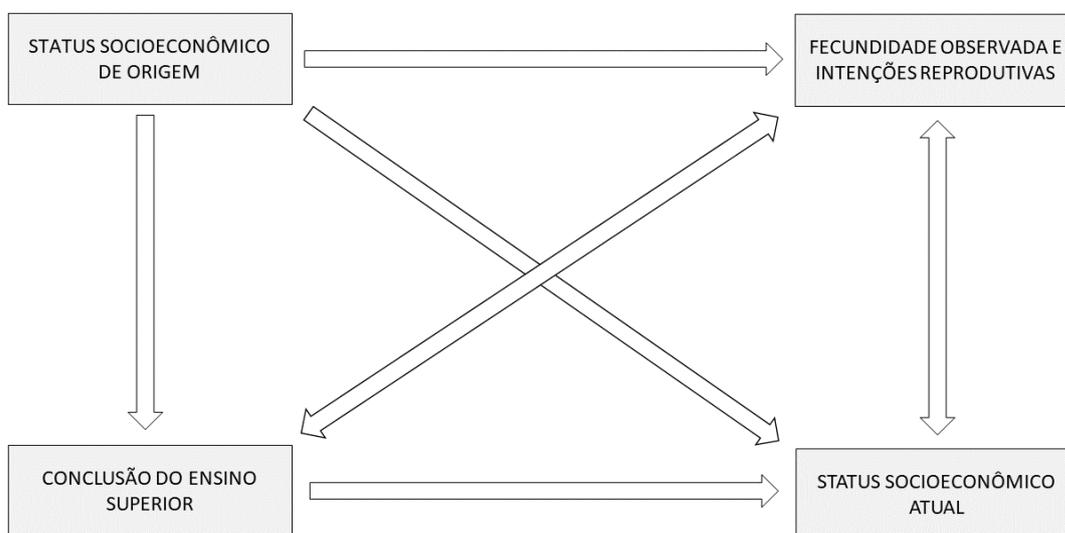
Seguindo para a análise da variável de conclusão do ensino superior, infere-se, a partir da literatura analisada, que o ensino superior pode afetar a fecundidade tanto via transformação da realidade socioeconômica, relação que seria explicada pela literatura de mobilidade social, quanto de forma independente. Uma mulher que cursa o ensino superior pode, portanto, ter transformado sua fecundidade em razão, por exemplo, do aumento do custo de oportunidade ou aumento dos recursos econômicos para criação de um filho, questões relacionadas à ascensão socioeconômica.

Por outro lado, uma mulher pode transformar sua fecundidade após ter cursado o ensino superior por ter aumentado seu conhecimento e confiabilidade nos métodos contraceptivos ou por ter socializado com mulheres que apresentavam padrões distintos daqueles de sua classe de origem, por exemplo, o que independe de sua situação socioeconômica.

Ressalta-se ainda que a variável de conclusão do ensino superior e a fecundidade são mutuamente afetadas, uma vez que a conclusão desse nível de ensino pode correlacionar-se com a fecundidade observada, as aspirações quanto ao futuro (pautadas majoritariamente na família ou no trabalho) e as intenções reprodutivas femininas.

Por fim, no que tange ao status socioeconômico atual, há uma relação com a fecundidade bem documentada pela literatura demográfica clássica. Também nesse caso, há uma relação em que as variáveis são mutuamente afetadas, já que as aspirações quanto à família e o trabalho, bem como a fecundidade observada, podem influenciar na propensão de mobilidade socioeconômica.

Figura 6 – Mapa teórico



Fonte: Elaboração própria

9. DADOS E MÉTODOS

Esta seção apresenta as bases de dados e variáveis utilizadas no estudo, bem como os modelos aplicados para responder aos objetivos propostos. A Figura 7, disposta a

seguir, apresenta o resumo dessas informações e, em seguida, apresenta-se o detalhamento dos procedimentos adotados.

Figura 7 – Base de dados e metodologia aplicada para responder a cada um dos objetivos

OBJETIVO	DADOS	MÉTODO
Analisar possíveis padrões de fecundidade e de expectativas futuras relacionadas ao mercado de trabalho e à própria escolarização	<i>School to Work Transition Survey</i>	Análise descritiva
Analisar a existência de uma relação entre status socioeconômico de origem e a fecundidade	PNAD 2014 e PNAD 1996	Regressões de Poisson
Identificar possíveis heterogeneidades na relação entre o ensino superior e a fecundidade	PNAD 2014 e PNAD 1996	Regressões Poisson Multinível
Analisar em que medida as transformações na fecundidade dos grupos de ensino médio e ensino superior se deve à composição desses grupos	PNAD 2014 e PNAD 1996	Decomposição multivariada para modelos não lineares

Fonte: Elaboração própria.

9.1 BASE DE DADOS E AMOSTRA

Para analisar possíveis padrões de fecundidade e de expectativas futuras relacionadas ao mercado de trabalho e à própria escolarização entre mulheres de 15 a 29 por escolaridade dos pais, utilizou-se a base de dados *School to Work Transition Survey*, cuja principal responsável pela elaboração e condução é a Organização Mundial do Trabalho (OIT). A OIT, agência que faz parte da Organização das Nações Unidas desde 1919, tem como principais objetivos indicar caminhos para a formulação de políticas públicas; estabelecer padrões de trabalho; e elaborar programas que apontem meios de construção de “trabalhos decentes” para homens e mulheres. Segundo a organização, na elaboração da primeira onda do survey, em 2003, foram desenvolvidos inicialmente questionários estruturados visando coletar informações referentes ao mercado de trabalho para jovens de 15 a 29 anos, tratando da igualdade de gênero no emprego jovem. Essa primeira onda do *survey* foi realizada na Indonésia, Sri Lanka e Vietnã.

A amostra brasileira, cuja aplicação realizou-se em 2013, é composta por 3.288 questionários aplicados a jovens de 15 a 29 anos e consiste em um produto do Projeto “*Work4Youth*”, fruto de uma parceria entre a OIT e a Fundação MasterCard, envolvendo a participação de 28 países. O objetivo principal do projeto é realizar pesquisas sobre o

tema da transição da escola para o trabalho, com a finalidade de contribuir para a elaboração de políticas públicas e para a implementação de atividades e estratégias por parte dos parceiros sociais. A margem de erro estimada para a amostra probabilística é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, contando com um intervalo de confiança de 95%. Ressalta-se que, para realização da análise descritivas, foram utilizados os pesos disponibilizados na base de dados.

A Tabela 1, disposta a seguir, detalha o número de observações utilizadas na análise descritiva, que contou com a totalidade das mulheres que tinham a escolaridade de pelo menos um dos pais (pai ou mãe) disponível na base de dados.

Tabela 1 – Amostra utilizada nas análises descritivas

Recorte	Número de observações
Base de dados completa	3288
Escolaridade de pelo menos um dos pais disponível	2830
Mulheres	1649
Faixa etária	
15 a 19 anos	647
20 a 24 anos	476
25 a 29 anos	526
Total	1649

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School to Work Transition Survey*.

Para atender ao segundo, terceiro e quarto objetivo propostos (analisar a existência de uma correlação entre o status socioeconômico de origem e a fecundidade no ensino superior, analisar a existência de efeitos heterogêneos entre indivíduos de diferentes origens e decompor a variação da fecundidade interna aos níveis médio e superior nos componentes taxa e composição), o estudo utilizou a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD). A PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui, até o ano de 2015, investigações permanentes acerca de características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, assim como investigações periódicas de outros temas, definidos conforme necessidade, sempre com unidade de análise o domicílio. A PNAD foi encerrada em 2016, sendo substituída pela PNAD Contínua, a qual, a partir de metodologia atualizada, fornece cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional (IBGE, 2020).

Optou-se pelo uso das PNAD's de 1996 e 2014 porque estas acompanham um suplemento de mobilidade social, permitindo que sejam analisadas escolaridade e ocupação dos pais. Algumas outras PNAD's incluem dados de ocupação (Pnads de 1973, 1976, 1982, 1988, 1996 e 2014) e educação dos pais (Pnads 1982, 1988, 1996 e 2014).

Optou-se pelo uso das PNAD's de 1996 e 2014 porque além de serem as mais recentes que contam com o suplemento de mobilidade, são as únicas que apresentam a variável de educação da mãe (Pnad de 2014 e 1996). Além disso, optou-se pela escolha dos anos em questão porque, no caso de 1996, faz-se possível captar padrões anteriores à expansão massiva do ensino superior ocasionada principalmente pela implementação dos programas FIES e PROUNI. No caso do ano de 2014, além da possibilidade de captar padrões pós-expansão educacional, optou-se por sua utilização em função de consistir um período que antecede o agravamento da crise econômica nacional ocorrida no ano de 2015, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Desse modo, evita-se que o efeito da fecundidade associado ao status socioeconômico se deva aos efeitos da referida crise

Ressalta-se que o módulo sobre mobilidade social da PNAD de 2014 apresenta algumas diferenças em relação à PNAD de 1996. A principal delas se refere à seleção do indivíduo que responderia ao suplemento: em 1996, todos os indivíduos que foram elencados como responsáveis ou cônjuges em seus domicílios responderam ao suplemento. Em 2014, por sua vez, os dados foram coletados para um morador da unidade domiciliar com 16 anos ou mais selecionado aleatoriamente. Embora se reconheça que a posição no domicílio possa estar correlacionada tanto ao comportamento reprodutivo quanto às variáveis explicativas dos modelos utilizados – o que limita a comparabilidade entre as amostras, optou-se por manter na análise, no caso de 2014, as mulheres que não são cônjuges ou responsáveis por seus domicílios, exceto para a análise de decomposição (objetivo 4), em que há uma comparação direta entre os anos de 1996 e 2014. Optou-se por esse procedimento por duas principais razões: Primeiro porque acredita-se que a análise de mulheres de diversas posições no domicílio proporciona uma visão mais completa do cenário em questão – pelo menos para o ano de 2014. Em segundo lugar, optou-se pela manutenção dessas mulheres nas análises dos objetivos dois e três para evitar a perda amostral, mantendo um tamanho de amostra semelhante entre os anos analisados.

No caso dos três objetivos em que serão utilizados dados da PNAD, procedeu-se com os recortes na base de dados indicados na

Figura 8. Foram selecionadas as mulheres de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos porque espera-se captar, com as mulheres de 25 a 29 anos, a coorte que, em 2014, cursou o ensino superior quando a maior parte das medidas de expansão educacional já havia sido implementada. No caso das mulheres de 30 a 34 anos, por sua vez, o recorte visou

proporcionar um cenário comparativo à coorte anterior, já que essas mulheres possuíam idade mínima para ingressar no ensino superior quando a maior parte das medidas de expansão ainda não tinha sido implementadas. Em função das diferenças contextuais supracitadas, as análises para os dois grupos etários foram conduzidas separadamente. O recorte de mulheres cujos filhos residiam no domicílio deu-se com a finalidade de calcular, com base na idade do filho captada através da relação de parentesco, a idade à maternidade, procedimento especificado na seção seguinte.

Figura 8 – Amostra considerada nas análises pautadas nas PNAD's 1996 e 201



Fonte: Elaboração própria

A Tabela 2, disposta a seguir, indica o número de observações em cada recorte realizado e a distribuição de escolaridade na amostra final utilizada nos objetivos dois e três. Realizou-se uma análise dos *missings* da amostra a partir do teste denominado *Missing Completely at Random* proposto por Little (1988). O teste apresenta diferenças médias em cada variável no conjunto de dados em subgrupos que compartilham o mesmo padrão de dados ausentes, comparando as médias das variáveis observadas para cada padrão de dados ausentes com a população esperada estimada usando o algoritmo de maximização de expectativa (EM), ou seja, estimativas de máxima verossimilhança EM. Embora alguns padrões associados aos *missings* tenham sido identificados – e até esperados por serem comumente identificados nas bases de dado em geral – acredita-se que a análise dos dados forneça um importante avanço na compreensão da relação entre status socioeconômico de origem e a fecundidade. O Apêndice 1 apresenta os resultados

dos modelos utilizando a escolaridade da mãe, sem incluir os dados da ocupação disponível para o pai em 1996, evitando desse modo, os *missings* oriundos dessa variável.

Tabela 2 – Recortes aplicados na amostra e distribuição de escolaridade da amostra utilizada

Amostra	Número de observações			
	1996		2014	
Faixa etária	25 a 29	30 a 34	25 a 29	30 a 34
Completa	331263		362627	
Mulheres	170289		186879	
Recorte de idade	13634	13851	14559	154778
Responderam ao suplemento	8988	10969	3408	3741
Pelo menos ensino médio incompleto	3827	4802	2724	2454
Escolaridade de pelo menos um dos pais disponível	3516	4374	2126	1971
Informação de ocupação do pai disponível	1987	2599	1606	1586
Filhos no domicílio	1850	2385	1512	1487
Sem <i>missings</i> nas variáveis explicativas	1808	2290	1366	1357
Distribuição por escolaridade				
Ensino fundamental completo/ médio incompleto	612	633	242	208
Ensino médio completo	731	911	554	576
Ensino superior incompleto (em andamento)	95	102	159	111
Ensino superior incompleto (evasão)	49	80	60	41
Ensino superior completo	321	564	351	421

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNAD's 1996 e 2014

A Tabela 3, apresentada a seguir, indica a distribuição de escolaridade para as mulheres que ocupavam a posição de responsáveis ou cônjuges de seus domicílios em 2014 (amostra utilizada nas análises do objetivo 4 – a decomposição).

Tabela 3 – Distribuição de escolaridade das mulheres na posição de cônjuge ou responsável pelo domicílio na PNAD 2014

Distribuição por escolaridade	25 a 29	30 a 34
Ensino fundamental completo/ médio incompleto	198	187
Ensino médio completo	410	477
Ensino superior incompleto (em andamento)	89	87
Ensino superior incompleto (evasão)	42	37
Ensino superior completo	210	328

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD 2014

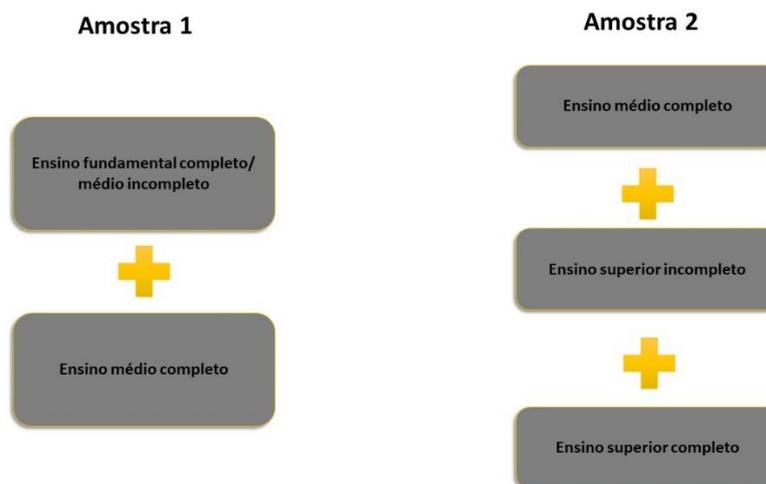
Para que fossem analisadas as relações entre status socioeconômico de origem e parturição nos diferentes níveis de escolaridade, optou-se por realizar análises separadas por estes níveis (

Figura 9). Desse modo, para apresentar os efeitos da conclusão do ensino médio na atenuação ou acirramento dos efeitos de status socioeconômico de origem na

fecundidade, utilizou-se a amostra 1, contendo indivíduos que completaram o ensino fundamental e cursaram, no máximo, até o ensino médio completo.

Para analisar esse efeito ocasionado pelo ingresso/conclusão do ensino superior (amostra 2), por sua vez, foram selecionados os indivíduos que cursaram pelo menos até o ensino médio completo. Levando em consideração as informações apresentadas na Tabela 2, a amostra 1, para indivíduos de 25 a 29 anos em 1996, por exemplo, possui 1343 observações (612 indivíduos com ensino fundamental completo/ médio incompleto + 731 indivíduos com ensino médio completo). A amostra 2, por sua vez, possui 1196 observações (731 indivíduos com ensino médio completo+95 com ensino superior incompleto em andamento+49 com ensino superior incompleto/evasão+321 com ensino superior completo). A Tabela 4 apresenta o tamanho final das amostras utilizadas.

Figura 9 – Distribuição dos dados nas duas amostras utilizadas



Fonte: Elaboração própria

Tabela 4 – Tamanho final das amostras utilizadas no estudo

Pnad	Amostra 1		Amostra 2	
	25 a 29	30 a 34	25 a 29	30 a 34
1996	1343	1544	1196	1657
2014	796	784	1124	1149
2014 - Chefes e cônjuges ³	608	664	751	929

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNAD's 1996 e 2014

Considerando as amostras utilizadas, apresentadas na Tabela 4, vale ressaltar que os resultados não “estatisticamente significativos” podem ser fruto exclusivamente do tamanho amostral. Nesse sentido, destaca-se que editoriais renomados, como *Demographic Research* (Bijak, 2019), indicam a tendência do desuso dessa medida como

³ Amostra utilizada no objetivo 4 – a decomposição – por haver comparação direta entre as bases de 1996 e 2014.

um parâmetro dicotômico para aceitar ou não aceitar a existência de correlação entre as variáveis. Embora muitos pesquisadores e editoriais ainda considerem o p-valor como o número mais importante a ser relatado, pesquisas de diversas áreas, incluindo a área da saúde (Ferreira & Patino, 2015), sugerem que as análises se concentrem no tamanho do efeito, utilizando o p-valor como um continuum de diferentes níveis de confiança e, portanto, uma medida não dicotômica. Nesse sentido, Andrade (2019) alerta para a falácia das análises pautadas exclusivamente em um corte numérico do p-valor:

It should be considered fallacious to insert an arbitrary threshold to define results as significant or nonsignificant, as though significant versus nonsignificant results are in some ways categorically different the way people who are dead versus alive are categorically different. Expressed otherwise, declaring statistical significance does not improve our understanding of the data over and above what is already explained by the value of P. In fact, declaring significance may give us a false sense of confidence that a finding exists in the population, while rejecting significance may give us a false sense of confidence that the finding does not exist. (Chittaranjan, 2019, Indian Journal of Psychological Medicine, p.212)

Considerando a discussão supracitada, os p-valores reportados no presente estudo, junto aos erros padrão, servirão de parâmetro para análise do nível de confiança nos resultados identificados, embora o parâmetro de $p < 0.05$ não seja adotado para descartar a associação entre as variáveis.

Por fim, destaca-se que, tanto para a os resultados descritivos quanto para o ajuste dos modelos, será utilizado o design de amostra complexa (complex survey design), valendo-se da função `svy` disponível no pacote `pnadc` do software R 3.4.1.

9.2 VARIÁVEIS

Variável	Categorização utilizada
Parturição	Zero

	Um
	Dois
	Três ou mais
Idade ao ter o primeiro filho	Não tem filhos
	Menos de 18 anos
	Mais de 18 anos
Escolaridade da própria mulher	Até o ensino fundamental incompleto
	Fundamental completo/ Médio Incompleto
	Médio Completo
Escolaridade dos pais	Superior
	Até o ensino fundamental incompleto
	Fundamental completo/ Médio Incompleto
Mobilidade social percebida com relação à família que às criou, quando eram crianças	Médio Completo
	Superior
	Ascendente
Situação financeira percebida	Descendente
	Sem mobilidade
	Mais do que suficiente
	É exatamente o que eu preciso
Nível de escolaridade mais alto que espera completar	Não é suficiente, às vezes falta
	É pouco, temos problemas para nos manter
	Fundamental
	Médio/técnico
Setor em que gostaria de trabalhar	Superior
	Outro
	Autônomo / negócio próprio
	Setor público
	Companhia privada
Status sócio-ocupacional do trabalho que gostaria de exercer - Classificação Internacional Uniforme de Ocupações	Nos negócios da família
	Outro
	Alto
	Médio
	Baixo

O **Error! Reference source not found.**, apresentado a seguir, indica as variáveis utilizadas na análise descritiva realizada a partir da *School to Work Transition*. Para construção da variável “escolaridade dos pais”, utilizou-se os quesitos de escolaridade da mãe e do pai, considerando o maior nível de escolaridade entre os dois. Sabe-se que, em função de uma divisão social de tarefas tradicional e uma ligação mais forte dos homens com o mercado de trabalho, a maioria dos estudos sobre mobilidade fundamenta-se na análise de dados dos pais, e não das mães, para definir a origem socioeconômica. estudos, como o de Itaboraí (2012).

Quadro 2 – Variáveis utilizadas na base de dados School to Work Transition

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School to Work Transition*.

No entanto, considerando-se a crescente participação feminina no mercado de trabalho, alguns passaram a considerar também os dados da mãe em análises sobre o tema, perspectiva aqui adotada.

Quadro 3 – Variáveis a serem utilizadas para análise dos objetivos um e dois

Variável	Categorização
Fecundidade	
Parturição	Variável discreta
Escolaridade	
Escolaridade	Ensino superior completo
	Ensino superior incompleto – evasão
	Ensino superior incompleto - em andamento
	Ensino médio completo
Variáveis sociodemográficas	
Cor ou raça	Branca
	Preta
	Parda
	Outras
Idade	25 a 29 anos
	30 a 34 anos
Maternidade na adolescência	Variável binária que indica se a mulher teve filhos antes dos 18 anos
Status socioeconômico de origem	
Região de Moradia aos 15 anos de idade	Urbana
	Rural
Escolaridade dos pais	Ensino Fundamental Incompleto
	Ensino Fundamental Completo/ Médio Incompleto
	Ensino Médio completo/ Superior Incompleto
	Ensino superior completo
Status sócio-ocupacional do pai	Alto
	Médio
	Baixo
	Não trabalhava
Tempo de residência no município (em anos)	Até 4
	5 a 9
	10 ou mais
Status socioeconômico atual	
Rendimento Médio Mensal Domiciliar per capita	Até 1/4 do salário-mínimo
	Mais de 1/4 até 1/2 salário-mínimo
	Mais de 1/2 até 1 salário-mínimo
	Mais de 1 até 2 salários-mínimos
	Mais de 2 até 5 salários-mínimos

Status sócio-ocupacional	Mais de 5 até 10 salários-mínimos
	Mais de 10 salários-mínimos
	Alto
	Médio
	Baixo
	Não trabalhava

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD de 2014 e 1996

No que tange à idade ao primeiro filho, adotou-se o corte de 18 anos para a maternidade na adolescência para que essa variável captasse os filhos nascidos antes das mulheres ingressarem no ensino superior. Para agrupar as ocupações nos status alto, médio e baixo, utilizou-se o primeiro dígito da ocupação, os grandes grupos, conforme indicado no Apêndice 2.

Análises semelhantes, utilizando o primeiro dígito das ocupações, foram realizadas, por exemplo, por Arbache & De Negri (2002) e de Abreu Melo (2021). Ressalta-se que a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, utilizada neste survey, possui uma compatibilidade de pelo menos 2 dígitos com a Classificação Brasileira de Ocupações de 2002 e, por isso, essa mesma codificação foi utilizada na análise dos dados da PNAD 2014.

As variáveis adotadas nos objetivos dois, três e quatro da presente tese, construídas a partir de quesitos das PNAD's 1996 e 2014, são dispostas no Quadro 3. Os parágrafos a seguir detalham a categorização empregada em cada uma delas. As variáveis foram divididas em cinco grupos, quais sejam: a fecundidade (variável dependente), a escolaridade da mulher, suas demais características sociodemográficas, variáveis relacionadas ao seu status socioeconômico de origem e ao status socioeconômico atual.

No que tange à variável dependente para esses objetivos, a parturição, ela será construída a partir da questão “Até a data de referência, teve algum filho nascido vivo, ou seja, que apresentou algum sinal de vida ao nascer”?

Tratando-se da escolaridade das próprias mulheres, as questões “Qual é o curso que frequenta?”, “Qual foi o curso mais elevado que frequentou anteriormente?” e “Concluiu, com aprovação, pelo menos a primeira série deste curso que frequentou anteriormente?” serão combinadas para criação das alternativas “Ensino Superior Completo”, “Ensino Superior Incompleto - evasão”, “Ensino Superior Incompleto – em andamento” e “Ensino médio Completo”. No caso da escolaridade dos pais, assim como na base de dados *School to Work Transition*, selecionou-se a maior escolaridade reportada entre o pai ou a mãe, valendo-se do quesito “Quando tinha quinze anos de idade, qual foi

o curso de nível mais elevado que sua mãe/pai (ou a mulher/homem responsável pela sua criação), com quem morava, frequentou?”

Com relação as características sociodemográficas, para a variável cor ou raça, a categorização a ser utilizada considerará as opções “Branca”, “Preta”, “Parda” e “Outras”. Utilizou-se uma variável contínua para idade. Para o status de maternidade na adolescência, utilizou-se o quesito “número de ordem da mãe” reportado pelos filhos das mulheres analisadas. Tendo identificado os filhos dessas mulheres e suas idades, selecionou-se o filho mais velho e subtraiu-se da idade reportada pela mãe à época da pesquisa.

A região de moradia aos 15 anos será atribuída diretamente a partir da questão “Quando tinha quinze anos de idade, morava em área urbana ou rural?”. Além disso, utilizou-se o tempo de residência no município, em anos. Essas variáveis foram adotadas porque considera-se que a migração é um comportamento racional adaptativo (Goldthorpe, 2000). Isto é, a migração é uma ação orientada para ascensão social e, conseqüentemente, melhoria das condições de vida. Nesse sentido, tendo em vista que muitas pessoas que nascem no Norte/Nordeste/Centro-Oeste migram para o Sul/Sudeste, por exemplo, justamente na idade em que deveriam entrar na universidade, considerou-se que eventuais distinções na região em que vivia quando tinha 15 anos ou no tempo de residência no município podem estar correlacionadas ao status socioeconômico de origem.

No que se refere às questões relativas à ocupação, utilizou-se o quesito “Quando você tinha 15 anos de idade, qual era a ocupação que seu pai exercia?”. Como mencionado anteriormente, na PNAD de 1996, apenas a ocupação do pai – e não da mãe – foi coletada. Por isso, utilizou-se também em 2014 essa mesma variável. No caso da ocupação das próprias mulheres entrevistadas, a questão foi “Qual era a ocupação que exercia no trabalho principal na semana de referência”. O primeiro desafio para análise dessas variáveis é a compatibilização entre os códigos utilizados nos anos de 1996 e 2014. Os códigos ocupacionais utilizados pelo IBGE até 2000 eram de uma classificação própria, distinta da classificação da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Na PNAD de 1996, a classificação era mais agregada e sua metodologia de classificação se distinguia da CBO, já que as ocupações eram agrupadas principalmente pela sua atividade econômica. A CBO, por sua vez, agrega as ocupações pela similaridade das atividades e pelo nível educacional. Tanto no caso da ocupação dos pais quanto no caso da ocupação

das próprias mulheres, categorizou-se as ocupações informadas com base no primeiro dígito da Classificação Brasileira de Ocupações de 2002, cujo padrão é adotado na PNAD 2014. No caso da PNAD de 1996, por sua vez, procedeu-se com uma compatibilização das ocupações informadas para que elas refletissem os grandes grupos estabelecidos na CBO 2002, que é a mais atual e possui uma estrutura que permite agregar e desagregar grupos facilmente, de acordo como o número de dígitos da codificação (quatro, três, dois ou um). Para tanto, foi necessária a construção de uma tábua de conversão a partir das informações do Censo 2000, que traz as ocupações codificadas segundo a classificação do Censo 91 e a CBO domiciliar - uma versão provisória da CBO que apresenta apenas pequenas diferenças em relação à CBO-2002. No Apêndice 2, apresenta-se uma tabela contendo a compatibilização dos códigos e classificação segundo primeiro dígito da CBO 2002.

9.3 METODOLOGIA

Como mencionado anteriormente, para atender ao primeiro objetivo do estudo, realizou-se uma análise descritiva utilizando os pesos da base de dados para realização do ajuste amostral. A seguir, detalha-se os modelos utilizados nos objetivos dois a quatro, quais sejam: regressão de Poisson, regressão de Poisson multinível e, por fim, decomposição multivariada.

9.3.1 REGRESSÕES DE POISSON

Para atender ao segundo objetivo proposto (Analisar a existência de uma relação entre status socioeconômico de origem e a parturição de mulheres de 25 a 34 anos e averiguar em que medida essa relação é explicada pelo status socioeconômico atual) optou-se pela utilização do modelo de Poisson. Na teoria da probabilidade e na estatística, a distribuição de Poisson é uma distribuição de probabilidade de variável aleatória discreta que expressa a probabilidade de uma série de eventos ocorrer num certo período de tempo se estes eventos ocorrem independentemente de quando ocorreu o último evento. O modelo de Poisson foi escolhido, nesse sentido, porque pretende-se analisar a repetição da fecundidade - e não só a decisão de ter filhos ou não (o que seria atendido a partir de um modelo logit). Destaca-se que o modelo de Poisson cuja fórmula é

apresentada abaixo, é muito útil para descrever o comportamento de eventos raros ou com pouca probabilidade de ocorrência e assume que a variância da variável dependente é igual a sua média (Scott Long, 1997).

$$P(X = x) = \frac{\lambda^x e^{-\lambda}}{x!}$$

Onde x representa a parturição, λ representa o número de ocorrências e e o número de Euler (2,71).

No Apêndice 3 apresenta-se uma comparação da distribuição de número de filhos na amostra comparada à distribuição de Poisson com mesma média, indicando o ajuste do modelo aos dados. Já no Apêndice 4, apresenta-se uma análise alternativa dos resultados utilizando o modelo logit, em que a variável dependente foi classificada como zero no caso em que as mulheres não tinham filhos e 1 quando tinham 1 filho ou mais.

9.3.2 REGRESSÃO POISSON MULTINÍVEL

Com a finalidade de analisar a heterogeneidade da correlação entre o ensino superior e a fecundidade entre os indivíduos de diferentes origens socioeconômicas, os resultados serão desagregados por estratos de propensão de completar o ensino superior. Para tanto, empregou-se uma técnica apresentada por Brand e Davis (2011), valendo-se do pacote desenvolvido pelos autores no software stata. A implementação da técnica possui três principais passos, descritos a seguir.

No primeiro passo, estimou-se, a partir de um logit, a probabilidade de uma mulher ingressar no nível superior. Utilizou-se para tanto, as características sociodemográficas, incluindo a variável de maternidade na adolescência, e as variáveis de status socioeconômico de origem. Calculou-se, a partir desse logit e da fórmula disposta a seguir, a propensão de uma mulher ingressar no ensino superior, mesmo que essa mulher não o tenha feito.

$$P = p(d_i = 1 | X_i) = \frac{e^{a+bx}}{1+e^{a+bx}}$$

Onde P é o escore de propensão; e é a base do logaritmo natural (2,71) d_i indica se o indivíduo i ($i = 1 \dots, n$) completou o nível de ensino analisado; e X representa um vetor de covariáveis pré-escolarização observadas.

Em seguida, os respondentes serão agrupados em estratos de score de propensão de forma que os valores médios do score e os valores de cada covariável entre mulheres

com ensino médio e ensino superior completo não sejam significativamente distintos ($p < 0,001$). O número de estratos adotados será definido pelo próprio algoritmo de modo a satisfazer essa condição. Isso significa que, por exemplo, mulheres do estrato 1 apresentam baixa probabilidade de atingir o nível de ensino analisado – ensino médio ou superior, embora, dentre elas, haja mulheres que contrariaram as probabilidades e tenham o cursado.

Essas mulheres servirão de comparativo para as estimativas calculadas internamente a esse estrato. No estrato de maior ordem, a relação é inversa: As mulheres, nesse caso, apresentarão alta probabilidade de ingressar no ensino superior, embora, dentre elas, haja mulheres que contrariaram as probabilidades e não tenham ingressado.

Posteriormente, conduziu-se uma regressão multinível. No primeiro nível, serão estimados os efeitos do ensino superior específicos de cada estrato do escore de propensão, ou seja, intra-estratos, utilizando o modelo Poisson, especificado a seguir:

$$\delta_s = \delta^*_1 + \gamma S + \varepsilon,$$

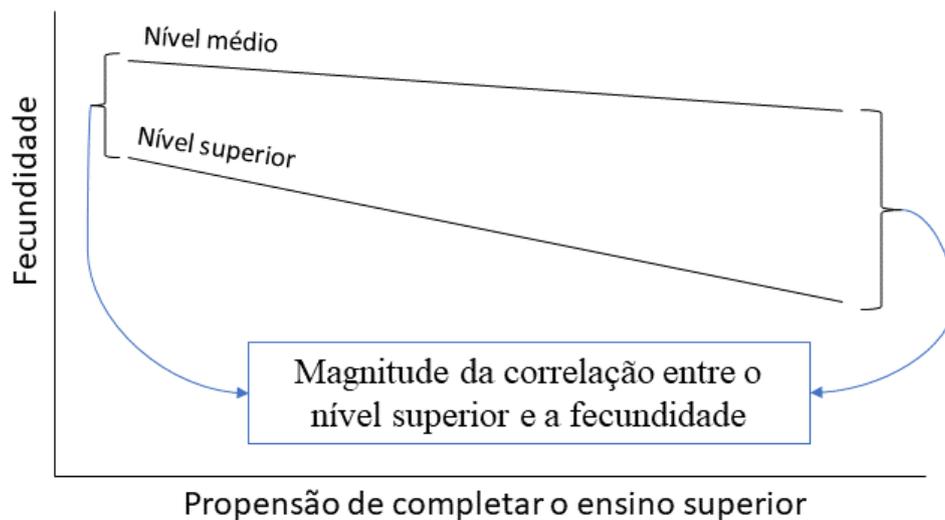
Onde δ é o efeito ensino superior sobre o número de filhos nascidos, μ_i é o número esperado condicional de filhos para a observação i ; d_i indica se uma mulher concluiu o ensino superior e o subscrito s representa o estrato do escore de propensão. As unidades indexadas por i são aninhadas em estratos de escore de propensão indexados por s . No nível 2, por meio de uma regressão linear, analisa-se a tendência na variação de efeitos inter-estratos de propensão.

A abordagem a ser adotada é semelhante ao *propensity score matching*, diferindo-se na forma em que a comparação é construída. Enquanto no *propensity score matching* a comparação entre tratamento e controle é realizada individualmente com base no score atingido por um indivíduo, na presente abordagem a comparação é realizada por grupos semelhantes com base no score de propensão.

A partir da aplicação dessa técnica, espera-se identificar que indivíduos menos propensos a atingirem um dado nível de ensino, quando o fazem, se diferem em uma menor escala de seus pares no que tange à fecundidade. Dentre as mulheres de alta propensão, no entanto, espera-se que as distinções na fecundidade por nível de ensino se deem em uma maior escala. O resultado estilizado do modelo a ser aplicado é apresentado na

Figura 10, apresentada a seguir.

Figura 10 – Modelo estilizado



Fonte: Elaboração própria com base em Brand & Xie (2010)

Ressalta-se, por fim, que os resultados estarão submetidos ao efeito de seleção no ingresso/conclusão do nível de ensino analisado ocasionado pela própria fecundidade prévia à escolarização e por variáveis não observadas. Nesse sentido, embora possamos identificar a magnitude da correlação, os resultados não podem ser interpretados como causa e efeito.

9.3.3 DECOMPOSIÇÃO MULTIVARIADA

A decomposição multivariada será aplicada com a finalidade de analisar em que medida as transformações na fecundidade de mulheres de 25 a 34 anos dos grupos de ensino médio e ensino superior entre anos de 1996 e 2014 se deve à composição desses grupos no que tange às características individuais inerentes e ao status socioeconômico de origem.

A decomposição multivariada é amplamente utilizada em pesquisas sociais para quantificar as contribuições para diferenças de grupo nas previsões médias de modelos multivariados. A técnica apresentada por Powers, Yoshioka & Yun (2011) usa os coeficientes de modelos de regressão para particionar as médias em um componente atribuível a diferenças de composição entre grupos (ou seja, diferenças em características) e um componente atribuível às diferenças comportamentais entre os grupos.

Esse método é uma extensão do modelo conhecido como Oaxaca-Blinder e é aplicado para modelos que são intrinsecamente não-lineares nos parâmetros, como é o

caso dos modelos de contagem. Nesse trabalho em específico, utilizaremos a decomposição multivariada porque a variável dependente utilizada, a parturição, é uma variável discreta. A decomposição, portanto, será conduzida para explicar diferenças nas médias internas aos grupos educacionais de ensino médio e, posteriormente, internas ao grupo educacional de nível superior. A decomposição se baseia na seguinte relação:

$$\Delta Par = [Par(x_{i-96}\beta_{96}) - Par(x_{i-14}\beta_{96})] + [Par(x_{i-14}\beta_{96}) - Par(x_{i-14}\beta_{14})]$$

Onde ΔPar é a variação de parturição entre os anos de 1996 e 2014 e x_i é o vetor de características observadas em cada um dos anos analisados. O primeiro componente da soma equivale, nesse caso, à parte da variação atribuída às diferenças de composição, ou “diferenças na distribuição percentual das características entre os períodos analisados”. Nos termos do presente estudo, é a parte da variação que seria explicada pela transformação nas características dos indivíduos que cursam o ensino médio e o ensino superior entre os anos analisados.

O componente do segundo termo da equação, por sua vez, equivale à contribuição para a variação na parturição que teria ocorrido se o número médio de filhos de mulheres em cada nível de ensino em 2014 fosse igual ao observado pelas mulheres em 1996, fixando-se o vetor de características observadas em 2014.

A decomposição será realizada no software stata, valendo-se da função *Mvdcmp*, elaborada pelos próprios criadores do método (Powers, Yoshioka & Yun, 2011).

10. RESULTADOS

10.1 STATUS SOCIOECONÔMICO DE ORIGEM FECUNDIDADE E PERSPECTIVAS FUTURAS - *SCHOOL-TO-WORK TRANSITION SURVEY*

Com a finalidade de analisar possíveis padrões no status socioeconômico e nas expectativas de jovens mulheres com relação aos estudos e ao mercado de trabalho por escolaridade dos pais, nesta seção serão apresentados resultados descritivos oriundos da análise da base de dados *school-to-work transition survey*, operacionalizada pela Organização Mundial do Trabalho e cuja realização, no Brasil, ocorreu em 2013.

No que tange à distribuição por escolaridade na amostra, identificou-se que a maior parte das mulheres do grupo etário de 15 a 19 anos (70%) completou ou está

cursando o ensino médio. Para as mulheres de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos, essa categoria permanece a mais expressiva (57,9% e 52,7%, respectivamente), embora a categoria de ensino superior também tenha tomado uma magnitude considerável em ambos os grupos (22,5% e 20,6%). Ao analisar a correlação entre escolaridade dessas mulheres e a escolaridade dos seus pais a partir dos resultados do teste qui-quadrado, os resultados sugerem que o alcance educacional das mulheres está significativamente susceptível aos entraves ocasionados pelo status socioeconômico de origem. Nesse sentido, nota-se que a categoria de escolaridade de ensino superior regular atinge os maiores percentuais quando consideradas as mulheres cujos pais também concluíram o ensino superior, padrão que pode ser observado em todos os grupos etários analisados. Dentre as mulheres de 25 a 29 anos cujos pais completaram até o ensino fundamental completo, por exemplo, apenas 8,9% ingressaram no ensino superior, enquanto 76,8% das mulheres do mesmo grupo etário e cujos pais completaram o ensino superior ingressaram nesse mesmo nível de ensino.

Tabela 5 – Distribuição por escolaridade das mulheres e escolaridade de seus pais

Escolaridade das entrevistadas	Escolaridade dos pais			
	Fundamental completo	Médio	Superior	Total
15 a 19 anos (qui-quadrado $p < 0.000$)				
Ensino fundamental	33,8%	15,0%	3,7%	23,1%
Ensino médio	64,2%	77,6%	70,9%	70,0%
Ensino superior	2,0%	7,4%	25,4%	6,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
20 a 24 anos (qui-quadrado $p < 0.000$)				
Ensino fundamental	29,0%	8,2%	0,2%	19,6%
Ensino médio	59,7%	67,1%	18,4%	57,9%
Ensino superior	11,3%	24,7%	81,4%	22,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos (qui-quadrado $p < 0.000$)				
Ensino fundamental	35,2%	12,5%	3,5%	26,7%
Ensino médio	55,9%	53,2%	19,7%	52,7%
Ensino superior	8,9%	34,3%	76,8%	20,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

Tratando-se da situação financeira percebida pelas entrevistadas (Tabela 6), os resultados também sugerem uma correlação entre essa variável e a escolaridade dos pais. Em todos os grupos etários, a proporção de mulheres que relataram ter problemas para se manter é maior dentre aquelas cujos pais cursaram até o ensino fundamental completo,

variando entre 18% e 15%. Dentre aquelas cujos pais cursaram o ensino superior, por sua vez, esse percentual não superou os 4%. Quando considerada a amostra completa em cada um dos grupos etários, as categorias mais comuns foram de que a situação financeira da família era “exatamente o que precisavam” (grupos etários de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos) ou que “Não é suficiente, às vezes falta” (grupo de 25 a 29 anos).

Tabela 6 – Distribuição por situação financeira percebida e escolaridade dos pais

Relação entre o dinheiro recebido e a manutenção dos custos	Fundamental completo	Médio	Superior	Total
15 a 19 anos (qui-quadrado p<0.000)				
Mais do que suficiente	4,20%	5,70%	16,20%	6,20%
É exatamente o que eu preciso	40,90%	53,20%	55,40%	47,30%
Não é suficiente, às vezes falta	38,40%	34,20%	25,40%	35,20%
É pouco, temos problemas para nos manter	16,50%	7,00%	3,00%	11,30%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
20 a 24 anos (qui-quadrado p<0.000)				
Mais do que suficiente	4,00%	4,50%	18,60%	9,00%
É exatamente o que eu preciso	32,90%	46,30%	64,10%	47,80%
Não é suficiente, às vezes falta	47,70%	41,40%	15,10%	34,70%
É pouco, temos problemas para nos manter	15,40%	7,80%	2,20%	8,50%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos (qui-quadrado p<0.021)				
Mais do que suficiente	3,70%	4,50%	11,30%	6,50%
É exatamente o que eu preciso	28,00%	41,30%	50,50%	39,90%
Não é suficiente, às vezes falta	50,20%	45,30%	34,70%	43,40%
É pouco, temos problemas para nos manter	18,10%	8,90%	3,50%	10,20%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

Quando comparadas a classe social da família em que cresceram, no período em que eram crianças, e a atual classe social reportada pelas mulheres entrevistadas, identifica-se que, em todas as faixas etárias analisadas, em um cômputo geral, a prevalência de mulheres sem mobilidade intergeracional. Quando analisadas aquelas cujos pais tinham cursado até o fundamental completo, por sua vez, nota-se um percentual expressivo de mulheres cuja percepção é de uma mobilidade social ascendente (23,9% para o grupo de 15 a 19 anos, 33,7% para o grupo de 20 a 24 anos e 37,3% para o de 25 a 29 anos). Nota-se ainda o percentual expressivo de mulheres de 25 a 29 anos cujos pais cursaram o ensino superior que relataram uma mobilidade social descendente (28,9%).

Tabela 7 – Mobilidade social percebida

Mobilidade social percebida	Escolaridade dos pais			
	Fundamental completo	Médio	Superior	Total
15 a 19 anos (qui-quadrado $p < 0.000$)				
Ascendente	23,9%	28,8%	26,1%	26,0%
Descendente	8,6%	5,9%	13,9%	8,3%
Sem mobilidade	67,5%	65,4%	59,9%	65,8%
Total	100%	100%	100%	100%
20 a 24 anos (qui-quadrado $p < 0.592$)				
Ascendente	33,7%	26,7%	25,7%	30,6%
Descendente	7,7%	8,4%	11,1%	8,3%
Sem mobilidade	58,2%	63,6%	63,2%	60,4%
Total	100%	100%	100%	100%
25 a 29 anos (qui-quadrado $p < 0.006$)				
Ascendente	37,3%	23,3%	15,8%	32,0%
Descendente	6,8%	14,7%	28,9%	10,6%
Sem mobilidade	55,6%	60,5%	55,3%	57,3%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

No que se refere à expectativa educacional da amostra por escolaridade dos pais (Tabela 8), os resultados sugerem uma correlação entre as variáveis analisadas. Identifica-se ainda que, em todos os grupos etários e categorias de escolaridade dos pais, o percentual de mulheres que desejavam atingir o ensino fundamental como nível mais alto de escolaridade não superou 2%, o que corrobora a obrigatoriedade de escolarização até os 17 anos de idade e a universalização desse nível de ensino descrita no capítulo de expansão educacional. No que tange à categoria “médio/técnico”, por sua vez, identifica-se distinções expressivas entre os grupos de escolaridade dos pais: entre as mulheres de 15 a 19 anos, por exemplo, 21,6% das mulheres cujos pais tinham cursado o até o fundamental completo esperavam ter o ensino médio como nível de ensino mais alto a ser cursado, enquanto 7,9% daquelas cujos pais cursaram o ensino médio almejavam concluir este mesmo nível de ensino como nível mais alto. Quando analisadas as mulheres cujos pais cursaram o ensino superior, nesse mesmo grupo etário, as distinções são ainda mais bruscas, com apenas 1,4% das mulheres almejando o ensino médio/técnico como nível mais alto de escolaridade. Essas distinções, que seguem padrões semelhantes nos grupos etários, sugerem que a correlação entre status socioeconômico de origem e escolaridade ocorreria não só em função de entraves financeiros, logísticos e familiares

enfrentados por mulheres de baixo status socioeconômico, mas também se daria em função das diferentes aspirações construídas em ambientes de status socioeconômicos diversos. Reconhece-se, no entanto, que a aspiração educacional declarada na amostra pode ter correlação com os obstáculos já enfrentados por essas mulheres para adquirir algum nível de escolarização.

Tabela 8 – Nível de escolaridade que esperam completar por escolaridade dos pais

Nível de escolaridade mais alto que espera completar	Escolaridade dos pais			
	Fundamental completo	Médio	Superior	Total
15 a 19 anos (qui-quadrado $p < 0.000$)				
Fundamental	0,7%	0,7%	0,0%	0,6%
Médio/técnico	21,6%	7,9%	1,4%	14,0%
Superior	76,5%	91,1%	98,6%	84,7%
Outro	1,2%	0,4%	0,0%	0,7%
Total	100%	100%	100%	100%
20 a 24 anos (qui-quadrado $p < 0.000$)				
Fundamental	0,5%	0,0%	0,0%	0,3%
Médio/técnico	25,8%	10,3%	0,0%	17,7%
Superior	73,2%	86,0%	100,0%	80,5%
Outro	0,5%	3,7%	0,0%	1,5%
Total	100%	100%	100%	100%
25 a 29 anos (qui-quadrado $p < 0.000$)				
Fundamental	0,4%	1,2%	0,0%	0,6%
Médio/técnico	29,4%	13,5%	0,0%	22,1%
Superior	69,2%	84,2%	95,1%	76,0%
Outro	1,0%	1,1%	4,9%	1,3%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

No tocante ao status educacional das jovens entrevistadas, 72,5% das mulheres de 15 a 19 anos estavam estudando no momento da entrevista. Esse percentual mostrou-se ainda maior dentre aquelas cujos pais tinham ensino superior (79,2%). Nos demais grupos, nota-se um percentual expressivo de mulheres que deixaram a escola antes de completar o nível educacional almejado, o que reforça a hipótese de uma correlação entre a escolaridade dos pais, o abandono escolar e as aspirações educacionais. No grupo de 25 a 29 anos, nota-se a diferença expressiva no percentual de mulheres que estão estudando: dentre aquelas cujos pais tinham até o fundamental completo, apenas 7,8% eram estudantes, enquanto 25,7% e 30,6% dos grupos de mulheres cujos pais tinham cursado ensino médio ou superior, respectivamente, estavam nesta condição.

Tabela 9 – Status educacional por escolaridade dos pais

Status escolar	Escolaridade dos pais			
	Fundamental completo	Médio	Superior	Total
15 a 19 anos (qui-quadrado $p < 0.004$)				
Está estudando	68,70%	75,40%	79,20%	72,50%
Já completou o nível educacional almejado	12,80%	15,80%	16,70%	14,40%
Deixou a escola antes de completar os estudos	18,50%	8,70%	4,10%	13,10%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
20 a 24 anos (qui-quadrado $p < 0.000$)				
Está estudando	19,80%	33,90%	73,40%	29,10%
Já completou o nível educacional almejado	35,10%	49,40%	33,50%	39,50%
Deixou a escola antes de completar os estudos	45,10%	16,80%	8,40%	32,70%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos (qui-quadrado $p < 0.000$)				
Está estudando	7,80%	23,50%	21,30%	13,10%
Já completou o nível educacional almejado	49,60%	50,80%	48,20%	49,80%
Deixou a escola antes de completar os estudos	42,60%	25,70%	30,60%	37,10%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

Para aquelas mulheres que deixaram os estudos antes de alcançar o nível de ensino almejado, questionou-se as razões por que elas deixaram de estudar (Tabela 10). Em todos os grupos etários, os filhos mostraram-se a principal razão para o abandono dos estudos. Para as mulheres de 15 a 19 no grupo de menor escolaridade dos pais, o percentual de mulheres que abandonou os estudos em função dos filhos foi 51,3% e o percentual daquelas que abandonaram em função do casamento foi de 19,3%. Para esse mesmo grupo etário, quando analisadas as mulheres cujos pais tinham ensino superior, 37,0% abandonaram os estudos em função dos filhos e nenhuma delas o fez em função do casamento. Esses resultados corroboram a existência de um efeito de seleção para ingresso nos níveis de ensino mais altos baseado na fecundidade, resultando em um menor alcance educacional por parte das mães adolescentes. Nota-se ainda que, embora o grupo de mulheres que parou de estudar em função dos filhos torne-se mais expressivo para as mulheres cujos pais têm ensino superior a partir do grupo etário de 20 a 24 anos, não

foram identificadas, para esse mesmo grupo de escolaridade dos pais, mulheres que deixaram os estudos em função do casamento em nenhum dos grupos etários, o que pode estar correlacionado a um maior poder de barganha dessas mulheres e maior autonomia relacionada às questões de gênero.

Tabela 10 – Razões pelas quais deixou de estudar por escolaridade dos pais*

Razões por que deixou de estudar	Escolaridade dos pais			
	Fundamental completo	Médio	Superior	Total
15 a 19 anos				
Teve que trabalhar para ajudar a família	5,1%	-	-	3,6%
Se casou	19,3%	10,7%	-	16,4%
Teve filhos	51,3%	48,5%	37,0%	50,1%
Outras razões	42,2%	58,6%	77,8%	47,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
20 a 24 anos				
Teve que trabalhar para ajudar a família	17,0%	-	-	13,8%
Se casou	17,3%	13,6%	0,0%	16,3%
Teve filhos	42,6%	29,7%	63,6%	41,0%
Outras razões	10,3%	15,3%	39,4%	11,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos				
Teve que trabalhar para ajudar a família	9,6%	7,5%	38,0%	10,7%
Se casou	20,8%	27,6%	-	21,0%
Teve filhos	45,9%	47,2%	13,0%	44,4%
Outras razões	53,5%	28,9%	26,1%	47,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

*O teste qui-quadrado não foi realizado em função do reduzido tamanho amostral das mulheres que responderam à pergunta (mulheres que pararam de estudar antes de alcançar o nível almejado de educação)
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

Quando analisadas as expectativas das mulheres da amostra quanto ao setor em que gostariam de trabalhar se pudessem escolher, os resultados sugerem não haver grandes distinções por grupo de escolaridade dos pais. Nota-se que, em um cômputo geral, a maior parte das mulheres de 15 a 19 anos e 25 a 29 anos desejavam trabalhar como autônomas (38,1% e 46,7% do total, respectivamente). Dentre as mulheres de 20 a 24 anos, essa categoria permanece expressiva, embora tenha sido ultrapassada pelo setor público (51,4%) especificamente para aquelas mulheres cujos pais cursaram ensino superior.

Tabela 11 – Setor em que gostaria de trabalhar por escolaridade dos pais

Setor em que gostaria de trabalhar	Escolaridade dos pais			
	Fundamental completo	Médio	Superior	Total
15 a 19 anos (qui-quadrado $p < 0.198$)				
Autônomo / negócio próprio	38,7%	36,8%	39,2%	38,1%
Setor público	34,2%	28,8%	28,0%	31,4%
Companhia privada	18,8%	25,4%	25,7%	22,1%
Outro	8,2%	9,0%	7,1%	8,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
20 a 24 anos (qui-quadrado $p < 0.257$)				
Autônomo / negócio próprio	47,2%	40,3%	29,9%	43,3%
Setor público	27,6%	30,1%	51,4%	30,8%
Companhia privada	16,1%	23,6%	14,2%	18,3%
Outro	9,0%	6,1%	4,4%	7,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos (qui-quadrado $p < 0.241$)				
Autônomo / negócio próprio	48,50%	42,40%	47,70%	46,70%
Setor público	26,00%	36,00%	31,30%	29,10%
Companhia privada	15,80%	10,80%	10,70%	14,10%
Outro	9,70%	10,90%	10,30%	10,00%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

Quando questionadas sobre a ocupação que as mulheres gostariam de ter se pudessem escolher (

Tabela 12), nota-se que, embora o percentual mais expressivo em todos os grupos seja o de ocupações de alto status, mulheres cujos pais cursaram o ensino superior mostraram-se ainda mais propensas a escolher ocupações desse tipo. De maneira análoga, em todos os grupos etários, os maiores percentuais identificados para a categoria de baixo status ocupacional eram relativos às mulheres cujos pais tinham até o ensino fundamental completo (no grupo etário de 25 a 29 anos, por exemplo, 37,90% das mulheres desse grupo declararam que gostariam de exercer ocupações de baixo status enquanto apenas 13,5% daquelas cujos pais cursaram o ensino superior indicaram ocupações nesse status). As diferenças mostraram-se menos expressivas para o grupo de 15 a 19 anos. Uma hipótese para este padrão é que as mulheres nesta idade ainda não tenham se deparado com os entraves para atingir a ocupação almejada, mantendo as expectativas de alcançar um alto status.

Tabela 12 – Status sócio-ocupacional do trabalho que as mulheres teriam se pudessem escolher

Que tipo de trabalho você teria se pudesse escolher (Status sócio-ocupacional)	Escolaridade dos pais			
	Fundamental completo	Médio	Superior	Total
15 a 19 anos (qui-quadrado p<0.245)				
Alto	60,1%	66,8%	73,8%	64,3%
Médio	16,7%	12,3%	11,1%	14,4%
Baixo	23,2%	20,9%	15,1%	21,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
20 a 24 anos (qui-quadrado p<0.088)				
Alto	43,0%	59,7%	65,6%	50,6%
Médio	22,1%	17,3%	15,7%	19,9%
Baixo	34,9%	23,0%	18,6%	29,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos (qui-quadrado p<0.000)				
Alto	40,9%	53,5%	86,5%	47,6%
Médio	21,3%	15,6%	0,0%	18,2%
Baixo	37,9%	30,9%	13,5%	34,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

No que se refere à parturição das mulheres analisadas, identifica-se que, dentre as mulheres de 15 a 19 anos, 88,0% não possuem filhos. No grupo etário subsequente (20 a 24), por sua vez, cerca de 52% das mulheres não tinham filhos, 31% tinham um filho e 16,4% tinham dois filhos ou mais. No grupo etário de 25 a 29 anos, a maioria das mulheres (69,5%) tinha pelo menos um filho. Neste mesmo grupo etário, nota-se um percentual expressivo de mulheres que tinham três filhos ou mais (14,6%).

Tabela 13 – Parturição por faixa etária

Faixa etária	Parturição				Total
	Zero	Um	Dois	Três ou mais	
15 a 19 anos	88,0%	11,0%	0,8%	0,2%	100,0%
20 a 24 anos	52,3%	31,2%	12,8%	3,6%	100,0%
25 a 29 anos	30,5%	30,3%	24,6%	14,6%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

Quando analisada a distribuição de parturição por escolaridade (Tabela 14), nota-se que, dentre as mulheres com pelo menos um filho, o percentual da amostra que concluiu o ensino superior é bem menor se comparado ao de mulheres sem filhos. No

grupo de 25 a 29 anos, por exemplo, enquanto 20,3% das mulheres sem filhos tinham cursado o ensino superior completo, apenas 6,3% das mulheres com um filho tinham o feito. A existência da correlação entre a fecundidade e o alcance educacional é corroborada também pelos resultados dos testes qui-quadrado apresentados.

Tabela 14 – Escolaridade alcançada ou em curso por parturição

Escolaridade	Parturição			
	Zero	Um	Dois	Três ou mais
15 a 19 anos (qui-quadrado p<0.001)				
Ensino fundamental incompleto	20,9%	43,1%	40,0%	100,0%
Médio Incompleto	60,1%	40,0%	60,0%	-
Médio Completo	11,9%	16,9%	-	-
Superior incompleto	7,1%	-	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
20 a 24 anos (qui-quadrado p<0.000)				
Ensino fundamental incompleto	6,5%	23,3%	47,2%	53,3%
Médio Incompleto	19,9%	31,8%	32,1%	33,3%
Médio Completo	37,0%	36,4%	13,2%	13,3%
Superior incompleto	26,4%	7,8%	7,5%	0,0%
Superior completo	10,2%	0,8%	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos (qui-quadrado p<0.000)				
Ensino fundamental incompleto	8,6%	15,7%	38,8%	55,7%
Médio Incompleto	8,6%	19,7%	13,6%	23,0%
Médio Completo	39,1%	50,4%	39,8%	14,8%
Superior incompleto	23,4%	7,9%	2,9%	3,3%
Superior completo	20,3%	6,3%	4,9%	3,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

Tratando-se da idade média ao ter o primeiro filho, os resultados sugerem que mulheres com ensino superior completo tendem a adiar a gravidez se comparadas às demais, apresentando idade média de 23 e 22,1 para as coortes de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos, respectivamente

Tabela 15 – Idade média ao ter o primeiro filho por escolaridade

Escolaridade	Idade média ao ter o primeiro filho		
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
Ensino fundamental incompleto	15,6	17,3	18,2
Fundamental completo/ Médio Incompleto	16,3	18,3	19,6
Médio Completo	17,5	19,2	20,5
Superior incompleto	-	19,3	20,9
Superior completo	-	23,0	22,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

Ao retomar o tema da mobilidade social percebida, dessa vez sob a ótica da idade ao ter os filhos, nota-se que não há grandes diferenças nas categorias analisadas. Em todos os casos, o percentual de mulheres que não percebem mobilidade social com relação a seus pais ou família que as criou, no período em que eram crianças, fica em torno de 60% e daquelas que percebem uma mobilidade ascendente em torno de 30%.

Tabela 16 – Mobilidade social percebida por idade ao ter os filhos

Mobilidade social percebida	Classificação de idade ao ter o primeiro filho			Total
	Não tem filhos	Menos de 18 anos	Mais de 18 anos	
15 a 19 anos (qui-quadrado $p < 0.234$)				
Ascendente	26,9%	20,0%	-	26,0%
Descendente	7,2%	18,6%	-	8,5%
Sem mobilidade	66,0%	61,4%	-	65,5%
Total	100,0%	100,0%	-	100,0%
20 a 24 anos (qui-quadrado $p < 0.934$)				
Ascendente	30,7%	30,0%	30,9%	30,6%
Descendente	7,9%	8,0%	9,3%	8,3%
Sem mobilidade	61,4%	62,0%	59,8%	61,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos (qui-quadrado $p < 0.958$)				
Ascendente	31,0%	32,7%	32,6%	32,1%
Descendente	10,9%	11,5%	9,7%	10,6%
Sem mobilidade	58,1%	55,8%	57,7%	57,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

Quando analisadas as expectativas de alcance educacional das mulheres pela idade ao terem seus filhos, nota-se que a maior parte das mulheres que não têm filhos espera completar o ensino superior (aproximadamente 90% em todos os grupos etários). Quando analisadas as mulheres que tiveram seus filhos com mais de 18 anos, no entanto, nota-se uma queda expressiva nesse percentual para os grupos etários de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos (71,2% e 71,6%, respectivamente). Essa queda mostra-se ainda mais acentuada quando consideradas as mulheres que tiveram seus filhos antes dos 18 anos, em que o percentual de indivíduos que almejava cursar o ensino superior variou entre 55% e 65% entre os grupos etários analisados.

Tabela 17 - Nível de escolaridade que esperam completar por idade ao ter os filhos

Nível de escolaridade mais alto que espera completar	Classificação de idade ao ter o primeiro filho			
	Não tem filhos	Menos de 18 anos	Mais de 18 anos	Total
15 a 19 anos (qui-quadrado p<0.000)				
Fundamental	0,6%	0,0%	-	0,6%
Médio/técnico	10,9%	44,1%	-	14,5%
Superior	87,7%	55,9%	-	84,2%
Outro	0,8%	0,0%	-	0,7%
Total	100,0%	100,0%	-	100,0%
20 a 24 anos (qui-quadrado p<0.000)				
Fundamental	0,0%	0,0%	1,4%	0,3%
Médio/técnico	8,9%	35,1%	26,0%	18,7%
Superior	88,8%	64,9%	71,2%	79,4%
Outro	2,2%	0,0%	1,4%	1,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos (qui-quadrado p<0.000)				
Fundamental	0,0%	1,4%	0,9%	0,7%
Médio/técnico	5,3%	46,4%	25,7%	23,8%
Superior	92,6%	52,2%	71,6%	74,0%
Outro	2,1%	0,0%	1,8%	1,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

Os resultados das análises relacionadas à idade ao se ter o primeiro filho e status sócio-ocupacional, por fim, sugerem haver uma forte relação entre as variáveis: cerca de 60% das mulheres que não possuem filhos desejam ocupar cargos de alto status sócio-ocupacional. Quando analisadas mulheres que tiveram seus filhos com mais de 18 anos, 43,3% e 45,7% das mulheres de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos desejam ocupar esses postos, respectivamente. Dentre aquelas que tiveram seus filhos na adolescência, apenas 36,6% e 30,4% almejavam essas ocupações nestes mesmos grupos etários. Dentre as mulheres de 15 a 19 anos, no entanto, esse percentual mostra-se um pouco superior, 47,1%, o que pode estar associado tanto a padrões de coorte quanto à padrões de idade relacionados a essas expectativas (mulheres mais velhas podem, por exemplo, já ter identificado de maneira mais clara os entraves para concluir esse nível de ensino, o que seria um padrão relacionado exclusivamente à idade).

Tabela 18 - Status sócio-ocupacional do trabalho que as mulheres teriam se pudessem escolher por idade ao ter os filhos

Que tipo de trabalho você teria se pudesse escolher (Status sócio-ocupacional)	Classificação de idade ao ter o primeiro filho			
	Não tem filhos	Menos de 18 anos	Mais de 18 anos	Total

15 a 19 anos (qui-quadrado $p<0.002$)				
Alto	66,4%	47,1%	-	64,0%
Médio	13,8%	18,6%	-	14,5%
Baixo	19,8%	34,3%	-	21,5%
Total	100,0%	100,0%	-	100,0%
20 a 24 anos (qui-quadrado $p<0.000$)				
Alto	61,6%	36,0%	43,3%	51,1%
Médio	17,1%	22,0%	21,6%	19,4%
Baixo	21,3%	42,0%	35,1%	29,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos (qui-quadrado $p<0.000$)				
Alto	64,6%	30,4%	45,7%	47,4%
Médio	10,8%	20,9%	22,3%	18,3%
Baixo	24,6%	48,7%	32,0%	34,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *School-to-work transition survey*, Organização Mundial do Trabalho (2013)

10.2 ASSOCIAÇÃO ENTRE STATUS SOCIOECONÔMICO DE ORIGEM E PARTURIÇÃO

Nesta seção, pretende-se explorar o segundo e terceiro objetivo da tese, quais sejam: i) analisar a existência de uma relação entre status socioeconômico de origem e a parturição de mulheres de 25 a 34 anos e averiguar em que medida essa relação é explicada pelo status socioeconômico atual; ii) identificar possíveis heterogeneidades na relação entre a escolaridade e a parturição de mulheres 25 a 34 anos por status socioeconômico de origem. A partir das análises realizadas neste capítulo, espera-se identificar, no ano de 2014, uma relação entre status socioeconômico de origem e fecundidade que independe da escolaridade da própria mulher. Em 1996, período em que a expansão do ensino superior era bem menos expressiva, por sua vez, espera-se que essa relação seja mais fraca. Além disso, quando analisados efeitos heterogêneos, espera-se identificar uma correlação mais fraca entre a escolaridade e a parturição das mulheres analisadas. A seguir, apresenta-se uma análise descritiva das amostras utilizadas.

Na Tabela 19, apresenta-se uma distribuição das mulheres segundo as variáveis consideradas no modelo de Poisson (parturição, raça/cor, escolaridade dos pais, status sócio-ocupacional dos pais, tempo de residência no município, status da região de residência, status sócio-ocupacional da própria mulher e renda per capita domiciliar atual). Foram consideradas na análise mulheres que compunham a amostra 1 ou 2, ou

seja, de mulheres de ensino fundamental completo/médio incompleto até mulheres com ensino superior. Nota-se que um percentual expressivo das mulheres analisadas não tinha filhos em 1996 (30,9% das mulheres de 25 a 29 anos e 20,9% das de 30 a 34 anos), proporções que foram ainda mais acentuadas no ano de 2014. As mulheres analisadas são majoritariamente brancas e seus pais, em sua maioria, apresentavam ensino fundamental incompleto. No que tange à migração, a categoria mais expressiva foi a de mulheres que nunca saíram do município de origem. Quanto à renda per capita domiciliar, as mulheres se concentram nas categorias de 1 a 5 salários-mínimos. No tocante à ocupação, a categoria mais expressiva quando analisados os pais das mulheres foi a de baixo status. Quando analisada a ocupação das próprias mulheres, por sua vez, nota-se uma distribuição mais equitativa entre as categorias analisadas.

Tabela 19 – Distribuição percentual de mulheres das mulheres segundo as variáveis explicativas

Variável	1996		2014	
	Faixa etária em anos			
Parturição	25 a 29	30 a 34	25 a 29	30 a 34
Não têm filhos	30,9%	20,9%	49,8%	33,2%
Um filho	37,0%	30,5%	32,8%	33,6%
Dois filhos	23,7%	34,9%	13,1%	24,1%
Três ou mais	8,3%	13,7%	4,3%	9,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Raça/cor				
Branca	68,9%	69,4%	48,7%	64,2%
Parda/ Indígena	28,2%	27,5%	36,0%	24,8%
Preta	2,9%	3,2%	15,3%	11,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Escolaridade dos pais				
Fundamental incompleto	69,4%	69,2%	48,8%	55,4%
Fundamental completo/ médio incompleto	10,7%	11,2%	17,5%	14,8%
Médio completo	12,4%	11,9%	23,5%	21,4%
Ensino Superior	7,5%	7,7%	10,2%	8,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Status sócio-ocupacional dos pais				
Alto	21,9%	16,8%	8,7%	9,6%
Médio	35,7%	25,5%	8,6%	9,3%
Baixo	39,4%	53,1%	79,7%	76,7%
Não Trabalhava	2,9%	4,6%	3,0%	4,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Tempo de residência no município				
Nunca migrou	59,4%	56,7%	68,1%	66,3%
Até 4 anos	13,1%	11,4%	9,1%	5,9%

Variável	1996		2014	
Entre 5 a 9 anos	10,0%	8,0%	8,2%	7,9%
Dez anos ou mais	17,5%	23,9%	14,6%	19,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Status da região de residência aos 15 anos				
Rural	-	-	18,0%	16,0%
Urbano	-	-	82,0%	84,0%
Total	-	-	100,0%	100,0%
Status sócio-ocupacional atual				
Alto	22,9%	26,6%	19,2%	22,3%
Médio	35,2%	35,3%	25,7%	24,6%
Baixo	28,4%	27,2%	31,6%	31,4%
Não Trabalhava	13,5%	10,9%	23,5%	21,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Renda domiciliar per capita				
Até ¼	2,2%	9,8%	4,5%	4,5%
De 1/4 a ½	3,4%	17,7%	12,6%	13,3%
De 1/2 a 1	10,9%	23,4%	25,7%	24,9%
De 1 a 2	25,0%	23,4%	30,8%	27,7%
De 2 a 5	29,6%	8,7%	12,0%	11,3%
De 5 a 10	18,0%	8,3%	7,7%	9,7%
Mais de 10	11,0%	8,7%	6,6%	8,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

A Tabela 20 e a Tabela 21, dispostas a seguir, apresentam a parturição média das mulheres considerando a escolaridade delas próprias e escolaridade de seus pais nos grupos etários de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos, respectivamente. Ressalta-se que, em todos os períodos e grupo etários analisados, a parturição de universitárias de primeira geração (universitárias cujos pais tinham até o ensino médio completo ou menos) mostrou-se superior à parturição das demais universitárias, o que corrobora a estratificação da fecundidade interna ao nível superior. Nota-se, além disso, que mulheres com ensino superior incompleto apresentaram uma parturição superior à de mulheres com ensino superior completo. Podemos analisar esse resultado sobre duas perspectivas: O abandono ou adiamento dos estudos em função dos cuidados com os filhos ou um sinalizador de que a conclusão do ensino superior é necessária para aquisição de comportamentos reprodutivos desse grupo (e não a mero ingresso, que seria um efeito de seleção). Por fim, destaca-se a baixa parturição apresentada, sobretudo pelas mulheres de ensino superior, o que sugere uma tendência de baixa fecundidade para o país.

Tabela 20 – Parturição média por escolaridade das mulheres e escolaridade dos pais entre as mulheres de 25 a 29 anos

Parturição Média	Escolaridade dos pais		Escolaridade dos pais	
	Superior	Até o ensino médio completo	Superior	Até o ensino médio completo
	1996		2014	
Ensino fundamental completo/ médio incompleto	1,78	1,45	1,50	1,43
Ensino médio completo	1,16	1,08	0,83	0,84
Ensino superior incompleto	0,72	0,79	0,26	0,52
Ensino superior completo	0,64	0,74	0,20	0,31

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Tabela 21 – Parturição média por escolaridade das mulheres e escolaridade dos pais entre as mulheres de 30 a 34 anos

Parturição Média	Escolaridade dos pais		Escolaridade dos pais	
	Superior	Até o ensino médio completo	Superior	Até o ensino médio completo
	1996		2014	
Ensino fundamental completo/ médio incompleto	1,82	1,96	2,50	1,96
Ensino médio completo	1,37	1,56	0,70	1,18
Ensino superior incompleto	1,12	1,33	0,74	1,05
Ensino superior completo	1,18	1,19	0,47	0,74

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Na Tabela 22, são apresentados os testes de média da parturição de mulheres de ensino médio e ensino superior completo ou incompleto (considerando apenas aquelas cujos pais também tinham cursado o ensino superior) em comparação a de universitárias de primeira geração. Utilizou-se o teste wilcoxon em detrimento do test t em função da não-normalidade observada para os dados de parturição.

Em todos os casos, a parturição de mulheres de ensino médio é significativamente distinta daquela de universitárias de primeira geração, o que sugere que há de fato uma transformação no comportamento reprodutivo conferida pelo ensino superior. Nota-se que, no ano de 2014, os resultados do teste que comparam universitárias de primeira geração com universitárias cujos pais tinham ensino superior apresentam valores significativos a nível de 5%, o que corrobora a existência de uma distinção no comportamento reprodutivo interna ao nível superior no período pós-expansão desse nível de ensino.

Tabela 22 – Resultados do teste wilcoxon para comparação de médias da parturição de mulheres com ensino médio e ensino superior com universitárias de primeira geração

Escolaridade das mulheres	1996	2014
---------------------------	------	------

	25 a 29 anos	30 a 34 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos
Ensino médio completo	0.000	0.000	0.000	0.000
Ensino superior (pais também com ensino superior)	0.319	0.459	0.010	0.018

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

A seguir, na Tabela 23, apresenta-se a matriz indicando a escolaridade das próprias mulheres analisadas e a escolaridade dos seus pais. Nota-se que, em todos os períodos analisados, com até o ensino médio completo possuem, em sua maioria, pais que cursaram o ensino fundamental incompleto. Nota-se que o percentual de mulheres no ensino superior cujos pais também possuíam ensino superior é semelhante entre os períodos e grupos etários analisados, ficando entre 20 e 30% em todos esses casos.

Tabela 23 – Matriz de mobilidade educacional

Escolaridade dos pais	Escolaridade das mulheres				
	Fundamental completo/médio incompleto	Médio completo	Superior – Evasão	Superior - em andamento	Superior completo
1996 - 25 a 29 anos					
Ensino fundamental incompleto	85,5%	73,6%	42,9%	43,5%	32,5%
Médio Incompleto	7,1%	10,5%	16,3%	13,0%	16,9%
Médio Completo	5,9%	11,6%	22,4%	21,7%	24,2%
Superior	1,5%	4,3%	18,4%	21,7%	26,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
2014 - 25 a 29 anos					
Ensino fundamental incompleto	74,0%	58,7%	28,8%	28,6%	23,8%
Médio Incompleto	14,5%	20,1%	15,3%	18,8%	11,0%
Médio Completo	10,7%	17,9%	39,0%	33,8%	37,5%
Superior	0,8%	3,3%	16,9%	18,8%	27,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
1996 - 30 a 34 anos					
Ensino fundamental incompleto	87,9%	71,7%	52,9%	48,8%	43,3%
Médio Incompleto	5,5%	13,1%	13,7%	15,0%	11,3%
Médio Completo	5,1%	11,1%	24,5%	17,5%	20,4%
Superior	1,5%	4,2%	8,8%	18,8%	25,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
2014 - 30 a 34 anos					
Ensino fundamental incompleto	82,7%	65,5%	26,8%	47,7%	22,4%
Médio Incompleto	10,6%	16,2%	31,7%	12,6%	13,0%
Médio Completo	5,8%	16,7%	34,1%	25,2%	37,7%
Superior	1,0%	1,7%	7,3%	14,4%	26,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Quando comparados os status ocupacionais das próprias mulheres e de seus pais (Tabela 24), nota-se que, no ano de 1996, a categoria de baixo status dos pais foi a mais expressiva mesmo dentre as mulheres que possuíam ocupações de alto status (46,6%).

Em 2014, por sua vez, prevalecem, em todos os grupos, mulheres cujos pais tinham ocupação de médio status. Em ambos os períodos é possível notar um gradiente quanto à categoria de alto status ocupacional do pai: mulheres de alto status são aquelas que apresentaram um maior percentual para esta categoria (27,8% e 26,7% para os anos de 1996 e 2014, respectivamente), seguidas de mulheres com ocupação de médio status e por último, mulheres com baixo status (10,0% e 3,9%).

Tabela 24 – Matriz de mobilidade ocupacional

Ocupação do pai	Ocupação própria				Total
	Alto	Médio	Baixo	Não Trabalhava	
1996					
Alto	27,8%	14,3%	10,0%	13,5%	16,0%
Médio	22,1%	26,6%	25,5%	24,3%	25,0%
Baixo	46,6%	53,9%	60,2%	57,4%	54,5%
Não Trabalhava	3,5%	5,2%	4,2%	4,8%	4,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
2014					
Alto	26,7%	9,2%	3,9%	8,1%	10,7%
Médio	55,5%	73,9%	86,6%	77,4%	75,0%
Baixo	15,0%	12,8%	5,1%	8,0%	9,7%
Não Trabalhava	2,8%	4,1%	4,5%	6,6%	4,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Quando analisado o status sócio-ocupacional das mulheres por grupo de escolaridade delas próprias (Tabela 25), nota-se que, em todos os períodos e faixas etárias analisadas, mulheres com ocupações de alto status são a maioria dentre as mulheres com ensino superior completo (no grupo de 25 a 29 anos em 1996, por exemplo, essas mulheres representam 50,6% do total de mulheres com ensino superior completo).

No outro extremo, ao analisarmos exclusivamente as mulheres com ensino fundamental completo/médio incompleto, nota-se que os percentuais mais expressivos são os de mulheres com baixo status sócio-ocupacional.

Destaca-se, adicionalmente, uma mudança considerável entre os períodos analisados no que tange, principalmente, ao ensino médio. Os dados sugerem que, em 1996, mulheres com ensino médio completo tinham mais chances de ocupar posições de alto status (dentre as mulheres de 25 a 29 anos, por exemplo, 16,9% das mulheres com

ensino médio ocupavam cargos de alto status, enquanto em 2014 esse percentual foi de 5,3%).

Esse padrão sugere ainda que o ensino médio se torna, em 2014, uma credencial menos relevante quanto a colocação no mercado de trabalho, cedendo espaço para o ensino superior.

Tabela 25 – Distribuição de status ocupacional por escolaridade das próprias mulheres

Escolaridade	Status sócio-ocupacional				
	Alto	Médio	Baixo	Não Trabalhava	Total
25 a 29 anos – 1996					
Ensino médio incompleto	14,50%	20,80%	46,50%	18,20%	100,00%
Ensino médio completo	16,90%	43,70%	26,30%	13,10%	100,00%
Ensino superior – Evasão	28,60%	49,00%	16,30%	6,10%	100,00%
Ensino superior - Em andamento	27,20%	47,80%	13,00%	12,00%	100,00%
Ensino superior completo	50,60%	37,60%	4,80%	7,00%	100,00%
25 a 29 anos – 2014					
Ensino médio incompleto	1,70%	13,60%	47,50%	37,20%	100,00%
Ensino médio completo	5,30%	25,80%	42,40%	26,50%	100,00%
Ensino superior – Evasão	27,10%	27,10%	23,70%	22,00%	100,00%
Ensino superior - em andamento	14,90%	48,70%	15,60%	20,80%	100,00%
Ensino superior completo	53,80%	23,50%	11,90%	10,80%	100,00%
30 a 34 anos – 1996					
Ensino médio incompleto	16,60%	21,70%	46,40%	15,20%	100,00%
Ensino médio completo	15,60%	45,60%	28,80%	10,10%	100,00%
Ensino superior – Evasão	23,50%	50,00%	18,60%	7,80%	100,00%
Ensino superior - em andamento	40,00%	50,00%	3,80%	6,30%	100,00%
Ensino superior completo	55,90%	31,20%	5,10%	7,80%	100,00%
30 a 34 anos – 2014					
Ensino médio incompleto	1,40%	8,70%	58,70%	31,30%	100,00%
Ensino médio completo	5,00%	25,40%	43,10%	26,50%	100,00%
Ensino superior – Evasão	2,40%	51,20%	26,80%	19,50%	100,00%
Ensino superior - em andamento	14,40%	43,20%	18,00%	24,30%	100,00%
Ensino superior completo	60,10%	23,80%	5,90%	10,10%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

De maneira similar à distribuição identificada na Tabela 25, quando analisada a relação entre escolaridade e ocupação dos pais dessas mulheres (Tabela 26), nota-se que, dentre os pais que cursaram o ensino superior, a parcela mais expressiva é de indivíduos com ocupações de alto status (65,2% em 1996 e 49,0% em 2014).

Também de maneira análoga à relação identificada para as filhas, quando analisados os pais com ensino fundamental incompleto, identificou-se que a maioria possuía ocupação de baixo status (60,6% em 1996 e 88,1% em 2014).

Tabela 26 – Distribuição de status ocupacional dos pais por escolaridade dos pais

Escolaridade do pai	Ocupação do pai				
	Alta	Média	Baixa	Não Trabalhava	Total
1996					
Ensino fundamental incompleto	9,30%	25,40%	60,60%	4,70%	100%
Médio Incompleto	16,60%	18,20%	61,10%	4,00%	100%
Médio Completo	23,30%	32,90%	39,00%	4,80%	100%
Superior	65,20%	18,50%	13,50%	2,70%	100%
Total	16,00%	25,00%	54,50%	4,50%	100%
2014					
Ensino fundamental incompleto	3,10%	2,50%	88,10%	6,30%	100,00%
Médio Incompleto	3,90%	7,90%	84,80%	3,40%	100,00%
Médio Completo	13,60%	21,60%	61,30%	3,50%	100,00%
Superior	49,00%	19,20%	28,80%	3,00%	100,00%
Total	10,70%	9,70%	74,80%	4,80%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Em seguida, apresenta-se os modelos empregados para análise da relação entre o status socioeconômico de origem e a parturição. As tabelas dispostas a seguir, apresentam a estimação dos coeficientes da regressão de Poisson para o número de Filhos Tidos.

Com a finalidade de analisar possíveis distinções entre mulheres que completaram ou não o ensino médio, nos resultados da Tabela 27 e da Tabela 28, foram consideradas as mulheres com Ensino Fundamental completo, ensino médio incompleto e completo (Amostra 1), as separando por faixa etária analisada – na Tabela 27 aquelas de 25 a 29 anos e, na Tabela 28, aquelas de 30 a 34.

Na Tabela 29 e na Tabela 30, por sua vez, foram consideradas mulheres com ensino médio completo e ensino superior (completo e incompleto) com a finalidade de observar os contrastes de ingresso e conclusão deste último nível de ensino (Amostra 2), separando-as por grupo etário de forma análoga às tabelas anteriores.

Para cada uma das faixas etárias e períodos analisados, foram reproduzidos três modelos, quais sejam:

Modelo 1 – Além da variável dependente, inclui características inatas, como raça e idade, e características socioeconômicas de origem (escolaridade dos pais, status sócio-ocupacional dos pais, tempo de residência no domicílio e, no caso do ano de 2014, status da região de residência – urbano ou rural).

Modelo 2 – Além das variáveis indicadas no modelo 1, inclui a escolaridade da própria mulher.

Modelo 3 – Em adição às variáveis consideradas no modelo 2, inclui variáveis status socioeconômico atual (status sócio-ocupacional da ocupação atual e renda domiciliar percepta). Reconhecendo-se as maiores chances de ocorrência de multicolinearidade nestes modelos, apresenta-se, no apêndice 5, as estatísticas do teste VIF para o modelo 3. Ressalta-se que a média da estatística VIF entre não ultrapassou o valor de 5, o que indica que não há um alto fator de variância nos modelos em questão.

No que tange à Tabela 27 e à Tabela 28, que indicam os resultados para mulheres de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos, respectivamente, com escolaridade entre fundamental completo e médio incompleto/completo, nota-se que há uma relação positiva entre escolaridade dos pais e a parturição quando inseridas no modelo os controles que representam as próxi de status socioeconômico atual (modelo 3).

Essa relação apresenta maiores níveis de significância no caso de mulheres de 25 a 29 anos se comparadas às de 30 a 34, o que sugere que tais distinções por escolaridade dos pais podem estar associadas à idade em que essas mulheres têm seus filhos. Na ausência dos controles de status socioeconômico atual (modelos 1 e 2), os resultados para a variável de escolaridade dos pais para o ano de 1996 são inconclusivos.

Para o ano de 2014, por sua vez, em ambas as faixas etárias analisadas, mulheres cujos pais cursaram o ensino superior apresentaram uma menor parturição média mesmo quando os resultados são controlados pela escolaridade da própria mulher. Embora se reconheça que esse é um grupo muito selecionado, de mulheres que atingiram uma escolaridade menor do que a de seus pais, esse resultado indica que a associação entre escolaridade dos pais e das próprias mulheres com a fecundidade têm magnitudes semelhantes.

Ou seja, para esse grupo, de mulheres menos escolarizadas, a escolaridade dos pais, especificamente a obtenção do diploma de ensino superior, importará tanto quanto a sua própria escolaridade para modelar a parturição. Esse padrão pode ser identificado para mulheres de 25 a 29 anos mesmo quando são inseridas variáveis de status socioeconômico atual (modelo 3).

Ainda no que tange à faixa etária de 25 a 29 anos, observa-se, para o ano de 2014 no modelo 3, uma relação forte e significativa para a categoria de “baixo” status sócio-ocupacional dos pais em comparação à categoria de referência (“alto” status), embora essa relação tenha o sinal contrário da escolaridade dos pais: Nesse caso, uma mulher

cujos pais têm uma ocupação de menor status tem menos filhos, em média, se comparada à categoria de alto status.

O mesmo pode ser observado no que tange à ocupação das próprias mulheres, embora em alguns casos se tornem menos significativas. A distinção na direção da relação entre ocupação e escolaridade dos pais corrobora a atuação da escolaridade na fecundidade por meio de mecanismos diversos, complexos e não unidirecionais, e não exclusivamente por meio da transmissão de status socioeconômico.

Nota-se que, para o ano de 2014, distinções expressivas na parturição por raça/cor ocorrem mesmo quando controladas pelo status socioeconômico atual, status socioeconômico de origem e a escolaridade da própria mulher (modelo 3). Dentre as mulheres de 25 a 29 anos, mulheres pardas e indígenas apresentaram uma maior parturição se comparadas às brancas (1,22).

Dentre as mulheres de 30 a 34, por sua vez, a distinção dá-se na categoria de mulheres pretas, que apresentam uma menor parturição se comparadas à categoria de referência (0,83). A existência de tais distinções corrobora a teoria dos grupos sociais, que defende que distinções na fecundidade observada em certos grupos étnicos não se deva exclusivamente às distinções nas características socioeconômicas desses grupos.

Nota-se, por fim, que a escolaridade da própria mulher é uma variável que permanece expressiva mesmo quando o modelo é controlado por características socioeconômicas atuais (modelo 3). Esse resultado sugere que a escolaridade, por si só, estaria associada à fecundidade, ou seja, essa relação não seria completamente mediada por status socioeconômico de origem ou status socioeconômico alcançado em função do nível de instrução.

Tabela 27 - Estimativa dos parâmetros do modelo Poisson para número de filhos de mulheres de 25 a 29 anos de ensino fundamental completo, médio completo e médio incompleto nos anos de 1996 (n=1.343) e 2014 (n=796)

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Constante	0,06***	0,5	0,02***	0,73	0,06***	0,52	0,04***	0,71	0,05***	0,52	0,17**	0,71
Idade	1,11***	0,01	1,13***	0,02	1,11***	0,01	1,12***	0,02	1,12	0,16	1,10***	0,24
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	1,08	0,15	1,41**	0,14	1,09	0,14	1,36**	0,15	0,92	0,12	1,06	0,13
Parda e Indígena	1,12**	0,05	1,60***	0,08	1,12***	0,05	1,59**	0,08	0,99	0,05	1,22***	0,07
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Médio Incompleto	1,24***	0,08	0,84*	0,10	1,28***	0,08	0,91	0,10	1,32***	0,07	0,97	0,09
Médio Completo	1,00	0,14	0,80*	0,12	1,15	0,14	0,87	0,12	1,41***	0,12	1,01	0,11
Superior	0,94	0,14	0,37***	0,29	1,10	0,14	0,43***	0,28	1,52***	0,13	0,61***	0,26
Status Sócio-ocupacional dos pais quando as mulheres tinham 15 anos (Ref. Alto)												
Médio	0,94	0,08	0,71	0,28	0,95	0,08	0,71	0,28	0,91	0,08	0,71	0,27
Baixo	0,89	0,08	0,77	0,24	0,90	0,08	0,75	0,22	0,92	0,07	0,67*	0,20
Não Trabalhava	0,78	0,17	0,86	0,29	0,78	0,17	0,82	0,29	0,86	0,15	0,79	0,26
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	0,82**	0,07	0,83	0,14	0,81***	0,07	0,79*	0,13	0,82***	0,07	0,94	0,12
Entre 5 a 9 anos	0,7	0,12	1,28*	0,14	0,97	0,12	1,24	0,14	1,01	0,10	1,34**	0,12
Dez anos ou mais	1,00	0,07	1,25**	0,09	0,99	0,06	1,28***	0,08	1,01	0,06	1,34***	0,79
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)												
Urbano	-	-	1,00	0,10	-	-	1,00	0,09	-	-	1,13	0,09
Escolaridade (Ref. Fundamental completo/ médio incompleto)												

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Ensino médio completo	-	-	-	-	0,74***	0,05	0,60***	0,08	0,89**	0,04	0,72***	0,07
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,88*	0,07	0,76*	0,16
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	0,85	0,06	0,89	0,14
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	-	0,98	0,08	0,85	0,15
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)												
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	-	1,30	0,18	0,72**	0,13
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,02	0,17	0,54***	0,13
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,81	0,17	0,33***	0,14
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	0,65**	0,17	0,15***	0,28
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,47***	0,18	0,10***	0,56
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,35***	0,20	0,15**	0,82

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

***P-valor <0.01

**P-valor <0.05

*P-valor <0.10

Tabela 28 - Estimativa dos parâmetros do modelo Poisson para número de filhos de mulheres de 30 a 34 anos de ensino fundamental completo, médio incompleto e médio completo nos anos de 1996 (n=1.544) e 2014 (n=784)

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Constante	0,25***	0,25	0,05***	0,78	0,27***	0,38	0,07***	0,75	0,04**	0,37	0,20**	0,67
Idade	1,05***	0,12	1,10***	0,02	1,06***	0,01	1,11***	0,02	1,06***	0,01	1,09***	0,01
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	1,07	0,09	0,96	0,11	1,06	0,09	1,08	0,11	0,95	0,08	0,83*	0,10
Parda e Indígena	1,08**	0,03	1,10	0,06	1,07**	0,03	1,13*	0,06	0,99	0,03	0,98	0,05
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Médio Incompleto	0,93	0,06	0,99	0,09	0,98	0,06	1,11	0,09	1,06	0,06	1,11	0,08
Médio Completo	0,92	0,06	0,85	0,10	0,97	0,06	0,74	0,1	1,04	0,06	1,05	0,10
Superior	0,77*	0,13	0,63**	0,23	0,81	0,12	0,69*	0,22	0,91	0,11	0,80	0,18
Status Sócio-ocupacional dos pais quando as mulheres tinham 15 anos (Ref. Alto)												
Médio	0,96	0,06	0,99	0,20	0,95	0,06	0,98	0,2	0,89	0,06	1,07	0,16
Baixo	0,98	0,05	0,98	0,15	0,97	0,05	0,87	0,14	0,95	0,05	0,87	0,12
Não Trabalhava	0,99	0,08	0,93	0,22	0,98	0,07	0,98	0,21	0,93	0,07	1,00	0,2
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	0,97	0,06	0,96	0,15	0,97	0,06	0,87	0,13	1,00	0,06	1,07	0,10
Entre 5 a 9 anos	1,05	0,05	0,92	0,11	0,99	0,05	0,98	0,11	1,08	0,05	1,00	0,10
Dez anos ou mais	1,08*	0,04	0,92	0,08	1,07*	0,04	0,97	0,07	0,88**	0,03	0,96	0,06
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)												
Urbano	-	-	0,88	0,08	-	-	0,90	0,07	-	-	1,01	0,06
Escolaridade (Ref. Fundamental completo/ médio incompleto)												
Ensino médio completo	-	-	-	-	0,81***	0,03	0,54***	0,06	0,88***	0,03	0,63***	0,05

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,97	0,05	0,71***	0,13
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	0,98	0,01	0,75**	0,12
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	-	0,91	0,06	0,78**	0,12
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)												
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,90	0,1	0,87	0,08
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	0,77***	0,09	0,66***	0,09
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,63***	0,09	0,43***	0,10
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	0,57***	0,09	0,44***	0,15
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,49***	0,1	0,24***	0,28
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,48***	0,10	0,17***	0,42

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

***P-valor <0.01

**P-valor <0.05

*P-valor <0.10

No que tange à amostra de **ensino médio completo e ensino superior**, identifica-se que a escolaridade dos pais, em específico o nível de ensino superior, mostrou-se negativamente associada ao número de filhos tidos na ausência de demais controles (modelo 1), embora para as mulheres de 25 a 29 anos no ano de 1996 (Tabela 29) essa relação tenha sido fraca (coeficientes próximos de 1). Em todos os casos, a magnitude dessa associação e o seu nível de significância são atenuados com a inserção do nível de escolaridade da própria mulher no modelo 2.

Esse resultado sugere que ao menos parte da relação entre a escolaridade dos pais e a parturição dá-se por meio da influência da escolaridade dos pais no nível de escolaridade cursado por essas mulheres. No caso do ano de 2014, em que é possível identificar distinções expressivas e significativas ($p < 0.10$) por escolaridade dos pais mesmo no modelo 2, infere-se que haja uma distinção do comportamento reprodutivo interna aos níveis de ensino analisados (médio e superior).

Distinções quanto à raça foram identificadas nos modelos 1 e 2 em ambas as faixas etárias e períodos analisados. Os resultados apontam para uma maior probabilidade de mulheres pardas/indígenas e pretas gerarem atingirem uma parturição de maior ordem, mesmo quando os resultados são controlados por escolaridade das próprias mulheres. Quando inserimos variáveis de status socioeconômico atual (modelo 3), no entanto, esses resultados perdem significância, o que sugere a existência de uma estratificação socioeconômica por raça interna a esses níveis de ensino que se refletiria na fecundidade dessas mulheres.

No caso das mulheres de 30 a 34 anos (Tabela 30), as variáveis de status socioeconômico atual (modelo 3), ocupação da própria mulher e renda per capita, se mostraram significativas em todas as suas categorias em ambos os anos analisados. Os resultados apontam para uma maior parturição nas categorias de referência, de baixo status sócio-ocupacional e baixa renda per capita domiciliar (menos de $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo).

Observa-se, especificamente para o ano de 1996, uma reversão no padrão identificado para escolaridade dos pais quando inseridas as variáveis de status socioeconômico atual (modelo 3): Nesse caso, mulheres cujos pais possuem ensino superior ou ensino médio completo teriam uma parturição maior se comparadas àquelas cujos pais têm ensino fundamental incompleto. Esse resultado sugere que, quando consideradas as barreiras socioeconômicas e de ingresso no ensino superior, uma maior escolaridade dos pais estaria associada a uma maior parturição. Essa relação, contrária à

da variável de renda atual, leva à hipótese de que sua ocorrência esteja relacionada aos valores morais e ao capital social adquiridos em diferentes graus de escolaridade e transmitidos intergeracionalmente de pais para as filhas. Um padrão semelhante, com menor parturição das categorias com relação à referência, é observada no caso do próprio status sócio-ocupacional e do status sócio-ocupacional dos pais, embora os resultados, nesses casos, sejam menos significativos.

Em ambas as faixas etárias analisadas, no ano de 2014, as variáveis de status socioeconômico de origem (ocupação e escolaridade dos pais) tornam-se menos expressivas e perdem significância quando são inclusas no modelo as variáveis de status socioeconômico atual (modelo 3). Isso sugere que, ao menos parte do efeito do status socioeconômico de origem na parturição deve-se ao status socioeconômico atual.

Por fim, ressalta-se que, em todos os modelos analisados, mulheres de ensino superior possuem uma parturição significativamente distinta daquela observada para mulheres de ensino médio, mesmo quando consideradas as características socioeconômicas de origem e atuais.

Tabela 29 - Estimativa dos parâmetros do modelo Poisson para número de filhos de mulheres de 25 a 29 anos de ensino médio completo ou ensino superior nos anos de 1996 (n=1.196) e 2014 (n=1.124)

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp (Coef)	Std. Err.										
Constante	0,02***	0,22	0,02***	0,92	0,03***	0,59	0,03**	0,87	0,04***	0,71	0,10***	0,92
Idade	1,17***	0,03	1,13***	0,03	1,25***	0,02	1,12***	0,30	1,15***	0,20	1,09***	0,03
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	0,87	0,16	1,60***	0,18	0,85	0,14	1,29	0,17	0,78	0,13	1,12	0,17
Parda e Indígena	1,19***	0,07	1,68***	0,10	1,12*	0,06	1,49***	0,90	0,98	0,06	1,18	0,09
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Médio Incompleto	0,93	0,09	0,90	0,12	1,04	0,08	0,91	0,12	0,44	0,09	1,00	0,11
Médio Completo	0,94	0,10	0,70***	0,13	1,06	0,09	0,87	0,12	1,26**	0,09	1,02	0,12
Superior	0,85	0,11	0,48***	0,21	1,06	0,11	0,71*	0,19	1,28**	0,11	1,14	0,18
Status Sócio-ocupacional dos pais quando as mulheres tinham 15 anos (Ref. Alto)												
Médio	0,93	0,10	1,21	0,24	0,90	0,09	0,85	0,23	0,87	0,09	1,16	0,22
Baixo	0,94	0,09	1,29	0,21	0,92	0,08	0,91	0,84	0,89	0,09	1,01	0,18
Não Trabalhava	0,85	0,17	1,69**	0,26	0,83	0,16	1,42	0,24	0,79	0,16	1,20	0,23
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	0,84	0,10	0,91	0,17	0,88	0,10	0,95	0,16	0,81**	0,09	1,06	0,15
Entre 5 a 9 anos	0,97	0,11	1,27	0,17	0,70	0,11	1,37*	0,16	1,00	0,10	1,38	0,15

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp (Coef)	Std. Err.										
Dez anos ou mais	0,98	0,08	1,28**	0,11	1,00	0,08	1,22*	0,10	0,96	0,08	1,00	0,15
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)												
Urbano	-	-	1,28	0,98	-	-	1,12	0,13	-	-	1,25**	0,12
Escolaridade (Ref. Nível médio completo)												
Superior – Evasão	-	-	-	-	0,97	0,13	0,95	0,18	1,25	0,13	1,13	0,17
Superior em andamento	-	-	-	-	0,57***	0,17	0,43***		0,75**	0,15	0,53***	0,18
Superior completo	-	-	-	-	0,61***	0,08	0,34***	0,16	0,81**	0,09	0,46***	0,17
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,83**	0,07	0,74**	0,15
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	0,99	0,08	0,80	0,14
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	-	1,01	0,10	0,79	0,16
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)												
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	-	1,11	0,41	0,77	0,17
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,02	0,40	0,56***	0,19
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,87	0,40	0,37***	0,20
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	0,66	0,42	0,22***	0,28
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,40**	0,41	0,19***	0,35
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,26***	0,43	0,16***	0,43

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Urbano	-	-	0,91	0,10	-	-	0,96	0,09	-	-	1,02	0,79
Escolaridade (Ref. Nível médio completo)												
Superior – Evasão	-	-	-	-	0,89	0,05	0,90	0,08	1,04	0,06	0,69***	0,09
Superior em andamento	-	-	-	-	0,75**	0,07	0,72**	0,15	0,90	0,09	1,23**	0,12
Superior completo	-	-	-	-	0,77***	0,11	0,57***	0,13	1,09*	0,04	0,79**	0,13
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,91**	0,04	0,65***	0,10
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	0,89**	0,05	0,71***	0,10
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	-	0,88*	0,06	0,76**	0,11
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)												
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,81***	0,05	0,81**	0,10
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	0,66***	0,05	0,61***	0,11
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,53***	0,06	0,45***	0,14
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	0,37***	0,08	0,4***	0,18
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,29***	0,09	0,23***	0,23
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,06***	0,02	0,22***	0,72

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

***P-valor <0.01

**P-valor <0.05

*P-valor <0.10

Em seguida, apresenta-se os resultados da correlação entre escolaridade e a fecundidade especificando a magnitude do impacto em mulheres com diferentes propensões de cursarem o ensino médio ou o ensino superior. Foram conduzidos, em amostras distintas, modelos de regressão multinível de Poisson considerando a probabilidade de concluir o ensino médio (amostra de mulheres com ensino fundamental completo, médio incompleto e completo) e de ingressar no ensino superior (amostra de mulheres com ensino médio completo e superior completo e incompleto). Em todos os casos, foram realizadas análises segregadas também por grupo etário (25 a 29 anos e 30 a 34 anos) e período analisado (1996 e 2014).

Tal como disposto na metodologia do presente estudo, o primeiro passo para a análise de efeitos heterogêneos é o cálculo da probabilidade predita de cada uma das mulheres atingirem um dado nível de ensino. Os resultados da Tabela 31 e da Tabela 32, expostas a seguir, indicam, respectivamente, as razões de chance de concluir o ensino médio (atribuindo, na variável dependente, 0 para mulheres de ensino fundamental completo e médio incompleto e 1 para mulheres com ensino médio completo) e as razões de chance para ingressar no ensino superior (atribuindo 0 àquelas mulheres com ensino médio completo e 1 àquelas que pelo menos ingressaram no ensino superior).

Nota-se que, tanto no caso do ensino médio quanto no caso do ensino superior, as razões de chance de atingir o referido nível de ensino relacionadas à escolaridade dos pais tornaram-se mais expressivas no ano de 2014. No grupo de 25 a 29 anos, por exemplo, mulheres cujos pais tinham cursado o ensino superior tinham, em 1996, 3,71 da chance de ingressarem nesse mesmo nível de ensino se comparadas à categoria de referência (pais que cursaram até o fundamental incompleto) – resultados exibidos na Tabela 32. Em 2014, essa razão de chance quase dobra, atingindo 7,02. Um padrão semelhante pôde ser observado para o grupo etário de 30 a 34 anos, em que os efeitos se mostraram ainda mais acentuados. Se por um lado esses resultados podem refletir uma tendência de aumento de escolarização dos próprios pais entre os períodos analisados, por outro lado podem indicar que, embora tenha havido uma expansão na cobertura do ensino médio na década de 1990 e um aumento da taxa de matrículas no ensino superior desde os primeiros anos do século XXI, a escolarização se mantém como um fenômeno altamente seletivo com base nas características socioeconômicas de origem.

Um padrão semelhante pode ser observado ainda no caso da variável de status sócio-ocupacional do pai. Mulheres de 25 a 29 anos cujos pais tinham ocupação de baixo status, por exemplo, tinham 0,55 da chance de ingressar no ensino superior quando

comparadas com mulheres cujos pais tinham alto status em 1996. Em 2014, essa razão de chance é de 0,28, sendo significativa a nível de 99% de confiança, o que não ocorre no período anterior. Também no caso da probabilidade de concluir o ensino médio (Tabela 31), as categorias de baixo e médio status apresentam maior magnitude e significância no ano de 2014, o que também sugere um aumento da estratificação socioeconômica nesses níveis de ensinos nos períodos analisados.

Nota-se ainda que as mães adolescentes, em ambos os períodos e faixas etárias analisados, apresentaram uma menor chance de concluir o ensino médio e ingressarem no nível superior se comparadas às demais mulheres. Sobre essa temática, cabe destacar dois pontos: O primeiro é que as razões de chance sugerem que a maternidade na adolescência, fenômeno, em regra, anterior ao ingresso no ensino superior, é uma característica seletiva para o ingresso nesse nível de ensino. Nesse sentido, um menor número de filhos tidos por parte de mulheres que cursaram o ensino superior pode, em partes, estar associado não ao poder transformador de intenções reprodutivas ou a um maior custo de oportunidade de ter um filho, mas sim à seleção por fecundidade prévia. O segundo ponto é a permanência do efeito quando presentes no modelo variáveis que denotam características socioeconômicas de origem, o que sugere que o menor alcance educacional por parte de mães adolescentes não se deva majoritariamente à composição do grupo que experimenta o fenômeno.

Os resultados para tempo de residência no município e local de residência, por fim, mostraram-se não significativos ou inconclusivos.

Tabela 31 – Razão de chances para concluir o ensino médio entre mulheres de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos nos anos de 1996 e 2014

Variável	1996						2014					
	n=1324 25 a 29 anos			n=1721 30 a 34 anos			n=968 25 a 29 anos			n=706 30 a 34 anos		
	OR	Erro Padrão	P-valor	OR	Erro Padrão	P-valor	OR	Erro Padrão	P-valor	OR	Erro Padrão	P-valor
Idade	1,05	0,04	0.726	1,01	0,04	0.746	0,37	0,06	0.136	1,05	0,07	0.456
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	1,13	0,37	0.711	0,84	0,28	0.540	0,60	0,34	0.134	1,03	0,35	0.925
Parda e Indígena	1,06	0,13	0.609	0,80	0,11	0.056	0,94	0,19	0.754	1,19	0,19	0.360
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Fundamental completo	1,56	0,24	0.060	3,03	0,21	0.000	1,93	0,24	0.007	2,55	0,29	0.001
Médio Incompleto	2,17	0,24	0.002	2,61	0,23	0.000	2,77	0,29	0.000	3,70	0,45	0.004
Ensino Superior	5,64	0,46	0.000	3,22	0,41	0.005	5,87	0,83	0.034	2,31	0,73	0.256
Status Sócio-ocupacional dos pais quando as mulheres tinham 15 anos (Ref. Alto)												
Médio	1,10	0,24	0.660	0,88	0,22	0.581	0,29	0,71	0.084	0,95	1,06	0.958
Baixo	1,06	0,22	0.779	0,72	0,20	0.109	0,28	0,58	0.034	0,2	0,75	0.035
Não Trabalhava	0,89	0,36	0.740	0,82	0,30	0.517	0,35	0,71	0.142	0,31	0,86	0.182
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	0,78	0,2	0.229	0,97	0,18	0.830	0,54	0,28	0.032	0,85	0,36	0.658
Entre 5 a 9 anos	0,96	0,21	0.847	0,58	0,20	0.010	0,80	0,34	0.505	0,81	0,37	0.595
Dez anos ou mais	0,74	0,17	0.078	0,90	0,13	0.432	1,33	0,24	0.237	0,69	0,22	0.093
Local de residência (Ref. Rural)												
	-	-	-	-	-	-	1,04	0,21	0.850	1,20	0,21	0.378
Status maternidade na adolescência (Ref: Não foi mãe adolescente)												
	0,37	0,19	0.000	0,32	0,19	0.000	0,19	0,24	0.000	0,34	0,25	0.000

Variável	1996						2014					
	n=1324 25 a 29 anos			n=1721 30 a 34 anos			n=968 25 a 29 anos			n=706 30 a 34 anos		
	OR	Erro Padrão	P-valor	OR	Erro Padrão	P-valor	OR	Erro Padrão	P-valor	OR	Erro Padrão	P-valor
Intercepto	0,72	1,22	0.793	1,13	1,31	0.916	0,006	1,89	0.008	2,18	2,29	0.732

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Tabela 32 – Razão de chances para ingressar no ensino superior entre mulheres de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos nos anos de 1996 e 2014

Variável	1996						2014					
	n=1171 25 a 29 anos			n=1657 30 a 34 anos			n=1100 25 a 29 anos			n=1158 30 a 34 anos		
	OR	Erro Padrão	P-valor									
Idade	1,06	0,03	0.066	1,05	0,04	0.264	1,01	0,05	0.802	1,22	0,05	0.001
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	0,81	0,32	0.515	0,34	0,60	0.075	0,31	0,36	0.001	0,44	0,17	0.007
Parda e Indígena	0,61	0,11	0.000	0,42	0,16	0.000	0,52	0,17	0.000	0,63	0,32	0.012
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Fundamental completo	2,18	0,14	0.000	1,43	0,20	0.072	1,09	0,23	0.695	1,56	0,22	0.038
Médio Incompleto	2,37	0,12	0.000	2,77	0,18	0.000	3,00	0,20	0.000	3,66	0,2	0.000
Ensino Superior	3,71	0,16	0.000	6,61	0,26	0.000	7,02	0,34	0.000	11,02	0,42	0.012
Status Sócio-ocupacional dos pais quando as mulheres tinham 15 anos (Ref. Alto)												
Médio	0,60	0,14	0.098	0,78	0,20	0.229	0,61	0,39	0.204	0,57	0,37	0.145
Baixo	0,55	0,13	0.146	0,54	0,18	0.001	0,28	0,33	0.000	0,32	0,30	0.000
Não Trabalhava	1,22	0,26	0.449	0,71	0,34	0.326	0,27	0,44	0.004	0,33	0,47	0.022
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	1,14	0,13	0.336	1,18	0,21	0.419	1,4	0,29	0.213	1,53	0,35	0.214
Entre 5 a 9 anos	0,77	0,15	0.088	0,86	0,26	0.546	1,3	0,30	0.319	0,78	0,28	0.405
Dez anos ou mais	1,19	0,13	0.164	1,04	0,16	0.775	0,8	0,23	0.940	1,20	0,22	0.375
Local de residência (Ref. Rural)	-	-	-	-	-	-	1,71	0,25	0.029	1,99	0,22	0.006

Variável	1996						2014					
	n=1171 25 a 29 anos			n=1657 30 a 34 anos			n=1100 25 a 29 anos			n=1158 30 a 34 anos		
	OR	Erro Padrão	P-valor									
Status maternidade na adolescência (Ref: Não foi mã adolescente)	0,37	0,26	0.000	0,40	0,35	0.009	0,55	0,35	0.102	0,19		
Intercepto	0,14	0,88	0.026	0,14	1,62	0.239	1,09	1,66	0.956	0,006	0,46	0.001
											1,95	0.000

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

A partir das regressões logísticas apresentadas acima, calculou-se a probabilidade predita de cada uma das observações ingressarem no ensino superior, no caso da primeira amostra, e concluírem o ensino médio, no caso da segunda amostra. Utilizou-se o algoritmo desenvolvido por Brand & Davis (2011) para separar as observações em estratos de propensão de atingirem o nível de ensino analisado (a conclusão do ensino médio, na primeira amostra e o ingresso no ensino superior, na segunda) de modo que distinções entre os grupos tratamento e controle (ou seja, que atingiram ou não aquele nível de ensino) não apresentassem distinções significativas nas covariáveis analisadas internamente aos estratos. Internamente a cada um dos estratos, garantiu-se, além disso, que não houvesse distinções significativas na média da probabilidade predita entre os grupos de escolaridade distintas. Para satisfazer essas condições, foram criadas as quantidades de estratos expressas na Tabela 33. No apêndice 6 apresenta-se uma tabela que indica o limite inferior de probabilidade predita de cada um dos estratos e a distribuição do percentual de observações em cada um deles.

Tabela 33 – Número de estratos criados em cada uma das amostras

Grupo etário	Ano	
	1996	2014
Amostra de ensino fundamental completo, médio incompleto e médio completo		
25 a 29 anos	3	4
30 a 34 anos	4	3
Amostra de ensino médio completo e ensino superior		
25 a 29 anos	4	4
30 a 34 anos	5	6

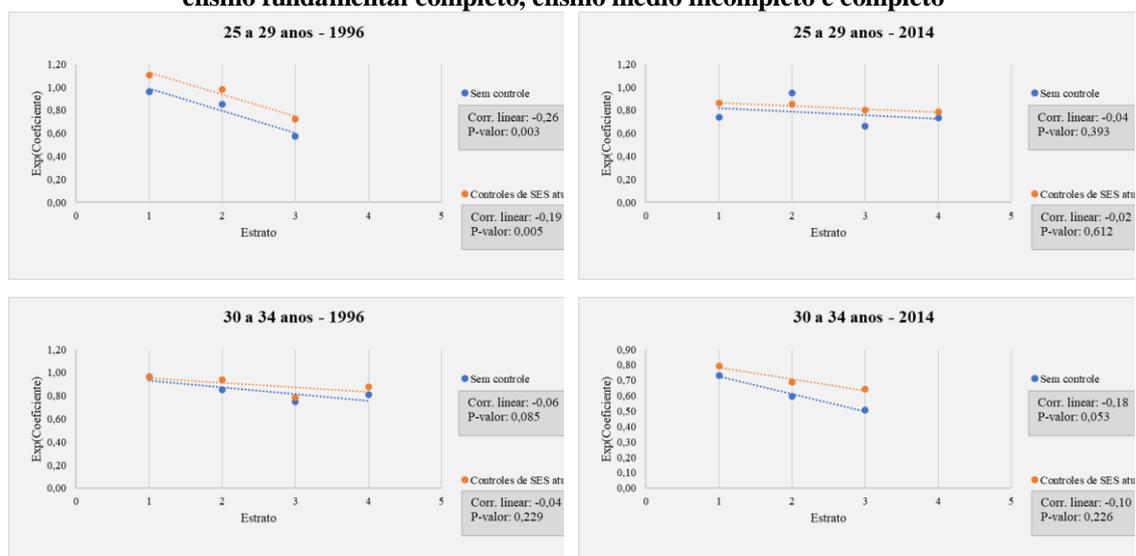
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Por fim, a Figura 11 e a Figura 12, dispostas a seguir, apresentam as regressões multiníveis de Poisson para períodos e faixa etárias analisadas. No eixo x, foi representada a ordem do estrato de propensão. Estratos de menor ordem agregam as mulheres com menor propensão de atingirem o nível de ensino analisado, embora necessariamente também contemplem mulheres que cursaram esse nível de ensino. Internamente a cada um dos estratos, foram conduzidos modelos de Poisson considerando como variável dependente o número de filhos tidos e, como variável independente, a dummy com a escolaridade das mulheres (ensino fundamental/médio incompleto versus médio completo, na primeira amostra, e ensino médio completo versus superior incompleto/completo, na segunda). No eixo y, foram plotados os coeficientes dos referidos modelos.

No que tange à amostra de ensino fundamental completo e ensino médio (Figura 11), nota-se que há, em todos os casos, uma relação negativa entre a propensão de completar o ensino médio e os coeficientes identificados nas regressões de poisson. Isso significa que quanto mais propensa a completar esse nível de ensino, menos filhos essas mulheres têm quando comparadas aos seus pares, ou seja, maior a correlação entre esse nível de ensino e a parturição. Essa relação pode ser ilustrada pela inclinação da reta, que se mostra menos expressiva e significativa em algumas das amostras, como a de mulheres de 25 a 29 anos em 2014.

Identificou-se um coeficiente linear significativo para mulheres de 25 a 29 anos em 1996 ($p=0,003$), mas não em 2014. Essa relação permanece significativa mesmo quando as regressões internas aos estratos são controladas pelo status socioeconômico atual ($p=0,005$): embora os coeficientes (exponenciados) se aproximem de 1 com a adição dos controles, o que indica o enfraquecimento da relação entre o ensino médio e a parturição, a magnitude da atenuação ocorreu de forma similar nos três estratos, o que proporcionou a manutenção da correlação linear. Nesse caso, portanto, a correlação mais forte entre escolaridade e parturição observada para mulheres com alta propensão de cursar o ensino médio não é majoritariamente explicada por uma maior chance dessas mulheres ocuparem melhores posições socioeconômicas se comparadas a seus pares.

Figura 11 - Coeficientes intra-estratos e tendência linear das regressões de Poisson multinível - ensino fundamental completo, ensino médio incompleto e completo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

No caso da amostra de ensino superior e médio completo (Figura 12), nota-se que, em todos os casos, o exponencial dos coeficientes se torna mais próximo de 1 quando as regressões internas aos estratos são controladas por status sócio-ocupacional atual e renda

domiciliar, ou seja, os efeitos tornam-se mais fracos. Isso sugere que, independentemente da propensão de ingressar no ensino superior, um dos mecanismos pelos quais esse nível de ensino atuaria na diminuição da fecundidade seria via provisão de melhores condições socioeconômicas. Reconhece-se, no entanto, que esta relação pode ser ocasionada pela relação inversa: mulheres com menos filhos teriam, nesse sentido, maiores chances de sucesso financeiro. No que tange à relação linear, identificou-se, assim como no caso da propensão de concluir o ensino médio, uma relação negativa entre a propensão de ingressar no ensino superior e os coeficientes da regressão de Poisson, embora esta relação tenha sido fraca na maior parte dos casos. No caso do grupo etário de 25 a 29 anos em 2014, em especial, identificou-se que o aumento de uma unidade no estrato de propensão está associado a uma queda de -0,20 dos coeficientes. Ou seja, quanto maior a propensão de ingressar no ensino superior, maior também é o efeito negativo desse nível de ensino na fecundidade.

Quando controlamos as regressões internas aos estratos por variáveis de status socioeconômico atual, no entanto, os resultados tornam-se não significativos, o que sugere que a correlação mais forte entre o ensino superior e a parturição observada para mulheres de alta propensão de ingressarem nesse nível de ensino deve-se, ao menos em partes, às distinções de status socioeconômico atual entre mulheres que cursaram e não cursaram o ensino médio, que seriam mais expressivas nos estratos de maior ordem.

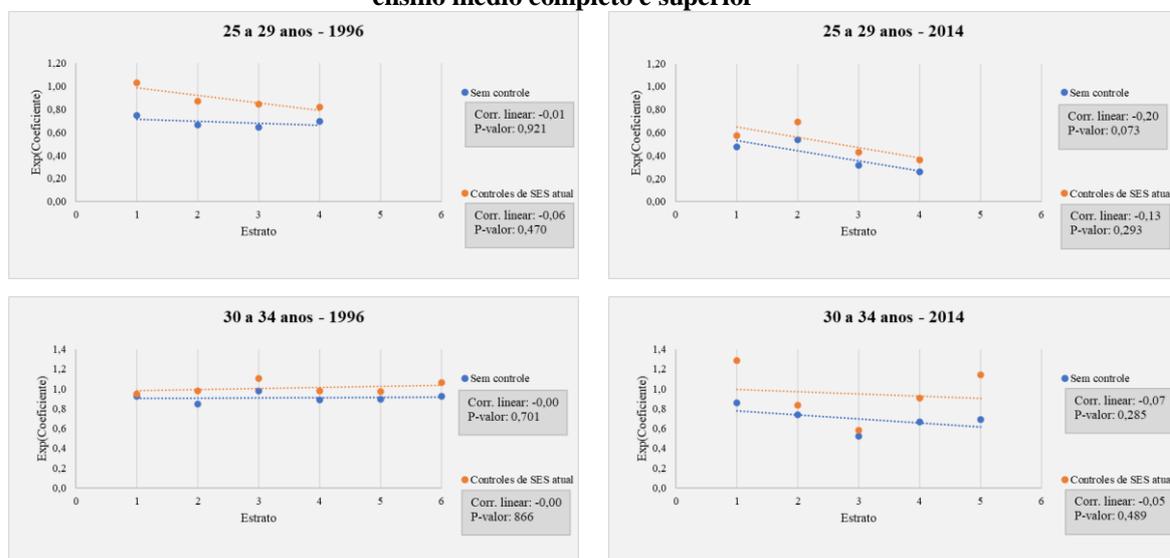
Inferre-se, nesse sentido, que essas seriam as mulheres que, quando comparadas aos seus pares de mesma propensão, apresentariam os maiores ganhos de status socioeconômico quando cursam o ensino médio e, como consequência, seriam também aquelas cuja parturição mais se distinguiria de seus pares. O coeficiente das mulheres menos propensas (estrato 1), por outro lado, foi o que menos se alterou após a inclusão dos controles, o que sugere que não há, para esse grupo, uma grande distinção de status socioeconômico atual entre mulheres que ingressaram ou não no ensino superior, o que ocasionaria menores distinções também na fecundidade entre os grupos.

A identificação do efeito supracitado apenas no ano de 2014 e para o grupo etário de 25 a 29 anos sugere ainda que essa relação possa estar associada à expansão educacional do ensino superior. Nesse sentido, a despeito do aumento de vagas, a estratificação horizontal desse nível de ensino poderia estar associada ao enfraquecimento do efeito do ensino superior no provimento de oportunidades socioeconômicas, na

transformação das intenções reprodutivas e até mesmo na aquisição de conhecimento para implementá-las.

Esse efeito ocorreria, sobretudo, no grupo de mulheres de baixa propensão de ingressar nesse nível de ensino. Para aquelas de alta propensão, por sua vez, os recursos sociais, culturais e econômicos que foram providos a elas ao longo da vida, de forma independente da escolarização, além de características qualitativas do curso e instituição frequentados, potencializariam os efeitos da credencial do ensino superior. Além disso, o enfraquecimento da relação linear no grupo de 30 a 34 anos indica que esse mecanismo possa atuar na idade à fecundidade e não exclusivamente no número de filhos tidos.

Figura 12 - Coeficientes intra-estratos e tendência linear das regressões de Poisson multinível - ensino médio completo e superior



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

10.3 DECOMPOSIÇÃO DOS EFEITOS PELAS CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES

Nesta seção, associada ao quarto objetivo da tese, pretende-se analisar em que medida as transformações na parturição média de mulheres de 25 a 34 anos dos grupos de ensino médio e ensino superior entre anos de 1996 e 2014 se deve à composição desses grupos no que tange às características individuais inerentes e ao status socioeconômico de origem. Para as referidas análises, foram considerados dois grupos de escolaridade: i)

ensino médio completo e ii) ensino superior (completo e incompleto)⁴. Em ambos os casos, foram conduzidas análises separadas para mulheres dos dois grupos etários de interesse. A Tabela 34, disposta a seguir, indica a magnitude da variação da parturição média no período analisado, a ser decomposta nos modelos. Nota-se que, entre 1996 e 2014, houve uma queda de 0,26 na parturição média de mulheres com ensino médio completo de 25 a 29 anos e de 0,37 na parturição de mulheres de 30 a 34 anos. No que tange ao ensino superior, identificou-se uma variação ainda mais expressiva, de 0,23 e 0,35, respectivamente.

Tabela 34 – Parturição média de mulheres de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos por escolaridade (ensino médio completo e superior), 1996 e 2014

Período	25 a 29 anos			30 a 34 anos		
	Parturição Média	Desvio Padrão	Coefficiente de variação	Parturição Média	Desvio Padrão	Coefficiente de variação
Ensino médio						
1996	1,08	0,92	0,85	1,54	1,20	0,78
2014	0,99	0,83	0,84	1,29	0,98	0,76
Diferença	-0,09	-	-	-0,26	-	-
Ensino superior						
1996	0,73	0,83	1,14	1,21	1,09	0,90
2014	0,50	0,73	1,45	0,86	0,83	0,97
Diferença	-0,23	-	-	-0,35	-	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

A

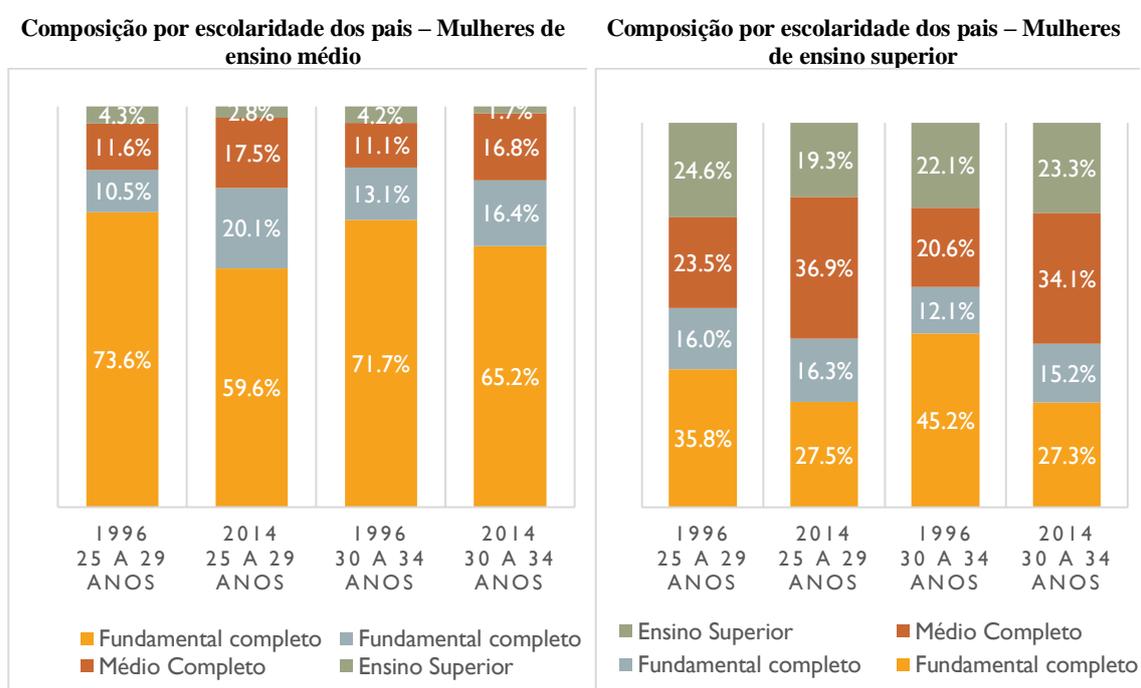
Figura 13,

Figura 14, **Error! Reference source not found.**, dispostas a seguir, apresentam a composição das mulheres nos dois níveis de ensino analisados por escolaridade dos pais, ocupação do pai e raça, respectivamente. No que tange à escolaridade dos pais, nota-se que houve, em todos os casos, uma diminuição do percentual de mulheres cujos pais atingiram no máximo o ensino fundamental incompleto.

⁴ Como mencionado na metodologia, nesta seção, em que há comparação direta entre os períodos analisados, foram selecionadas apenas mulheres cuja posição no domicílio era de responsável e cônjuge em 2014 (mesmos grupos que responderam ao suplemento de mobilidade social no ano de 1996)

Observa-se ainda uma relativa estabilidade no percentual de mulheres cujos pais cursaram ensino superior em todas as faixas etárias e grupos de escolaridade analisados. Nota-se, por fim, no caso das mulheres com ensino superior, um aumento expressivo do percentual de mulheres cujos pais cursaram no máximo o ensino médio completo (de 23,5% para 36,9% dentre as mulheres de 25 a 29 anos e de 20,6% para 34,1% dentre aquelas de 30 a 34), fenômeno que, embora ocorra também dentre mulheres de ensino médio completo, deu-se de forma menos intensa neste grupo.

Figura 13 - Composição de mulheres com ensino médio completo (esquerda) e ensino superior completo e incompleto (direita) por escolaridade dos pais, 1996 e 2014



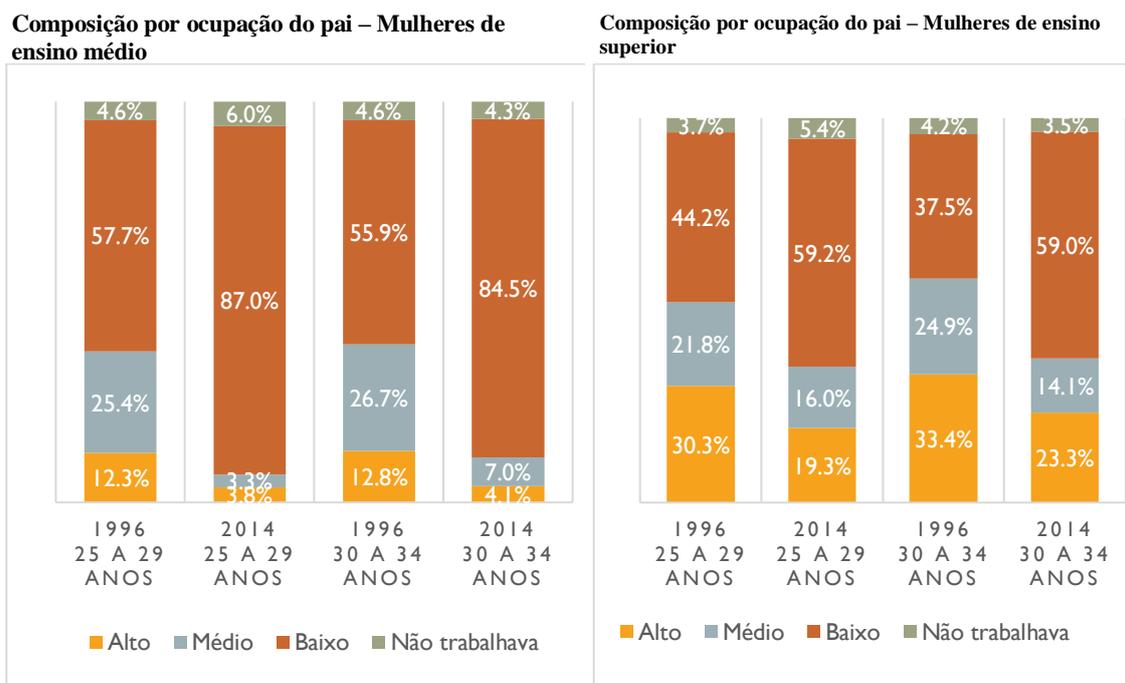
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

No que tange à ocupação do pai, nota-se que há, no grupo de ensino médio, um aumento abrupto no percentual de mulheres cujos pais tinham ocupações de baixo status em detrimento daquelas cujos pais tinham ocupação de médio e alto status, tendo esta última categoria se tornado inexpressiva em 2014 (3,8% no grupo de 25 a 29 anos e 4,1% no grupo de 30 a 34).

Os resultados corroboram, nesse sentido, a aplicação da teoria da desigualdade maximamente mantida na medida em que sugerem o esgotamento da demanda por esse nível de ensino por parte de mulheres oriundas de alto status socioeconômico. Dentre as mulheres com ensino superior, também se observa um aumento no percentual daquelas cujos pais tinham ocupação de baixo status em ambos os grupos etários analisados,

embora o grupo cujos pais tinham ocupação de alto status permaneça com um percentual considerável (19,3% no grupo de 25 a 29 anos e 23,3% no grupo de 30 a 34).

Figura 14 - Composição de mulheres com ensino médio completo (esquerda) e ensino superior completo e incompleto (direita) por ocupação do pai, 1996 e 2014



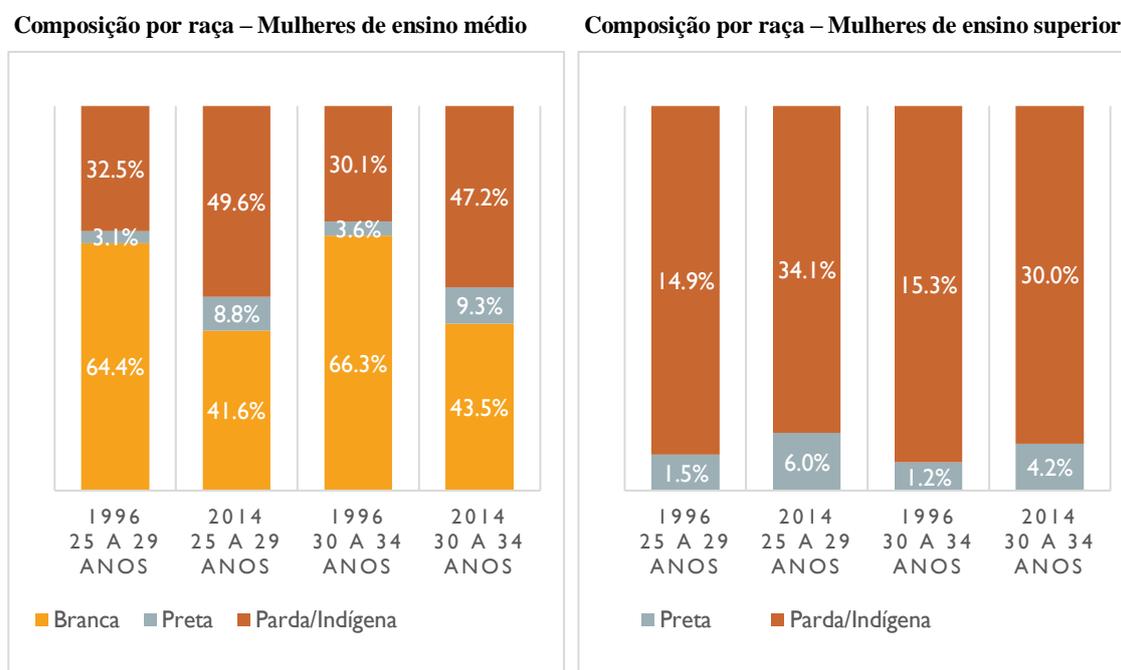
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

No que se refere à raça/cor, nota-se que há, em ambos os grupos de escolaridade - ensino médio completo e ensino superior, um aumento expressivo no percentual de pardos/indígenas entre 1996 e 2014. Identifica-se, além disso, um aumento no percentual de negros em todas as faixas etárias e grupos de escolaridade analisados, embora esse grupo ainda permaneça com um percentual pouco expressivo se comparado aos demais.

Esse aumento no percentual de pardos/indígenas e negros em ambos os grupos de escolaridade, ao longo dos anos, reflete mudanças sociais e políticas que têm contribuído para uma maior inclusão e acesso à educação para esses grupos historicamente marginalizados. Programas de ação afirmativa, como as cotas raciais em universidades, por exemplo, desempenharam um papel significativo nesse processo, permitindo que mais indivíduos de grupos racialmente subrepresentados pudessem buscar uma educação de nível superior.

No entanto, é importante notar que apesar do aumento, a representatividade dos negros ainda permanece abaixo do ideal, indicando que desafios persistem no que diz

respeito à equidade racial na educação. Esse cenário demanda um esforço contínuo para combater a discriminação racial e promover políticas públicas que assegurem



oportunidades igualitárias de educação para todos, independentemente da cor da pele, buscando assim a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Figura 15 - Composição de mulheres com ensino médio completo (esquerda) e ensino superior completo e incompleto (direita) por raça/cor, 1996 e 2014

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Por fim, a Tabela 35 apresenta os resultados da decomposição multivariada da variação da parturição das mulheres de **ensino médio completo** entre os anos de 1996 e 2014. Foram consideradas no modelo as variáveis de status socioeconômico de origem comuns aos dois períodos analisados (escolaridade dos pais e ocupação do pai), além da variável de raça/cor, que representa uma característica individual inerente. Nas tabelas, observa-se na linha “composição”, o percentual da variação da parturição que pode ser explicado pela variação das características do grupo analisado entre os dois períodos, 1996 e 2014. Na linha “coeficiente”, por sua vez, faz-se possível observar o percentual da variação na parturição que se deve às variações internas aos grupos. Os sinais negativos

nos percentuais indicam, nestes casos, que a contribuição foi contrária ao padrão de queda da parturição entre os períodos.

Nota-se que, de forma geral, o efeito de composição teve direção contrária à variação da parturição no período analisado (-8,51% e -10,6% nos grupos de 25 a 29 e 30 a 34 anos, respectivamente), o que indica que a composição dos indivíduos no que tange às variáveis analisadas amenizou em cerca de 10% a queda da parturição média entre 1996 e 2014. Ao considerar cada variável do modelo, algumas especificidades podem ser identificadas. Tratando-se da escolaridade dos pais, por exemplo, nota-se que a contribuição dessa variável para a queda da parturição não assume um padrão unidirecional, apresentando níveis de significância também pouco expressivos. Um padrão semelhante pode ser observado para a variável de ocupação. Especificamente no grupo de 25 a 29 anos, são expressivos os efeitos de composição referentes à raça/cor: Nesse caso, a categoria de pretas (-18,16%) e, sobretudo, a de pardas (-53,2%) contribuíram expressivamente para atenuação do padrão de queda.

Tabela 35 – Decomposição da queda da parturição entre as mulheres com ensino médio completo entre os anos de 1996 e 2014, mulheres de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos

Efeitos	25 a 29 anos				30 a 34 anos			
	Coef.	Err. Pad.	P-valor	%	Coef.	Err. Pad.	P-valor	%
Composição	0,01	0,07	0,915	-8,51	0,03	0,05	0,600	-10,96
Coeficientes	-0,10	0,09	0,301	108,51	-0,29	0,08	0,000	110,96
Diferença entre os períodos	-0,09	0,06	0,142	100,00%	-0,26	0,07	0,000	100,00
Características								
Escolaridade dos pais (Ref, Fundamental Incompleto)								
Fundamental completo / médio incompleto	-0,02	0,02	0,480	22,0	0,01	0,01	0,150	-2,45
Médio completo	0,00	0,01	0,620	4,0	0,01	0,01	0,190	-4,2
Superior	0,00	0,00	0,833	-1,0	0,01	0,01	0,190	-5,16
Status sócio-ocupacional do pai (Ref, Alto)								
Médio	0,04	0,10	0,694	-41,14	0,03	0,05	0,480	-14,11
Baixo	-0,07	0,08	0,387	77,12	-0,04	0,05	0,490	15,69
Não trabalhava	0,00	0,00	0,537	2,49	-0,01	0	0,290	0,33
Raça/cor (Ref, Branca)								
Preta	0,02	0,02	0,521	-18,16	0	0,01	0,880	0,56
Parda/Indígena	0,05	0,07	0,490	-53,82	0	0,02	0,800	-1,62
Coeficientes								
Escolaridade dos pais (Ref, Fundamental Incompleto)								
Fundamental completo / médio incompleto	0,04	0,02	0,044	35,59	0,02	0,02	0,370	-7,96
Médio completo	0,08	0,02	0,708	7,44	0,02	0,02	0,160	-11,13

Superior	0,65	0,01	0,652	6,73	-0,01	0,02	0,450	6,92
Ocupação do pai (Ref, Alta)								
Média	0,63	0,09	0,632	44,8	-0,04	0,09	0,630	16,6
Baixa	0,29	0,13	0,287	149,73	-0,03	0,15	0,810	14,93
Não trabalhava	0,64	0,01	0,641	7,4	0,02	0,01	0,130	-10,24
Raça/cor (Ref, Branca)								
Preta	0,10	0,01	0,100	-14,46	0,01	0,01	0,630	-1,93
Parda/Indígena	0,07	0,04	0,070	-71,37	-0,02	0,04	0,600	8,37
Constante	0,08	0,24	0,823	-57,35	-0,24	0,29	0,390	95,39

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

No que se refere ao efeito dos coeficientes, nota-se que, no grupo de 25 a 29 anos, a variação interna aos grupos de raça/cor preta e parda/indígena são responsáveis, respectivamente, por uma atenuação de 14,4% e 71,3% do padrão de queda a parturição média, o que indica que, nesses grupos, a queda foi menos expressiva que a geral, representada pela constante. Quanto às categorias de escolaridade dos pais, por sua vez, nota-se que transformações na fecundidade dos grupos de ensino fundamental completo

e médio completo dentre as mulheres de 30 a 34 anos foram responsáveis pela atenuação da queda da parturição média em 7,96% e 11,3%, respectivamente.

A Tabela 36, disposta a seguir, apresenta a decomposição para o grupo de nível de ensino superior. Nota-se que, em ambos os grupos etários, a composição atua no sentido oposto da variação observada na parturição no período, ou seja, atua de forma a amenizar o padrão de queda (10,75% e 14,35% para as amostras de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos, respectivamente). No que se refere à escolaridade dos pais, nota-se que não há contribuições expressivas da composição para a variação da fecundidade. Quanto à composição racial, por sua vez, identificou-se que o aumento no percentual de mulheres pardas nesse grupo de ensino contribuiu para a atenuação do padrão de queda fecundidade em 5,06 e 11,49% nas faixas etárias de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos, respectivamente. Ainda no que se refere à composição, nota-se uma contribuição expressiva da categoria ocupacional de baixo status socioeconômico dos pais para atenuação do padrão de queda da parturição na faixa etária de 25 a 29 anos (14,83%). Por fim, no que se refere aos coeficientes, de forma geral, nota-se que o padrão interno aos grupos contribuiu para a ocorrência da queda observada, com a notória exceção das categorias ocupacionais de médio e baixo status socioeconômico dos pais (no grupo de 25 a 29 anos, por exemplo, a categoria de baixo status contribuiu para a atenuação do padrão de queda em cerca de 40%). Uma outra exceção expressiva é a de mulheres pardas na faixa etária de 30 a 34 anos, categoria que contribuiu para a atenuação na queda dos coeficientes em 6,87%.

Tabela 36 – Decomposição da queda da parturição entre as mulheres com ensino superior completo e incompleto entre os anos de 1996 e 2014, mulheres de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos

Efeitos	25 a 29 anos				30 a 34 anos			
	Coef.	Err. Pad.	P-valor	%	Coef.	Err. Pad.	P-valor	%
Composição	0,02	0,03	0,354	-10,75	0,05	0,03	0,200	-14,35
Coeficientes	-0,25	0,06	0,000	110,75	-0,4	0,06	0,000	114,35
Diferença entre os períodos	-0,23	0,06	0,000	100,00	-0,35	0,05	0,000	100,00
Características								
Escolaridade dos pais (Ref, Fundamental Incompleto)								
Fundamental completo / médio incompleto					0,0	0,04	0,750	0,39
Médio completo	0,00	0,00	0,809	-0,03				
Superior	-0,01	0,01	0,477	4,44	0,0	0,02	0,890	-0,62
	0,01	0,01	0,519	-2,18	0,0	0,02	0,030	1,29
Status sócio-ocupacional do pai (Ref, Alto)								
Médio	-0,01	0,01	0,237	4,23	-0,02	0,01	0,250	5,41
Baixo	0,03	0,02	0,070	-14,83	0,03	0,02	0,200	-9,80
Não trabalhava	0,01	0,00	0,092	-2,27	0,00	0,00	0,560	0,26

Raça/cor (Ref, Branca)								
Preta	-0,01	0,01	0,321	4,95	0,0	0,01	0,910	0,21
Parda/Indígena	0,01	0,02	0,473	-5,06	0,04	0,02	0,010	-11,49
Coeficientes								
Escolaridade dos pais (Ref, Fundamental Incompleto)								
Fundamental completo / médio incompleto					-0,01	0,02	0,680	2,53
Médio completo	0,01	0,02	0,822	-2,40				
Superior	-0,04	0,03	0,287	15,13	0	0,03	0,880	1,29
	-0,01	0,04	0,758	6,08	-0,08	0,04	0,060	22,52
Ocupação do pai (Ref, Alta)								
Média	0,06	0,04	0,157	-25,84	0,04	0,04	0,290	-14,07
Baixa	0,10	0,07	0,198	-41,84	0,07	0,06	0,240	-20,43
Não trabalhava	0,01	0,01	0,183	-5,78	0,12	0,01	0,340	-3,59
Raça/cor (Ref, Branca)								
Preta	0,00	0,01	0,700	0,94	0,01	0,01	0,260	-1,76
Parda/Indígena	-0,01	0,01	0,771	2,28	0,02	0,02	0,210	-6,87
Constante	-0,38	0,18	0,040	162,18	-0,47	0,18	0,010	134,74

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

11. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Inserindo mais uma variável no triângulo de classe social de origem – escolaridade e destino, o presente estudo visou analisar como e em que medida o status socioeconômico de origem está relacionado à fecundidade das mulheres dada a recente expansão do ensino superior no Brasil. A referida análise insere-se na discussão sobre o poder equalizador da escolaridade em termos socioeconômicos e de padrões reprodutivos, contribuindo para a construção de cenários futuros sobre padrões e níveis de fecundidade.

A questão central da tese pauta-se na existência de uma relação entre o status socioeconômico de origem e a fecundidade. Considerando o aumento das taxas de matrícula nos níveis de ensino médio e superior e a implementação de políticas públicas de acesso - como Prouni, Fies e o programa de cotas, análises identificadas na literatura documentam a redução dos efeitos de características inerentes (como raça) e características socioeconômicas de origem (como escolaridade dos pais) nas transições educacionais (Silva, 2003 & Mont'Alvão, 2014).

A partir da transformação do perfil dos ingressantes e concluintes dos níveis de ensino médio e superior, corroborada pelo presente estudo nas análises descritivas, questiona-se em que medida esses níveis de ensino de fato conferem uma equalização

socioeconômica para os indivíduos que os alcançam e em que extensão a escolarização promoveria uma convergência do comportamento reprodutivo por parte dos diferentes grupos sociais. Por outro lado, pondera-se sobre a persistência de padrões reprodutivos da classe social de origem mesmo quando transpostas barreiras de escolarização. Reconhece-se, nesse sentido, que as variáveis de status socioeconômico de origem, escolaridade e status socioeconômico atual (ou status socioeconômico de destino) se relacionam de formas complexas e múltiplas com a fecundidade.

Considerando o contexto descrito, o estudo visa aos seguintes objetivos: i) analisar padrões de fecundidade e de expectativas futuras relacionadas ao mercado de trabalho e à própria escolarização entre mulheres de 15 a 29 por escolaridade dos pais; ii) analisar a existência de uma relação entre status socioeconômico de origem e a parturição de mulheres de 25 a 34 anos e averiguar em que medida essa relação é explicada pelo status socioeconômico atual; iii) identificar possíveis heterogeneidades na relação entre a escolaridade e a parturição de mulheres 25 a 34 anos por status socioeconômico de origem; e iv) analisar em que medida as transformações na parturição média de mulheres de 25 a 34 anos dos grupos de ensino médio e ensino superior entre anos de 1996 e 2014 se deve à composição desses grupos no que tange às características individuais inerentes e ao status socioeconômico de origem.

Para responder aos objetivos propostos, utilizou-se a base de dados *School to Work Transition Survey* e as PNAD's de 1996 e 2014 e empregou-se análises descritivas, regressões de Poisson, regressões de Poisson multinível e decomposição multivariada não linear. Na presente seção, buscou-se abordar as questões supracitadas à luz dos resultados identificados na tese.

Uma das discussões identificadas na literatura indica que o status socioeconômico de origem pode associar-se à fecundidade via transmissão de status socioeconômico atual. A relação inversa entre variáveis de status socioeconômico, como renda, e a fecundidade, é amplamente retratada pela literatura. Nesse sentido, estudos prévios, como o de Moen et al. (1997), indicam que a transmissão intergeracional de padrões de fecundidade ocorre, pelo menos em partes, em função do ambiente socioeconômico semelhante compartilhado entre pais e filhos, ou seja, em função de uma espécie de herança socioeconômica.

Além da correlação entre variáveis de status socioeconômico de origem e a propensão de concluir o ensino médio e ingressar no ensino superior, no presente estudo,

identificou-se, a partir dos dados da *School-to-work transition survey*, correlações entre a escolaridade dos pais das mulheres e as expectativas delas próprias quanto à posição ocupacional a ser alcançada no futuro e o nível educacional almejado, por exemplo. Esses resultados sugerem que a transmissão de status socioeconômico atuaria não só via provimento de recursos para atingir um dado nível socioeconômico futuro, mas também no âmbito de valores e crenças, aqui representadas pelas expectativas. Reconhece, no entanto, que as expectativas das mulheres podem ter correlação com os entraves já vivenciados por elas para atingir um dado nível de escolaridade ou status sócio-ocupacional, o que representa uma limitação para a referida análise.

Um dos mecanismos responsáveis pela existência dessa correlação direta entre status socioeconômico de origem e fecundidade – sem mediação do status socioeconômico atual ou da escolaridade, seria a transmissão intergeracional ligada às expectativas culturais e sociais. Essa transmissão poderia se dar via socialização nos primeiros anos de vida (Amato, 1996) ou por um componente hereditário (Miller, 1992), por exemplo. Os resultados das regressões de Poisson, realizados a partir de dados da PNAD, apontam para a persistência de alguns dos efeitos de status socioeconômico de origem e características inerentes, como raça, mesmo quando os modelos são controlados pela escolaridade da própria mulher e por variáveis de status socioeconômico atual, embora a maior parte dos coeficientes tenham sido expressivamente atenuados em termos de magnitude e significância com a inserção dos controles.

Destaca-se, nesse sentido, a inversão da direção da relação da variável de educação dos pais e a parturição em algumas amostras no ano de 1996 quando considerados os controles supracitados. Esse resultado sugere que, quando considerado o efeito independente do status socioeconômico de origem, um maior status estaria correlacionado também a uma maior fecundidade, relação inversa à usualmente identificada para status socioeconômico atual. Corroborar-se, nesse sentido, a primeira hipótese do estudo, de que em 2014, existiria uma relação entre status socioeconômico de origem e fecundidade que independe da escolaridade da própria mulher. Ao contrário do que prevíamos, no entanto, essa relação pôde ser identificada também no ano de 1996, embora a direção da relação fosse invertida.

De maneira geral, os resultados supracitados sugerem que uma parte não negligenciável da relação entre fecundidade e status socioeconômico de origem se daria em função da atuação independente da classe social em que a mulher nasceu na

fecundidade. Além da já mencionada transmissão intergeracional de normas e valores associadas ao comportamento reprodutivo, outra hipótese que explicaria esse fenômeno é a atuação de instituições sociais, como a religião, mídia e outros sistemas de socialização típicos da classe socioeconômica de origem na formação das preferências reprodutivas e na capacidade de implementá-las.

Uma outra hipótese para explicar a persistência de diferenças na parturição quando analisadas as variáveis *proxi* de status socioeconômico de origem seria a existência de uma estratificação interna aos níveis de ensino analisados. Essa estratificação levaria mulheres de diferentes status socioeconômicos de origem a alcançarem diferentes retornos a partir de um dado nível de escolarização e, conseqüentemente, enfrentarem diferentes custos e obterem recursos distintos para a maternidade.

Nesse caso, em vez de uma atuação direta do status socioeconômico de origem na fecundidade, os resultados seriam explicados pela incapacidade dos níveis de ensino analisados em equalizar os indivíduos do ponto de vista socioeconômico. A literatura clássica sobre a estratificação corrobora essa hipótese, embora os autores não a tenham estendido para os efeitos da fecundidade: Bourdieu (1988), por exemplo, postula que os filhos das elites sofreriam menos os efeitos da desvalorização da formação decorrente da popularização dos cursos superiores em função de uma espécie de *habitus* de classe, que garantia privilégios aos indivíduos de status socioeconômico independentemente do nível de ensino.

Lucas (2001), apresentando a hipótese de *Effectively Maintained Inequality*, preconiza que a manutenção das vantagens por grupo social se daria através da qualidade e tipo de ensino ofertado, o que geraria conseqüências no acesso ao mercado de trabalho. Estudos realizados no contexto nacional também suportam a referida hipótese ao identificarem diferenças qualitativas do ensino (Carvalho e Ribeiro, 2019; Marteleto et. Al, 2012; Beltrão e Teixeira, 2004) por grupos socioeconômicos. Estudos prévios identificaram, por exemplo, que em cursos mais tradicionais, como medicina, engenharia e direito, há uma sobre representação de homens, brancos e filhos de pais com formação em ensino superior (Rodrigues, 2023).

Com base nas hipóteses de existência de uma estratificação interna aos níveis de ensino analisados, esperar-se-ia que as mulheres com menor propensão de concluir o ensino médio ou ingressarem no ensino superior fossem aquelas em que observaríamos

os menores efeitos na parturição se comparadas aos seus pares (hipótese 2 da tese). Essa hipótese pôde ser parcialmente corroborada, já que, na maior parte das amostras analisadas, o efeito linear que indica distinções entre as mulheres de diferentes propensões apresenta uma magnitude pouco expressiva. Esse resultado corrobora o papel central da escolaridade na transformação do comportamento reprodutivo, não obstante se conheça a potencial atuação dos efeitos de seleção associados, por exemplo, à uma orientação mais voltada à carreira ou à formação de família nas transições educacionais.

No que tange especificamente a essa relação entre status socioeconômico de origem e fecundidade que é mediada pela escolaridade, resultados de estudos prévios, como o de Conceição (2009), ressaltam que a correlação entre escolaridade dos pais e dos filhos – uma espécie da transmissão de status socioeconômico - é um fator importante para explicar a repetição de padrões de fecundidade ao longo das gerações. Nesse sentido, corroborando a hipótese de desigualdade maximamente mantida (Raftery & Hout, 1993), os resultados dos modelos logits apresentados no presente estudo indicam que variáveis como status sócio-ocupacional e escolaridade dos pais são altamente correlacionadas com o ingresso nos níveis de ensino médio e superior. As regressões de Poisson indicam ainda um alto poder explicativo da escolaridade da mulher para modelar a parturição mesmo quando consideradas variáveis de status socioeconômico de origem e status socioeconômico atual.

Esses resultados sugerem que, embora a classe social de origem seja um forte preditor do alcance educacional, quando transpostas as barreiras de classe para acessar os níveis de ensino médio e superior, a escolaridade das próprias mulheres torna-se um importante preditor para modelar a fecundidade. Sob a ótica da perspectiva econômica clássica, esse resultado pode ser atribuído à posição que as mulheres adquirem no mercado de trabalho a partir da escolarização e o conseqüente aumento o custo de oportunidade de ter um filho (Becker 1991). Os resultados sugerem, no entanto, que tanto o ensino médio quanto o ensino superior atuem como mecanismos de redução da fecundidade de forma independente do status socioeconômico atual da mulher, já que as variáveis de escolaridade permanecem com efeitos expressivos mesmo quando os modelos de poisson são controlados pela renda familiar e pela ocupação atual da mulher.

Acredita-se, nesse sentido, que a educação tenha um impacto significativo no empoderamento dessas mulheres, desenvolvendo habilidades de comunicação, negociação e assertividade para expressar suas preferências reprodutivas dentro de

relacionamentos e em contextos familiares. Desse modo, as mulheres exerceriam maior controle sobre suas vidas e decisões reprodutivas. Os resultados de estudos como o de Channon & Harper (2019) corroboram essa hipótese ao apresentarem uma maior chance de igualar sua fecundidade observada e desejada por parte das mulheres mais escolarizadas. Como limitação a essa análise, menciona-se a impossibilidade de estabelecer uma relação causal entre as variáveis analisadas, uma vez que os resultados podem ser explicados pelo efeito de seleção: mulheres com menos filhos teriam uma maior propensão de atingirem maiores níveis de escolaridade e status sócio-ocupacionais. Em alguma medida, essa relação inversa é corroborada pelos resultados dos logits que apontaram para um menor alcance educacional, em média, por parte de mães adolescentes.

Levando em conta as possíveis formas como o status socioeconômico de origem se correlaciona com a fecundidade e a aparente mudança no perfil de ingressantes no ensino superior em função da expansão educacional, testou-se a terceira hipótese do estudo, de existência de um efeito de composição para explicar a queda da parturição média nos grupos de ensino médio e superior entre 1996 e 2014. Os resultados sugerem a existência de um efeito de composição que atuaria de modo a atenuar a queda da fecundidade nos grupos de ensino médio e superior. Nesse sentido, resultados de estudos como os de Rios-Neto, Miranda-Ribeiro e Miranda-Ribeiro (2018) e Rios-Neto e Guimarães (2014), que apontam para uma aparente convergência na fecundidade por grupos educacionais ao longo do tempo, podem retratar, pelo menos em partes, uma convergência em função da diversificação do perfil de ingressantes nos níveis de ensino mais altos. Os novos perfis de ingressantes teriam uma fecundidade mais alta e atenuariam o padrão de queda nesses grupos educacionais, potencializando o padrão de convergência supracitado. Neste caso, reconhece-se a limitação de que a própria composição por escolaridade e status sócio-ocupacional dos pais se transformou ao longo do tempo, indicando, por exemplo, um aumento da escolarização.

Conclui-se que algumas medidas são necessárias para garantir um acesso mais equitativo ao ensino médio e superior, além da manutenção e ampliação das políticas públicas já existentes. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de políticas que foquem não apenas no mero acesso a um dado nível de ensino, mas que busquem equalizar características qualitativas do ensino entre os grupos socioeconômicos. Além disso, faz-se relevante estabelecer políticas que ofereçam suporte financeiro, emocional e

psicossocial para as mulheres que buscam conciliar a maternidade com a escolarização, com destaque para as mães adolescentes. Esse suporte poderia ocorrer, por exemplo, por meio de orientação individual ou em grupo, aconselhamento e programas de apoio social.

Destaca-se, por fim, que os tópicos analisados na presente tese suscitam discussões sobre padrões de escolaridade e fecundidade no futuro. Em projeções em que se considera um aumento expressivo do ensino superior, por exemplo, as análises devem considerar que não necessariamente haverá uma convergência no padrão reprodutivo interno a esse nível de ensino, o que pode atenuar o padrão projetado de queda da fecundidade. Por outro lado, embora os resultados da tese sugiram uma estratificação interna a esse nível de ensino, as análises revelam que a escolaridade da própria mulher é permanente como um fator relevante para explicar os padrões de comportamento reprodutivo, o que corroboraria uma diminuição expressiva das taxas de fecundidade. Nesse sentido, destaca-se a importância de medidas que permitam, simultaneamente, que as mulheres implementem suas preferências reprodutivas e que alcancem suas expectativas educacionais e ocupacionais.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGEBAILLE, Eveline. A expansão escolar em reconfiguração. **Revista contemporânea de educação**. 8.15 (2013): 200-218.
- ALVARENGA, Fernanda Rassi. **Métodos contraceptivos e intenções reprodutivas em universitárias da área da saúde da Universidade de Rio Verde, Goiás**. (2022).
- ANDERTON, Douglas L., et al. **Intergenerational transmission of relative fertility and life course patterns**. *Demography* (1987): 467-480.
- ANDRADE, Chittaranjan. The P value and statistical significance: misunderstandings, explanations, challenges, alternatives. **Indian journal of psychological medicine** 41.3 (2019): 210-215.
- APPLETON, Simon. **How Does Female Education Affect Fertility? A Structural Model For The Côte D'ivoire**. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**. 58.1 (1996): 139-166.
- ARBACHE, Jorge Saba, AND João Alberto de Negri. **Diferenciais de salários interindustriais no Brasil: evidências e implicações**. (2002).
- BARBER, Jennifer S. **Intergenerational influences on the entry into parenthood: Mothers preferences for family and nonfamily behavior**. *Social forces* 79.1 (2000): 319-348.
- BARROS, Ricardo. **Inequality and Children's Schooling Attainment. Opportunity foregone: education in Brazil**. (1996): 337.
- BARROS, Suzane Carvalho da Vitória, AND Luciana Mourão. **Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade**. *Psicologia & Sociedade* 30 (2018): e174090.
- BASU, Alaka Malwade. **Why does education lead to lower fertility? A critical review of some of the possibilities**. *World Development*. 30.10 (2002): 1779-1790.
- BEAN, Frank D., AND Gray Swicegood. **Intergenerational occupational mobility and fertility: A reassessment**. *American Sociological Review* (1979): 608-619.
- BECKER, Gary S. A Theory of the Allocation of Time. **The economic journal**. 75.299 (1965): 493-517.
- BECKER, Gary S., AND H. Gregg Lewis. On the interaction between the quantity and quality of children. **Journal of political Economy**. 81.2, Part 2 (1973): S279-S288.
- BECKER, Gary S., William HJ Hubbard, AND Kevin M. Murphy. Explaining the worldwide boom in higher education of women. **Journal of Human Capital**. 4.3 (2010): 203-241.

BELL, Daniel. **The coming of the post-industrial society**. The Educational Forum. Vol. 40. No. 4. Taylor & Francis Group, 1976.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami, AND José Eustáquio Diniz Alves. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa** 39 (2009): 125-156.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami, AND Moema de Poli Teixeira. **O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira: uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000**. (2004).

BERCOVICH, Alicia, AND Felicia Madeira. **Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo**. Anais (2016): 595-631.

BERENT, Jerzy. **Fertility and social mobility**. Population Studies 5.3 (1952): 244-260.

BERNARDI, Fabrizio, AND Gabriele Ballarino, eds. **Education, occupation and social origin: A comparative analysis of the transmission of socio-economic inequalities**. Edward Elgar Publishing, 2016.

BERNARDI, Laura, AND R. Scott. **The intergenerational transmission of fertility. Emerging Trends in the social and Behavioral Sciences**. Wiley Online Library. <https://doi.org/10.1002/9781118900772> (2016).

BIJAK, Jakub. **P-values, theory, replicability, and rigour**. Demographic Research. 41 (2019): 949-952.

BILLINGSLEY, Sunnee, AND Anna Matysiak. **Social mobility and family expansion in Poland and Russia during socialism and capitalism**. Advances in Life Course Research 36 (2018): 80-91.

BILLINGSLEY, Sunnee. **Whose Intragenerational Social Mobility Influences Fertility Behavior: Fathers or Mothers?** PAA 2017 Annual Meeting. PAA, 2017.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. 13.32 (2020): 53.

BLAU, Peter M. **Social mobility and interpersonal relations**. American Sociological Review 21.3 (1956): 290-295.

BLAU, Peter M., AND Otis Dudley Duncan. **The American Occupational Structure**. (1967).

BONGAARTS, John. **Completing the fertility transition in the developing world: The role of educational differences and fertility preferences**. Population Studies. 57.3 (2003): 321-335.

BOURDIEU, Pierre. **La Distincion**. Madrid: Taurus, 1988.

BOYD, Monica. **Occupational mobility and fertility in metropolitan Latin America.** *Demography* 10.1 (1973): 1-17.

BOYD, Robert L. **Educational mobility and the fertility of black and white women.** *Population Research and Policy Review*. 13.3 (1994): 275-281.

BRAND, Jennie E., AND Dwight Davis. **The impact of college education on fertility: Evidence for heterogeneous effects.** *Demography*. 48.3 (2011): 863-887.

BREEN, Richard; Jan O. Jonsson. **Analyzing educational careers: A multinomial transition model.** *American Sociological Review*. (2000): 754-772.

BREEN, Richard, AND Jan O. Jonsson. Explaining change in social fluidity: educational equalization and educational expansion in twentieth-century Sweden. **American Journal of Sociology** 112.6 (2007): 1775-1810.

BREEN, Richard; Luijkx, Ruud. Social mobility and education: a comparative analysis of period and cohort trends in Britain and Germany. **From Origin to Destination: Trends and Mechanisms in Social Stratification Research.** Campus Verlag, 2007. 102-124.

BRITO, Murillo Marschner Alves De. Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa** 47.163 (2017): 224-263.

BÜHLER, Christoph; Philipov, Dimitar. **Social capital related to fertility: Theoretical foundations and empirical evidence from Bulgaria.** *Vienna Yearbook of Population Research* (2005): 53-81.

BYRNE, Delma; McCoy, Selina. Effectively maintained inequality in educational transitions in the Republic of Ireland. **American Behavioral Scientist**. 61.1 (2017): 49-73.

CALDWELL, J. C. Mass education as a determinant of the timing of fertility decline. **Population and Development Review** (1980): 225-255.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional.** *Tempo Social* 31 (2019): 195-233.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação** 18 (2013): 761-776.

CASTERLINE, JOHN B., AND JENNIFER ADAMS MENDOZA. Unwanted fertility in Latin America: historical trends, recent patterns. **Demographic Transformations and Inequalities in Latin America: Historical Trends and Recent Patterns.** Rio de Janeiro: Alap (2009): 193-218.

CHANG, MITCHELL J., et al., eds. **Compelling Interest: Examining the Evidence on Racial Dynamics in Colleges and Universities.** Stanford University Press, 2003.

CHANNON, Melanie Dawn, and Sarah HARPER. **Educational differentials in the realisation of fertility intentions: Is sub-Saharan Africa different?** PLoS ONE 14.7 (2019): e0219736.

CHAVES, Miguel, and César MORAIS. **Nivelação e desigualdade na inserção profissional de diplomados do ensino superior.** Sociologia, Problemas e Práticas 76 (2014): 87-108.

CHAVES, Miguel, and César MORAIS. **Nivelação e desigualdade na inserção profissional de diplomados do ensino superior.** Sociologia, Problemas e Práticas 76 (2014): 87-108.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob, and Nelson Cardoso AMARAL. Política de expansão da educação superior no Brasil-o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educação em Revista.** 32 (2016): 49-72.

CLELAND, John, and Christopher WILSON. **Demand theories of the fertility transition: An iconoclastic view.** Population Studies 41.1 (1987): 5-30.

COALE, Ansley J., and Norfleet W. RIVES. **A statistical reconstruction of the black population of the United States 1880-1970: Estimates of true numbers by age and sex, birth rates, and total fertility.** Population Index (1973): 3-36.

COLEMAN, James S. **Equal schools or equal students?** The Public Interest 4 (1966): 70.

CORBUCCI, Paulo Roberto, Luis Claudio KUBOTA, and Ana Paula Barbosa MEIRA. **Evolução da educação superior privada no Brasil: Da reforma universitária de 1968 à década de 2010** (2016).

CORTI, Ana Paula. **Ensino Médio em São Paulo: A expansão das matrículas nos anos 1990.** Educação e Realidade 41.1 (2016): 41-68.

CUNHA, L.A. **Ensino superior e universidade no Brasil.** In: Lopes, E.M.T., Faria Filho, C.G.V. (org.). 500 anos de Educação no Brasil. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.151- 204.

DA CONCEIÇÃO CHAGAS DE ALMEIDA, Maria, and Estela ML AQUINO. **The role of education level in the intergenerational pattern of adolescent pregnancy in Brazil.** International Perspectives on Sexual and Reproductive Health (2009): 139-146.

DA SILVA, Ianca Almeida. **Transição escola-trabalho: Uma análise da influência da origem social sobre a inserção laboral dos jovens no Brasil.** Diss. [sn], 2022.

DAVIS, Kingsley. **The theory of change and response in modern demographic history.** Population Index 29.4 (1963): 345-366.

DE ABREU MELO, Antônio Lucas. **A qualidade do trabalho e a sobre-educação na economia compartilhada, Brasil (2012-2020)** (2021).

DE ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: A paixão pelo possível**. Editora Unesp, 2022.

DE BARROS, Ricardo Paes, and David LAM. **Desigualdade de renda, desigualdade em educação e escolaridade das crianças no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico 23.2 (1993).

DE CAMARGO, Arlete Maria Monte, and Israel Martins ARAÚJO. **Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: Perspectivas governamentais em debate**. Acta Scientiarum. Education 40.1 (2018): 1-11.

DE CARVALHO, Angelita Alves, Laura Lída Rodríguez WONG, and Paula Miranda RIBEIRO. Discrepant Fertility in Brazil: An analysis of women who have fewer children than desired (1996 and 2006). **Revista Latinoamericana de Población**. (2016).

DE GRAAF, Paul M., and Matthijs KALMIJN. **Trends in the intergenerational transmission of cultural and economic status**. Acta Sociologica 44.1 (2001): 51-66.

DE MIRANDA-RIBEIRO, Adriana, and Ricardo Alexandrino GARCIA. **Transition or transitions? Analyzing the fertility decline in Brazil in the light of educational levels**. Revista Latinoamericana de Población 7.13 (2013): 91-106.

DIEKMANN, Andreas, and Henriette ENGELHARDT. **The social inheritance of divorce: Effects of parent's family type in postwar Germany**. American Sociological Review (1999): 783-793.

DUNCAN, Otis Dudley. **Occupation trends and patterns of net mobility in the United States**. Demography 3.1 (1966): 1-18.

EASTERLIN, Richard A. **Relative economic status and the American fertility swing**. Family Economic Behavior (1973): 170-223.

ELDER, Glen H., Monica Kirkpatrick JOHNSON, and Robert CROSNOE. **The emergence and development of life course theory**. Springer US, 2003.

ESTEVE PALÓS, Albert, and Elizabeth FLOREZ-PAREDES. **Edad a la primera unión y al primer hijo en América Latina: Estabilidad en cohortes más educadas**. Notas de Población (2014).

ESTEVE, Albert, Luis Ángel LÓPEZ-RUIZ, and Jeroen SPIJKER. **Disentangling how educational expansion did not increase women's age at union formation in Latin America from 1970 to 2000**. Demographic Research 28 (2013): 63-76.

FERREIRA, Juliana Carvalho, and Cecilia Maria PATINO. What does the p value really mean? **Jornal Brasileiro de Pneumologia**. 41.5 (2015): 485.

FERREIRA, Sergio Guimarães. **Do borrowing constraints decrease intergenerational mobility? Evidence from Brazil** (2003).

FRANKEMA, Ewout. The expansion of mass education in twentieth century Latin America: A global comparative perspective. **Revista de História. Economica-Journal of Iberian and Latin American Economic History** 27.3 (2009): 359-396.

GERBER, Theodore P., and Sin Yi CHEUNG. **Horizontal stratification in postsecondary education: Forms, explanations, and implications.** *Annual Review of Sociology* 34.1 (2008): 299-318.

GOLDSCHIEDER, Calvin, and Peter R. UHLENBERG. Minority group status and fertility. **American Journal of Sociology.** 74.4 (1969): 361-372.

GOLDTHORPE, John. **The myth of education-based meritocracy.** *New Economy* 10.4 (2003): 234-239.

GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: Desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino.** *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 15 (2008): 117-132.

HOFFERTH, Sandra L. Kin networks, race, and family structure. **Journal of Marriage and the Family.** (1984): 791-806.

HOUT, Michael. More universalism, less structural mobility: The American occupational structure in the 1980s. **American Journal of Sociology.** 93.6 (1988): 1358-1400.

HUTCHINSON, Bertram. **Fertility, social mobility and urban migration in Brazil.** *Population Studies* 14.3 (1961): 182-189.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior do ano de 2014.**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior do ano de 2010.**

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **Mobilidade social e estratégias reprodutivas no Brasil de finais do século XX.** *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos* 1.1 (2012): 33-51.

JACKSON, Michelle, et al. Educational fields of study and the intergenerational mobility process in comparative perspective. **International Journal of Comparative Sociology.** 49.4-5 (2008): 369-388.

JEJEEBHOY, Shireen J. **Women's education, autonomy, and reproductive behaviour: Experience from developing countries.** OUP Catalogue (1995).

JIANG, Leiwen, and Karen HARDEE. Women's education, family planning, or both? Application of multistate demographic projections in India. *International Journal of Population Research.* 2014 (2014).

JOHNSON, Nan E. Minority-group status and the fertility of black Americans, 1970: A new look. **American Journal of Sociology**. 84.6 (1979): 1386-1400.

KAHN, Joan R., and Kay E. ANDERSON. **Intergenerational patterns of teenage fertility**. *Demography* 29.1 (1992): 39-57.

KARLSON, Kristian Bernt. **College as equalizer? Testing the selectivity hypothesis**. *Social Science Research* 80 (2019): 216-229.

KASARDA, John D., and John OG BILLY. **Social mobility and fertility**. *Annual Review of Sociology* (1985): 305-328.

KASARDA, John D., and John OG BILLY. **Social mobility and fertility**. *Annual Review of Sociology* (1985): 305-328.

LAM, David, Guilherme SEDLACEK, and Suzanne DURYEYEA. **Increase in women's education and fertility decline in Brazil**. *Anais* (2016): 89-118.

LIEFBROER, Aart C., and Cees H. ELZINGA. **Intergenerational transmission of behavioural patterns: How similar are parents' and children's demographic trajectories?** *Advances in Life Course Research* 17.1 (2012): 1-10.

LONG, Mark C. **Changes in the returns to education and college quality**. *Economics of Education Review* 29.3 (2010): 338-347.

LUCAS, Samuel R. Effectively maintained inequality: Education transitions, track mobility, and social background effects. **American Journal of Sociology**. 106.6 (2001): 1642-1690.

MACIEL, Paulo Henrique Freitas. **Contradições da expansão do ensino superior brasileiro por meio do REUNI, FIES e PROUNI** (2021).

MANCEBO, Deise, and Andréa Araújo do VALE. **Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: O caso da Unesa**. *Educação & Sociedade* 34 (2013): 81-98.

MANCEBO, Deise, Andréa Araujo VALE, and Tânia Barbosa MARTINS. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**. 20 (2015): 31-50.

MARE, Robert D. **Social background composition and educational growth**. *Demography* 16.1 (1979): 55-71.

MARTELETO, Leticia J., Flavio CARVALHAES, and Celia HUBERT. **Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México**. *Revista Brasileira de Estudos de População* 29 (2012): 277-302.

MARTELETO, Leticia, Murillo MARSCHNER, and Flávio CARVALHAES. **Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil**. *Research in Social Stratification and Mobility* 46 (2016): 99-111.

- MARTELETO, Letícia, Murillo MARSCHNER, and Flávio CARVALHAES. **Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil.** *Research in Social Stratification and Mobility* 46 (2016): 99-111.
- MARTIN, Teresa Castro. **Women's education and fertility: Results from 26 Demographic and Health Surveys.** *Studies in Family Planning* (1995): 187-202.
- MARTINS, Bibiana Volkmer, and Sidinei Rocha de OLIVEIRA. **Qualificação profissional, mercado de trabalho e mobilidade social: Cursos superiores de tecnologia.** *Sociedade, Contabilidade e Gestão* 12.2 (2017).
- MILLER, Warren B. **Personality traits and developmental experiences as antecedents of childbearing motivation.** *Demography* 29.2 (1992): 265-285.
- MOEN, Phyllis, Mary Ann ERICKSON, and Donna DEMPSTER-McCLAIN. Their mother's daughters? The intergenerational transmission of gender attitudes in a world of changing roles. **Journal of Marriage and the Family** (1997): 281-293.
- MONT'ALVÃO NETO, Arnaldo Lopo. **Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010.** *Educação & Sociedade* 35 (2014): 417-441.
- MORTIMORE, Peter, et al. **School matters.** Univ of California Press, 1988.
- MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: Dualidade histórica e perspectivas de integração.** *Holos* 2 (2007): 4-30.
- MURPHY, Mike, and Duolao WANG. **The impact of intergenerationally-transmitted fertility and nuptiality on population dynamics in contemporary populations.** *The Biodemography of Human Reproduction and Fertility* (2003): 209-228.
- MUSICK, Kelly, et al. **Education differences in intended and unintended fertility.** *Social Forces* 88.2 (2009): 543-572.
- NARITA, Renata, and Maria Dolores Montoya DIAZ. **Teenage motherhood, education, and labor market outcomes of the mother: Evidence from Brazilian data.** *Economia* 17.2 (2016): 238-252.
- NATHAN, Mathías, Ignacio PARDO, and Wanda CABELLA. **Diverging patterns of fertility decline in Uruguay.** *Demographic Research* 34 (2016): 563-586.
- NOTESTEIN, Frank W. **International population readjustments.** *Proceedings of the Academy of Political Science* 21.2 (1945): 94-102.
- OLIVEIRA, Maria Coleta, and Joice Melo VIEIRA. Gravidez na adolescência e bem-estar infantil: Evidências para o Brasil em 2006. **Revista Latinoamericana de Población.** 4.6 (2010): 11-39.
- PARDO, Ignacio, Wanda CABELLA, and Mathias NATHAN. Life-course trajectories of childless women in Uruguay. **Revista Brasileira de Estudos de População.** 37 (2020).

PLOWDEN, Bridget. **'Plowden' Twenty Years On.** Oxford Review of Education 13.1 (1987): 119-124.

POTTER, Joseph E., et al. **Mapping the timing, pace, and scale of the fertility transition in Brazil.** Population and Development Review 36.2 (2010): 283-307.

POWERS, Daniel A., et al. **Race/ethnic differences and age-variation in the effects of birth outcomes on infant mortality in the US.** Demographic Research 14 (2006): 179-216.

RAFTERY, Adrian E., and Michael HOUT. **Maximally maintained inequality: Expansion, reform, and opportunity in Irish education, 1921-75.** Sociology of Education (1993): 41-62.

RIBAR, David C. The socioeconomic consequences of young women's childbearing: Reconciling disparate evidence. **Journal of Population Economics.** 12.4 (1999): 547-565.

RIOS-NETO, Eduardo LG, Adriana MIRANDA-RIBEIRO, and Paula MIRANDA-RIBEIRO. **Fertility differentials by education in Brazil: From the conclusion of fertility to the onset of postponement transition.** Population and Development Review (2018): 489-517.

RIOS-NETO, Eduardo LG, and RR de M. GUIMARÃES. **The educational gradient of low fertility in Latin America.** ANNUAL MEETING OF POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA. Anais...Boston, MA: PAA. 2014.

RODRIGUES, Leonardo. **Estratificação Horizontal do Ensino Superior Brasileiro e as Profissões Imperiais: Os Concluintes de Medicina, Engenharia e Direito entre 2009 e 2017.** Dados 67 (2023): e20210118.

RODRÍGUEZ-VIGNOLI, Jorge, and Suzana CAVENAGHI. **Adolescent and youth fertility and social inequality in Latin America and the Caribbean: What role has education played?** Genus 70.1 (2014): 1-25.

ROSEMBERG, Flúvia. Educação e gênero no Brasil. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.** 11 (1994).

ROSERO-BIXBY, Luis, Teresa CASTRO-MARTÍN, and Teresa MARTÍN-GARCÍA. **Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing?.** Demographic Research 20 (2009): 169-194.

ROSSETTO, Cristina B., and Flávio de Oliveira GONÇALVES. **Equidade na Educação Superior no Brasil: Uma análise multinomial das políticas públicas de acesso.** Dados 58 (2015): 791-824.

SALATA, Andre, and Sin Yi CHEUNG. **Positional education and intergenerational status transmission in Brazil.** Research in Social Stratification and Mobility 77 (2022): 100671.

- SALATA, André. **Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: Redução nas desigualdades de acesso?** Tempo Social 30 (2018): 219-253.
- SCHEIBE, Leda. **Educação básica no Brasil: Expansão e qualidade.** Retratos da Escola 8.14 (2014): 101-113.
- SCHWARTZMAN, Luisa Farah. **Does money whiten? Intergenerational changes in racial classification in Brazil.** American Sociological Review 72.6 (2007): 940-963.
- SENKEVICS, Adriano Souza, and Ursula Mattioli MELLO. **O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas?.** Cadernos de Pesquisa 49.172 (2019): 184-208.
- SENKEVICS, Adriano Souza, Taís de SantAnna MACHADO, and Adolfo Samuel de OLIVEIRA. **A Cor ou Raça nas Estatísticas Educacionais.** Textos para discussão 41 (2016): 52-52.
- SHAVIT, Yossi, and Karin WESTERBEEK. **Reforms, expansion, and equality of opportunity.** European Sociological Review 14.1 (1998): 33-47.
- SILVA, Nelson do Valle, and Carlos HASENBALG. **Recursos familiares e transições educacionais.** Cadernos de Saúde Pública 18 (2002): S67-S76.
- SIMÃO, Andréa Branco, Raquel Zanatta COUTINHO, and Gilvan Ramalho GUEDES. **Desejo por filhos entre mulheres de alta escolaridade: conflitos, mudanças e permanências.** Revista Brasileira de Estudos de População. 37 (2020): e0123.
- SOARES, Sergei. **A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007.** As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 (2008): 97-117.
- STEVENS, Gillian. **Social mobility and fertility: Two effects in one.** American Sociological Review (1981): 573-585.
- THORNTON, Arland. **Influence of the marital history of parents on the marital and cohabitational experiences of children.** American Journal of Sociology. 96.4 (1991): 868-894.
- TIEN, H. Yuan. **Social Mobility and Controlled Fertility, Family and Structure of the Australian Academic Elite.** College and University Press, in Collaboration with the Australian National University, Canberra, CT, Australia, 1965.
- TOMKINSON, John. **Age at first birth and subsequent fertility.** Demographic Research 40 (2019): 761-798.
- TORCHE, Florencia. **Economic crisis and inequality of educational opportunity in Latin America.** Sociology of education 83.2 (2010): 85-110.
- TORCHE, Florencia. **Is a college degree still the great equalizer? Intergenerational mobility across levels of schooling in the United States.** American journal of sociology. 117.3 (2011): 763-807.

TREIMAN, Donald J. **Industrialization and social stratification**. *Sociological inquiry* 40.2 (1970): 207-234.

UCZAK, Lucia Hugo, Liane Maria BERNARDI, and Alexandre José ROSSI. **O governo Temer e a asfixia dos processos de democratização da educação**. *Educação* 45 (2020): 1-23.

URDINOLA, B. Piedad, and Carlos OSPINO. **Long-term consequences of adolescent fertility: The Colombian case**. *Demographic research* 32 (2015): 1487-1518.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**. 16 (2011): 149-163.

VIEIRA, Joice Melo. **Mobilidade educacional intergeracional e formação de família: uma aproximação a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014** (2020). IX Congresso da Associação Latino-americana de População.

WESTOFF, Charles F. **The changing focus of differential fertility research: the social mobility hypothesis**. *The Milbank Memorial Fund Quarterly* 31.1 (1953): 24-38.

XAVIER, Flavia Pereira, and Jorge Alexandre Barbosa NEVES. Social structure and intergenerational transmission of status: a hierarchical analysis. **Revista Brasileira de Estudos de População**. 29 (2012): 259-275.

YANG, Yang, and S. Philip MORGAN. **How big are educational and racial fertility differentials in the US?** *Social biology* 50.3-4 (2003): 167-187.

ZUANNA, Gianpiero Dalla. **Social mobility and fertility**. *Demographic Research* 17 (2007): 441-464.

APÊNDICE 1

Modelos de poisson considerando a escolaridade da mãe

Estimativa dos parâmetros do modelo Poisson para número de filhos de mulheres de 25 a 29 anos de ensino fundamental completo, médio incompleto e completo nos anos de 1996 (n=2.524) e 2014 (n=912)

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Constante	0,17***	0,33	0,02***	0,66	0,20***	0,33	0,05***	0,66	0,34***	0,34	0,18**	0,71
Idade	1,07***	0,01	1,13***	0,02	1,07***	0,01	1,12***	0,02	1,07***	0,01	1,10***	0,02
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	1,01	0,09	1,23**	0,12	1,01	0,09	1,22**	0,12	0,88	0,09	0,97	0,12
Parda e Indígena	1,12***	0,04	1,43***	0,07	1,12***	0,04	1,42***	0,07	0,95	0,04	1,13*	0,08
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Médio Incompleto	1,00	0,07	0,77**	0,10	1,06	0,07	0,82***	0,10	1,22***	0,07	0,86	0,10
Médio Completo	0,98	0,07	0,82*	0,11	1,06	0,07	0,89	0,11	1,33***	0,07	0,91	0,11
Superior	0,98	0,15	0,91	0,23	1,08	0,15	1,01	0,23	1,36**	0,15	1,02	0,23
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	0,99	0,05	1,06	0,13	0,98	0,05	1,02	0,13	0,97	0,05	1,11	0,14
Entre 5 a 9 anos	1,06	0,06	1,27	0,11**	1,06	0,06	1,22*	0,12	1,03	0,06	1,23*	0,12
Dez anos ou mais	1,02	0,04	1,15	0,09	1,01	0,04	1,16*	0,09	1,00	0,04	1,19**	0,09
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)												
Urbano	-	-	1,01	0,08	-	-	1,02	0,08	-	-	1,13	0,09
Escolaridade (Ref. Fundamental completo/médio incompleto)												
Ensino médio completo	-	-	-	-	0,74***	0,03	0,61***	0,08	0,91**	0,04	0,70***	0,08
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,88	0,08	0,65**	0,17

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	0,92	0,07	0,71**	0,16
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	-	0,99	0,07	0,79	0,17
Renda domiciliar per capta (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)												
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,75***	0,04	0,76***	0,12
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	0,57***	0,05	0,62***	0,12
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,39***	0,06	0,37***	0,14
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	0,23***	0,12	0,20***	0,29
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,15***	0,21	0,20***	0,52
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,06***	0,36	0,29**	0,59

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Estimativa dos parâmetros do modelo Poisson para número de filhos de mulheres de 30 a 34 anos de ensino fundamental completo, médio incompleto e completo nos anos de 1996 (n=2.884) e 2014 (n=892)

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Constante	0,32***	0,32	0,12***	0,68	0,32***	0,32	0,16***	0,68	0,54**	0,33	0,30*	0,71
Idade	1,05***	0,01	1,07***	0,02	1,05***	0,01	1,07***	0,02	1,04***	0,01	1,07***	0,02
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	1,02	0,07	0,89	0,11	1,02	0,07	0,86	0,11	0,90	0,07	0,77**	0,11
Parda e Indígena	1,08***	0,03	1,05	0,06	1,07**	0,03	1,03	0,06	0,96	0,03	0,92	0,06
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Médio Incompleto	0,95	0,05	0,93	0,09	0,99	0,05	0,98	0,09	1,10*	0,05	0,99	0,09
Médio Completo	0,85**	0,07	1,09	0,09	0,90	0,07	1,15	0,09	1,04	0,07	1,13	0,09
Superior	0,68**	0,15	0,96	0,26	0,73**	0,15	1,00	0,26	1,12	0,15	1,01	0,26
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	0,96	0,05	1,03	0,14	0,97	0,05	1,06	0,14	0,96	0,05	1,04	0,14
Entre 5 a 9 anos	0,99	0,05	0,86	0,13	0,99	0,05	0,87	0,13	0,97	0,05	0,91	0,13
Dez anos ou mais	1,05*	0,03	1,00	0,08	1,05	0,03	1,00	0,08	1,05	0,03	1,04	0,08
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)												
Urbano	-	-	1,05	0,08	-	-	1,04	0,08	-	-	1,13	0,08
Escolaridade (Ref. Fundamental completo/médio incompleto)												
Ensino médio completo	-	-	-	-	0,83***	0,03	0,63***	0,07	0,96	0,03	0,73***	0,08
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,94	0,06	0,75***	0,16
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	0,95	0,05	0,72**	0,16
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	-	0,98	0,05	0,74***	0,16

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)												
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,79***	0,04	0,86	0,11
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	0,65***	0,04	0,65***	0,11
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,55***	0,05	0,41***	0,12
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	0,33***	0,10	0,36***	0,18
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,24***	0,14	0,22***	0,30
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,54***	0,41	0,21***	0,51

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Estimativa dos parâmetros do modelo Poisson para número de filhos de mulheres de 25 a 29 anos de ensino médio completo e ensino superior (completo e incompleto) nos anos de 1996 (n=1.855) e 2014 (n=1.477)

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Constante	0,78***	0,44	0,72***	0,64	0,08***	0,45	0,03***	0,65	0,17***	0,45	0,11***	0,69
Idade	1,09***	0,02	1,11***	0,02	1,09***	0,02	1,11***	0,02	1,09***	0,02	1,10***	0,02
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	0,87	0,15	1,29**	0,12	0,83	0,15	1,18	0,12	0,77*	0,15	0,90	0,13
Parda e Indígena	1,20***	0,05	1,44***	0,07	1,13**	0,05	1,32***	0,07	0,94	0,05	1,07	0,07
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Médio Incompleto	0,90	0,07	0,79**	0,09	1,02	0,08	0,83**	0,09	1,15*	0,08	0,94	0,09
Médio Completo	0,91	0,07	0,71***	0,09	1,03	0,07	0,88	0,09	1,31***	0,07	0,97	0,09

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Superior	0,87	0,10	0,47***	0,15	1,12	0,10	0,66***	0,15	1,28**	0,11	0,92	0,16
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	1,01	0,07	0,79*	0,14	1,01	0,07	0,84	0,14	0,95	0,07	0,93	0,14
Entre 5 a 9 anos	1,13	0,07	1,06	0,12	1,09	0,07	1,07	0,12	1,07	0,07	1,13	0,12
Dez anos ou mais	0,98	0,06	1,14	0,09	0,98	0,06	1,10	0,09	0,94	0,06	1,14	0,09
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)												
Urbano	-	-	0,88	0,09	-	-	0,94	0,09	-	-	1,06	0,09
Escolaridade (Ref. Ensino médio completo)												
Ensino superior completo	-	-	-	-	0,60***	0,07	0,45***	0,10	1,02	0,07	0,71	0,11
Ensino superior - evasão	-	-	-	-	0,90	0,11	1,02	0,14	1,10	0,11	1,29	0,14
Ensino superior em andamento	-	-	-	-	0,56***	0,11	0,57***	0,11	0,87	0,11	0,72	0,12
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,82**	0,08	0,78**	0,12
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	0,87	0,09	0,83	0,12
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	-	0,94	0,07	0,92	0,13
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)												
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,83***	0,07	0,74**	0,14
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	0,66***	0,07	0,59***	0,14
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,45***	0,08	0,36***	0,15
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	0,27***	0,11	0,22***	0,20
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,19***	0,14	0,14***	0,26
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,05***	0,24	0,12***	0,30

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Estimativa dos parâmetros do modelo Poisson para número de filhos de mulheres de 30 a 34 anos de ensino médio completo e ensino superior (completo e incompleto) nos anos de 1996 (n=2.482) e 2014 (n=1.461)

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Constante	0,17***	0,38	0,03***	0,63	0,17***	0,38	0,02***	0,63	0,39**	0,39	0,08***	0,65
Idade	1,06***	0,01	1,1***	0,02	1,07***	0,01	1,12***	0,02	1,05***	0,01	1,10***	0,02
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	1,00	0,10	0,93	0,11	0,95	0,10	0,86	0,11	0,86	0,10	0,75**	0,11
Parda e Indígena	1,10***	0,04	1,14**	0,06	1,06*	0,04	1,07	0,06	0,95	0,04	0,95	0,06
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Médio Incompleto	0,99	0,05	0,97	0,08	1,02	0,05	1,02	0,08	1,11**	0,05	1,07	0,08
Médio Completo	0,84***	0,05	0,84**	0,07	0,91*	0,05	1,00	0,07	1,09	0,05	1,05	0,07
Superior	0,81**	0,08	0,67***	0,12	0,92	0,08	0,91	0,12	1,21**	0,08	1,15	0,13
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	0,94	0,05	0,91	0,12	0,95	0,05	0,93	0,12	0,94	0,05	1,02	0,12
Entre 5 a 9 anos	1,00	0,06	0,98	0,10	1,00	0,06	0,99	0,10	0,98	0,06	1,02	0,10
Dez anos ou mais	1,03	0,04	0,99	0,07	1,02	0,04	1,00	0,07	1,04	0,04	1,03	0,07
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)												
Urbano	-	-	0,96	0,08	-	-	1,00	0,08	-	-	1,07	0,08
Escolaridade (Ref. Ensino médio completo)												
Ensino superior completo	-	-	-	-	0,76***	0,04	0,56***	0,07	1,07	0,05	0,81**	0,09
Ensino superior - evasão	-	-	-	-	0,90	0,07	0,83	0,14	1,05	0,07	1,10	0,14
Ensino superior em andamento	-	-	-	-	0,82**	0,09	0,76***	0,10	1,00	0,09	0,90	0,10
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.	Exp	Std.
	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.	(Coef)	Err.
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,90**	0,05	0,75***	0,09
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	0,91	0,06	0,80**	0,10
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	-	0,97	0,05	0,84*	0,10
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário- mínimo)	-	-	-	-	-	-	-	-				
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,82***	0,05	0,86	0,13
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	0,70***	0,05	0,64***	0,13
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,57***	0,05	0,45***	0,13
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	0,43***	0,08	0,37***	0,15
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,31***	0,09	0,37***	0,18
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,07***	0,17	0,37***	0,20

APÊNDICE 2

Compatibilização de códigos ocupacionais utilizados no estudo⁵

Status sócio-ocupacional	PNAD 2014 (Grande Grupo CBO 2002)	Códigos PNAD 1996
Alto	Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 50; 101; 102; 103; 104; 121; 123; 124; 125; 141; 142; 143; 144; 151; 152; 153; 154; 155; 156; 157; 158; 159; 160; 161; 171; 172; 173; 181; 182; 183; 201; 202; 203; 204; 205; 211; 212; 213; 214; 221; 231; 232; 233; 251; 261; 272; 279; 291; 292; 293; 711; 712; 721; 834; 861; 864; 801; 802; 803; 804; 805; 806; 807; 808; 813; 815; 821; 824
	Profissionais das ciências e das artes	40; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 61; 62; 63; 64; 65; 111; 112; 113; 131; 132; 133; 162; 163; 164; 165; 166; 167; 168; 191; 192; 193; 194; 215; 216; 217; 218; 219; 222; 241; 242; 243; 244; 271; 272; 273; 274; 275; 276; 278; 280; 282; 283; 301; 302; 571; 588; 601; 631; 632; 633; 634; 635; 636; 637; 638; 639; 640; 640; 641; 642; 643; 644; 645; 646; 761; 771; 772; 773; 774; 811; 831; 832; 833; 851; 852; 862; 863; 865;
Médio	Técnicos de nível médio	918
	Trabalhadores de serviços administrativos	918

⁵ A lista de significados dos códigos pode ser acessada na documentação da PNAD 1996, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=52592&view=detalhes>

Status sócio-ocupacional	PNAD 2014 (Grande Grupo CBO 2002)	Códigos PNAD 1996	
Baixo	Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	227; 303; 304; 305; 305; 307; 308; 303 a	
	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	564; 572; 573; 574; 575; 576; 577; 578; 579; 580; 581; 582;	
	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	583; 584; 585; 586; 587; 589; 601; 602; 603; 604; 605; 606; 607; 608; 609; 610; 611; 612; 613; 614; 615; 616; 617; 618; 619; 620; 621; 722; 723; 724; 725; 726; 727; 728; 729; 730; 731; 732; 733; 734; 735; 736; 737; 738; 739; 740; 741; 742; 743; 744; 745; 746; 747; 748; 749; 750; 751; 752; 753; 762; 775; 811; 827; 841; 842; 843; 844; 845; 866; 867; 868; 869; 911; 912; 913; 914; 915; 916; 917; 919;	
	Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	920; 921; 922; 923; 924; 925; 926	
	Não trabalhava	Não trabalha/ não trabalhava	Não trabalha/ não trabalhava

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD de 2014 e 1996

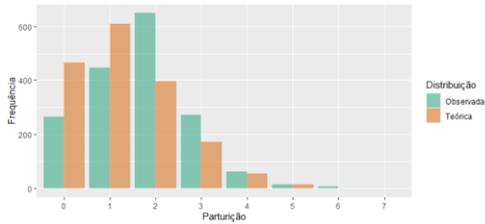
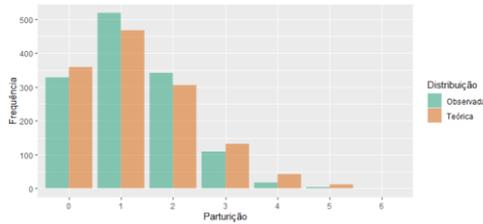
APÊNDICE 3

Distribuições teóricas e observadas de poisson

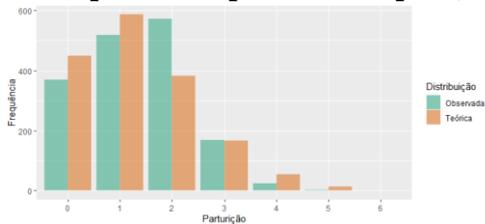
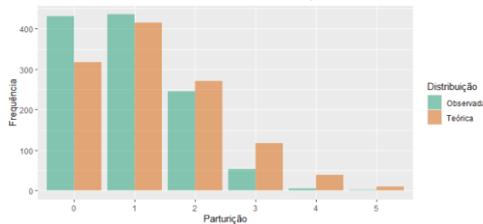
25 a 29 anos

30 a 34 anos

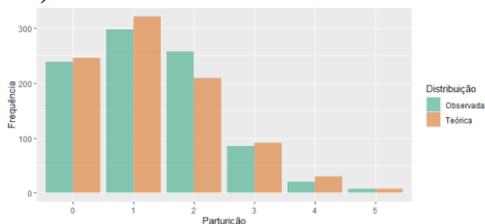
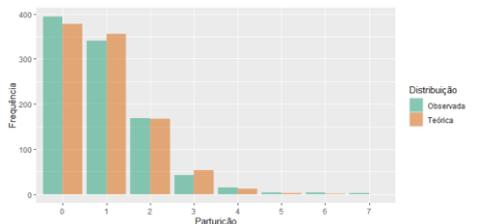
1996 - Amostra 1 (Ensino fundamental completo/ médio incompleto e ensino médio completo)



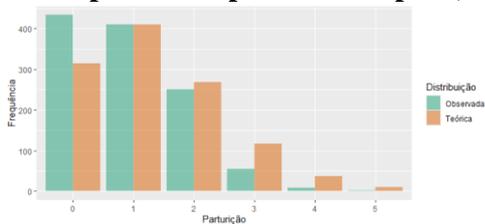
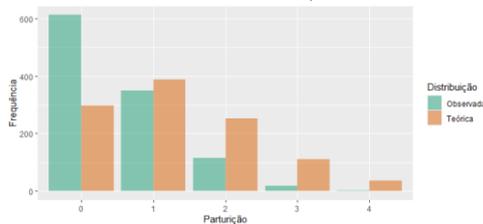
1996 - Amostra 2 (Ensino médio completo e superior completo e incompleto)



2014 - Amostra 1 (Ensino fundamental completo/ médio incompleto e ensino médio completo)



2014 - Amostra 2 (Ensino médio completo e superior completo e incompleto)



APÊNDICE 4

Análises alternativas utilizando o modelo logit (variável dependente classificada como zero quando a mulher não teve filhos e um quando teve um filho ou mais).

Mulheres de 25 a 29 anos com ensino fundamental completo/ médio incompleto e ensino médio completo

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.
Constante	0,01***	1,25	0,03**	1,35	0,02***	1,26	0,08*	1,4	0,00***	1,44	1,06	1,60
Idade	1,23***	0,05	1,15***	0,05	1,24***	0,05	1,13***	0,0	1,30***	0,05	1,09*	0,05
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	0,95	0,36	2,12***	0,14	0,93	0,37	2,12***	0,1	0,61	0,39	1,21	0,17
Parda e Indígena	1,01	0,14	1,84**	0,26	1,01	0,14	1,73**	0,3	0,67**	0,16	0,92	0,28
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Médio Incompleto	1,37	0,24	0,81	0,19	1,48	0,25	0,89	0,2	1,56*	0,26	1,03	0,21
Médio Completo	0,89	0,23	0,48***	0,19	0,98	0,23	0,55***	0,2	1,72**	0,25	0,67*	0,21
Superior	0,81	0,38	0,34***	0,32	0,94	0,38	0,41***	0,3	1,75	0,41	0,61	0,37
Status Sócio-ocupacional dos pais quando as mulheres tinham 15 anos (Ref. Alto)												
Médio	0,82	0,25	0,60	0,43	0,81	0,25	0,56	0,4	0,68	0,27	0,45	0,42
Baixo	0,84	0,23	0,79	0,35	0,83	0,23	0,71	0,3	0,76	0,25	0,46	0,50
Não Trabalhava	0,56*	0,35	0,75	0,44	0,55*	0,35	0,71	0,4	0,50*	0,38	0,46	0,52
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	0,64**	0,19	1,01	0,24	0,61**	0,19	0,94	0,3	0,59**	0,21	1,37	0,28
Entre 5 a 9 anos	0,87	0,21	1,51	0,26	0,88	0,21	1,55	0,3	0,91	0,23	2,0**	0,30
Dez anos ou mais	1,07	0,18	1,78***	0,20	1,04	0,18	1,74***	0,2	1,04	0,19	2,13***	0,22
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)												
Urbano	-	-	1,17	0,17	-	-	1,20	0,2	-	-	-	-
Escolaridade (Ref. Nível médio incompleto)	-	-	-	-	0,56***	0,13	0,38***	0,2	0,83	0,15	1,55	0,19
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												

Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,66*	0,22	0,83	0,33
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,91	0,23	0,65	0,34
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,01	0,28	0,81	0,35
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)													
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,41**	0,59	0,00***	0,41
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,18***	0,48	0,4**	0,40
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,94	0,42	1,02	0,43
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,05	0,43	0,00***	0,50
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,58	0,44	0,00***	0,70
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,26***	0,44	0,00***	0,78

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD de 2014 e 1996

Mulheres de 30 a 34 anos com ensino fundamental completo/ médio incompleto e ensino médio completo

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3				
	1996		2014		1996		2014		1996		2014		
	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	
Constante	0,01***	1,57	0,00***	1,86	0,01**	1,58	0,01**	1,91	0,01**	1,71	0,05	2,17	
Idade	1,20***	0,05	1,21***	0,06	1,20***	0,05	1,23***	0,06	1,22***	0,05	1,27***	0,06	
Raça/cor (Ref. Branca)													
Preta	0,77	0,32	0,77	0,26	0,76	0,33	0,71	0,27	0,52*	0,34	0,41***	0,29	
Parda e Indígena	0,98	0,15	1,39*	0,17	0,96	0,15	1,41**	0,17	0,74*	0,16	0,98	0,19	
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)													
Médio Incompleto	0,83	0,23	1,38	0,24	0,91	0,23	1,54*	0,24	1,14	0,24	1,63*	0,26	
Médio Completo	0,75	0,23	1,04	0,22	0,81	0,23	1,26	0,23	1,12	0,24	1,43	0,25	
Superior	0,37***	0,32	0,51	0,42	0,41***	0,32	0,60	0,42	0,58	0,34	0,99	0,49	
Status Sócio-ocupacional dos pais quando as mulheres tinham 15 anos (Ref. Alto)													
Médio	0,92	0,23	0,72	0,46	0,90	0,23	0,73	0,46	0,76	0,24	0,78	0,52	
Baixo	1,16	0,22	1,15	0,39	1,13	0,22	1,00	0,39	1,00	0,23	0,79	0,45	
Não Trabalhava	1,05	0,37	1,39	0,53	1,02	0,38	1,30	0,54	0,91	0,39	0,93	0,59	
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)													
Até 4 anos	0,60**	0,20	0,71	0,32	0,59***	0,20	0,64	0,33	0,59**	0,21	0,64**	0,35	
Entre 5 a 9 anos	0,75	0,23	1,60	0,33	0,71	0,23	1,67	0,34	0,68	0,24	2,22	0,37	

Dez anos ou mais	1,14	0,17	1,03	0,20	1,12	0,17	0,95	0,20	1,16	0,18	1,04	0,22
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)												
Urbano	-	-	0,64**	0,21	-	-	0,6*	0,21	-	-	0,76	0,23
Escolaridade (Ref. Nível médio incompleto)	-	-	-	-	0,61***	0,15	0,22***	0,26	0,89	0,16	0,31***	0,27
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,96	0,20	0,50*	0,37
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	1,24	0,21	0,60	0,37
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	-	1,34	0,29	0,49*	0,39
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)												
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	-	4,30	0,89	0,08***	0,63
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,50	0,59	0,26**	0,63
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	-	0,88	0,56	0,60	0,67
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	0,56	0,56	0,07***	0,68
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,40	0,56	0,03***	0,73
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00**	0,56	0,02***	0,82

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD de 2014 e 1996

Mulheres de 25 a 29 anos com ensino médio completo e ensino superior incompleto e completo

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.
Constante	0,01***	1,19	0,02***	1,27	0,01***	1,2	0,02***	1,33	0,00***	1,47	0,17	1,54
Idade	1,12***	0,04	1,12***	0,05	1,25***	0,0	1,14***	0,05	1,30***	0,05	1,14	0,05
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	1,22	0,40	1,5	0,25	0,95	0,4	1,24	0,26	0,81	0,44	0,78***	0,29
Parda e Indígena	1,03	0,15	1,95***	0,13	1,08	0,2	1,75***	0,14	0,75*	0,17	1,20	0,15
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Médio Incompleto	0,87	0,19	0,9	0,18	1,07	0,2	0,92	0,19	1,24	0,22	1,17	0,20

Médio Completo	0,74*	0,17	0,55***	0,17	0,95	0,2	0,72*	0,18	1,39	0,20	0,89	0,19
Superior	0,64**	0,22	0,43***	0,24	0,97	0,2	0,69	0,26	1,38	0,25	1,16	0,29
Status Sócio-ocupacional dos pais quando as mulheres tinham 15 anos (Ref. Alto)												
Médio	0,99	0,20	1,2	0,29	0,88	0,2	1,31	0,31	0,71	0,23	1,14	0,33
Baixo	0,99	0,18	1,3	0,25	0,92	0,2	1,07	0,26	0,68*	0,21	0,83	0,29
Não Trabalhava	1,07	0,34	1,6	0,35	0,99	0,3	1,34	0,37	0,73	0,38	1,04	0,40
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	0,71*	0,18	0,9	0,23	0,73	0,2	0,99	0,25	0,60**	0,20	1,21	0,26
Entre 5 a 9 anos	0,90	0,21	1,3	0,23	0,84	0,2	1,38	0,24	0,83	0,23	1,56***	0,25
Dez anos ou mais	0,90	0,17	1,40*	0,18	0,95	0,2	1,35	0,19	0,86	0,19	1,50	0,21
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)												
Urbano	-		1,0	0,18	-	-	1,14	0,19	-	-	1,38	0,20
Escolaridade (Ref. Nível médio completo)												
Superior – Evasão	-	-	-	-	0,90	0,3	1,23	0,21***	1,72	0,36	1,81*	0,32
Superior em andamento	-	-	-	-	0,29**	0,2	0,30***	0,17	0,42	0,26	0,41***	0,23
Superior completo	-	-	-	-	0,41***	0,2	0,24***	0,29**	0,68	0,18	0,43***	0,21
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,61**	0,17	0,64	0,23
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	-	0,76	0,22	0,74	0,24
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	-	1,18	0,27	0,81	0,26
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)												
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	-	3,60	0,87	0,64	0,56
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	3,87**	0,68	0,30**	0,53
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	-	2,69	0,62	0,14***	0,53
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	-	1,34	0,61	0,07***	0,57
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,45	0,62	0,03***	0,61
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,20**	0,64	0,03***	0,65

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD de 2014 e 1996

Mulheres de 30 a 34 anos com ensino médio completo e ensino superior incompleto e completo

Variável	Modelo 1				Modelo 2				Modelo 3			
	1996		2014		1996		2014		1996		2014	
	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.	OR	Std. Err.
Constante	0,00***	1,40	0,00***	1,50	0,00***	1,41	0,00***	1,53	0,02**	1,75	0,17	1,54
Idade	1,21***	0,04	1,18***	0,05	1,22***	0,04	1,20***	0,05	1,23***	0,05	1,14***	0,05
Raça/cor (Ref. Branca)												
Preta	0,98	0,37	0,87	0,24	0,87	0,38	0,77	0,25	0,77	0,45	0,78	0,29
Parda e Indígena	1,42**	0,15	1,37**	0,14	1,30*	0,16	1,29**	0,14	0,86	0,19	1,20	0,15
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)												
Médio Incompleto	1,01	0,19	1,36	0,20	1,06	0,19	1,47**	0,20	1,36	0,23	1,17	0,20
Médio Completo	0,89	0,17	0,99	0,17	1,02	0,18	1,24	0,18	1,93***	0,23	0,89	0,19
Superior	0,59***	0,20	0,46***	0,23	0,75	0,20	0,65**	0,25	1,55	0,27	1,16	0,29
Status Sócio-ocupacional dos pais quando as mulheres tinham 15 anos (Ref. Alto)												
Médio	1,10	0,18	1,30	0,25	1,01	0,18	1,20	0,26	0,66*	0,23	1,14	0,33
Baixo	1,13	0,17	1,55**	0,21	1,03	0,17	1,31	0,21	0,67*	0,22	0,83	0,29
Não Trabalhava	1,34	0,34	1,82	0,37	1,26	0,35	1,57	0,37	0,67	0,40	1,04	0,40
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)												
Até 4 anos	0,69**	0,18	0,73	0,27	0,69**	0,18	0,78	0,27	0,66*	0,22	1,20*	0,26
Entre 5 a 9 anos	0,71	0,21	1,76**	0,25	0,75	0,21	1,74**	0,25	0,62*	0,26	1,55**	0,25
Dez anos ou mais	1,03	0,15	0,83	0,16	1,03	0,15	0,85	0,16	1,18	0,19	1,50	0,21
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)												
Urbano	-	-	0,69	0,20	-	-	0,72	0,20	-	-	1,38	0,20
Escolaridade (Ref. Nível médio completo)												
Superior – Evasão	-	-	-	0,91	0,28	0,72	0,22	1,50	0,33	1,81*	0,32	
Superior em andamento	-	-	-	0,51**	0,14	1,35	0,40	0,74	0,32	0,41***	0,23	
Superior completo	-	-	-	0,48***	0,26	0,46***	0,16	1,48*	0,20	0,43***	0,21	
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)												
Médio	-	-	-	-	-	-	-	0,71*	0,19	0,63**	0,23	
Baixo	-	-	-	-	-	-	-	0,71	0,24	0,74	0,24	
Não trabalha	-	-	-	-	-	-	-	0,99	0,31	0,81	0,26	

Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)											
De 1/4 a 1/2	-	-	-	-	-	-	-	1,01	0,42	0,64	0,56
De 1/2 a 1	-	-	-	-	-	-	-	0,58	0,38	0,30**	0,53
De 1 a 2	-	-	-	-	-	-	-	0,25***	0,37	0,14***	0,53
De 2 a 5	-	-	-	-	-	-	-	0,09***	0,39	0,06***	0,57
De 5 a 10	-	-	-	-	-	-	-	0,05***	0,39	0,03***	0,61
Mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	0,00***	0,44	0,02***	0,65

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD de 2014 e 1996

APÊNDICE 5

Teste VIF para amostra de ensino fundamental completo/médio incompleto e ensino médio completo

Variável	1996		2014	
	25 a 29 anos	30 a 34 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos
Idade	1.02	1.02	1.04	1.03
Raça/cor (Ref. Branca)				
Preta	1.05	1.05	1.18	1.16
Parda e Indígena	1.09	1.08	1.29	1.21
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)				
Médio Incompleto	1.04	1.06	1.13	1.08
Médio Completo	1.10	1.07	1.24	1.21
Superior	1.14	1.11	1.30	1.27
Status Sócio-ocupacional dos pais quando as mulheres tinham 15 anos (Ref. Alto)				
Médio	2.62	2.51	2.41	2.46
Baixo	2.93	2.73	3.86	3.68
Não Trabalhava	1.38	1.40	2.40	2.13
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)				
Até 4 anos	1.07	1.09	1.06	1.03
Entre 5 a 9 anos	1.08	1.08	1.05	1.05
Dez anos ou mais	1.09	1.11	1.06	1.07
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)				
Urbano	-	-	1.16	1.62
Escolaridade (Ref. Ensino fundamental completo/médio incompleto)				
Ensino médio completo	1.15	1.18	1.13	1.15
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)				
Médio	2.28	2.12	4.04	4.02
Baixo	2.35	2.13	4.83	5.24
Não trabalha	1.87	1.59	4.48	4.60
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)				
De 1/4 a 1/2	2.54	3.00	3.13	3.24
De 1/2 a 1	5.31	6.37	4.53	4.31
De 1 a 2	8.73	9.72	4.96	4.33
De 2 a 5	6.43	6.89	2.46	2.19
De 5 a 10	5.99	7.18	1.76	1.71
Mais de 10	5.64	6.57	1.48	1.56
VIF médio	2.68	2.87	2.36	2.31

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD de 2014 e 1996

Teste VIF para amostra de ensino médio completo e ensino superior

Variável	1996		2014	
	25 a 29 anos	30 a 34 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos
Idade	1.03	1.02	1.05	1.03
Raça/cor (Ref. Branca)				
Preta	1.03	1.03	1.12	1.11
Parda e Indígena	1.12	1.10	1.27	1.17
Escolaridade dos pais (Ref. Fundamental Incompleto)				
Médio Incompleto	1.14	1.10	1.26	1.17
Médio Completo	1.22	1.16	1.54	1.48
Superior	1.54	1.46	2.01	1.78
Status Sócio-ocupacional dos pais quando as mulheres tinham 15 anos (Ref. Alto)				
Médio	2.04	1.88	1.81	1.75
Baixo	2.38	2.15	2.56	2.27
Não Trabalhava	1.25	1.24	2.14	1.12
Tempo de residência no município (Ref. Nunca migrou)				
Até 4 anos	1.09	1.09	1.05	1.04
Entre 5 a 9 anos	1.07	1.07	1.06	1.06
Dez anos ou mais	1.08	1.10	1.26	1.07
Status local de residência aos 15 anos (Ref. Rural)				
Urbano	-	-	1.19	1.36
Escolaridade (Ref. Ensino médio completo)				
Superior – Evasão	1.57	1.63	2.01	2.41
Superior em andamento	1.08	1.10	1.12	1.10
Superior completo	1.14	1.10	1.33	1.18
Status Sócio-ocupacional atual (Ref. Alto)				
Médio	1.63	1.58	1.87	1.97
Baixo	1.63	1.60	2.21	2.43
Não trabalha	1.40	1.26	2.02	2.13
Renda domiciliar per capita (Ref. Até 1/4 do salário-mínimo)				
De 1/4 a 1/2	2.48	2.29	4.81	3.90
De 1/2 a 1	6.27	2.72	9.94	6.83
De 1 a 2	14.48	2.97	12.44	8.12
De 2 a 5	20.34	2.02	8.10	5.19
De 5 a 10	15.72	2.03	5.87	4.96
Mais de 10	10.95	2.27	5.13	4.81
VIF médio	3.95	1.58	3.08	2.61

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD de 2014 e 1996

APÊNDICE 6

Distribuição das observações por estrato de propensão – Ensino fundamental completo/médio incompleto e ensino médio completo

Limite inferior de score no estrato	Ensino fundamental completo/ médio incompleto	Ensino médio completo	Total
25 a 29 anos – 1996			
Estrato 1 - 0,2	16,3%	5,4%	10,2%
Estrato 2 - 0,4	72,8%	73,3%	71,3%
Estrato 3 - 0,6	10,9%	21,3%	18,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos – 2014			
Estrato 1 - 0,2	9,5%	2,6%	4,3%
Estrato 2 - 0,4	16,9%	5,2%	8,2%
Estrato 3 - 0,6	13,2%	5,4%	7,3%
Estrato 4 - 0,7	39,3%	35,8%	36,7%
Estrato 5 - 0,8	21,1%	51,0%	43,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
30 a 34 anos – 1996			
Estrato 1 - 0,0	15,0%	5,8%	9,6%
Estrato 2 - 0,4	64,6%	64,5%	62,2%
Estrato 3 - 0,6	11,2%	12,2%	15,0%
Estrato 4 - 0,7	9,3%	17,5%	13,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
30 a 34 anos – 2014			
Estrato 1 - 0,4	20,7%	4,7%	8,4%
Estrato 2 - 0,6	63,0%	54,0%	56,1%
Estrato 3 - 0,8	16,3%	41,3%	35,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014

Distribuição das observações por estrato de propensão – Ensino médio completo e superior			
Limite inferior de score no estrato	Ensino médio	Ensino superior completo e incompleto	Total
25 a 29 anos – 1996			
Estrato 1 - 0,0	29,7%	5,9%	20,5%
Estrato 2 - 0,2	46,9%	31,4%	40,9%
Estrato 3 - 0,4	10,8%	14,1%	12,0%
Estrato 4 - 0,6	12,6%	48,6%	20,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
25 a 29 anos – 2014			
Estrato 1 - 0,0	56,2%	21,9%	38,8%
Estrato 2 - 0,4	28,7%	23,7%	26,2%
Estrato 3 - 0,6	12,7%	21,4%	17,1%
Estrato 4 - 0,8	2,4%	33,0%	17,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
30 a 34 anos – 1996			
Estrato 1 - 0,0	17,6%	7,3%	13,4%
Estrato 2 - 0,2	15,8%	5,4%	11,5%
Estrato 3 - 0,3	35,4%	23,8%	30,6%
Estrato 4 - 0,4	23,6%	29,0%	25,9%
Estrato 5 - 0,6	5,7%	18,4%	10,9%
Estrato 6 - 0,8	1,9%	16,1%	7,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
30 a 34 anos – 2014			
Estrato 1 - 0,0	18,4%	2,6%	10,5%
Estrato 2 - 0,2	43,8%	20,7%	32,3%
Estrato 3 - 0,4	23,5%	22,9%	23,2%
Estrato 4 - 0,6	10,1%	23,3%	16,7%
Estrato 5 - 0,8	4,1%	30,6%	17,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD's de 1996 e 2014